

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DISSERTAÇÃO**

**ALUGADOS A DIVERSOS E A SI: OS TRABALHADORES  
ESCRAVIZADOS DA IMPERIAL FAZENDA DE SANTA CRUZ.  
RIO DE JANEIRO, 1815-1870.**

**AMANDA CAMILA ESTEVES DE SOUZA**

**2023**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ALUGADOS A DIVERSOS E A SI: OS TRABALHADORES  
ESCRAVIZADOS DA IMPERIAL FAZENDA DE SANTA CRUZ.  
RIO DE JANEIRO, 1815-1870.**

**AMANDA CAMILA ESTEVES DE SOUZA**

*Sob a orientação da Professora Doutora*

**Fabiane Popinigis**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra em História**, no curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração Relações de Poder e Cultura, Linha de Pesquisa: Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais.

*O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nivel Superior \_ Brasil (CAPES) \_ Código de Financiamento 001. This study financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nivel Superior - Brazil - (CAPES) - Finance Code 001.*

*O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - Brasil – (FAPERJ). This study financed in part by the Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - Brazil – (FAPERJ).*

Seropédica, RJ  
Fevereiro, 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S729a Souza, Amanda Camila Esteves, 1992-  
Alugados a diversos e a si: os trabalhadores  
escravizados da Imperial Fazenda de Santa Cruz. Rio  
de Janeiro, 1815 - 1870. / Amanda Camila Esteves  
Souza. - Seropédica, 2023.  
106 f.: il.

Orientadora: Fabiane Popinigis.  
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio  
de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2023.

1. Comércio e aluguel de escravizados. 2. Alugados  
a diversos. 3. Alugados a si. 4. Contrato de  
trabalho. 5. Imperial Fazenda de Santa Cruz. I.  
Popinigis, Fabiane , --, orient. II Universidade  
Federal Rural do Rio de Janeiro. Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em  
História III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



**TERMO Nº 179 / 2023 - PPHR (12.28.01.00.00.49)**

**Nº do Protocolo: 23083.011751/2023-89**

**Seropédica-RJ, 03 de março de 2023.**

AMANDA CAMILA ESTEVES DE SOUZA

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRA EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de MESTRADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 16 de fevereiro de 2023

Dr. ANTÔNIO LUGI NEGRO, UFBA Examinador Externo à Instituição

Dra. MARGARETH DE ALMEIDA GONCALVES, UFRRJ Examinadora Interna

Dra. FABIANE POPINIGIS, UFRRJ Presidente

*(Assinado digitalmente em 03/03/2023 09:23 )*  
FABIANE POPINIGIS  
COORDENADOR CURS/POS-GRADUACAO - TITULAR  
PPHR (12.28.01.00.00.49)  
Matrícula: 1579919

*(Assinado digitalmente em 03/03/2023 09:11 )*  
MARGARETH DE ALMEIDA GONCALVES  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptHRI (12.28.01.00.00.00.86)  
Matrícula: 386989

*(Assinado digitalmente em 03/03/2023 15:18 )*  
ANTONIO LUGI NEGRO  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 941.153.207-10

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **179**, ano: **2023**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **03/03/2023** e o código de verificação: **7ceaa975ed**

Feeling Good

Pássaros voando alto, você sabe como eu me sinto  
Sol no céu, você sabe como eu me sinto  
Brisa à deriva, você sabe como eu me sinto  
Este é um novo amanhecer  
Um novo dia  
Uma Nova vida para mim  
Este é um novo amanhecer  
Um novo dia  
Está é uma nova vida para mim  
E eu estou me sentindo bem  
Peixe no mar, você sabe como eu sinto  
Rio correndo livre, você sabe como eu me sinto  
Flores nas árvores, você sabe como eu me sinto  
Este é um novo amanhecer  
Um novo dia  
Esta é uma nova vida para mim  
E eu estou me sentindo bem  
Libélula sobre o sol  
Você sabe o que eu quero dizer, não sabe?  
Todas as borboletas se divertindo  
Você sabe o que eu quero dizer  
Dormir em paz quando o dia termina  
Isto é o que eu quero  
E este velho mundo é um novo mundo  
É um mundo ousado, para mim, sim, sim  
Estrelas quando você brilha, você sabe como me sinto  
Cheiro de pinheiro, você sabe como me sinto  
Ah, a liberdade é minha  
E eu sei como me sinto  
Este é um novo amanhecer  
Um novo dia  
Está é uma nova vida para mim  
E eu estou me sentindo bem

NINA SIMONE

## Agradecimentos

Finalmente, abraçar e agradecer.

Agradeço ao sistema de cotas por possibilitarem que minha família adentrasse ao ensino superior e agora transgredi as barreiras com uma formação continuada nos estudos como discente no Doutorado de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Professora Fabiane Popinigis, obrigada por guiar meus passos por caminhos seguros e possibilitar o meu voo como pesquisadora e historiadora da História Social do Trabalho. Agradeço, sobretudo, o cuidado e afeto com o meu florescimento.

Agradeço a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), sem investimento e financiamento não se faz pesquisa. Devemos nos levantar e nos colocar à frente em defesa das universidades públicas, ensino de qualidade e reconhecimento das pesquisadoras e pesquisadores brasileiros.

Agradeço a FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro), conseguir o edital bolsista Faperj nota 10 me encheu de orgulho e vontade de ser uma Historiadora nota 10.

Sou imensamente grata por fazer parte do grupo PET-História-UFRRJ, o programa de educação tutorial foi minha primeira qualificação enquanto historiadora. Agradecer aos tutores e a toda família de petianos e petianas, uma vez petiana, sempre petiana.

Agradeço ao NEPHS (Núcleo e Estudos da Política e História Social), uma boa pesquisa não se faz só, estive sempre acompanhada e inspirada por historiadoras e historiadores brilhantes que cuidam do meu processo criativo e me permitem participar e aprender com os seus passos.

Agradeço as contribuições teóricas da minha banca de qualificação e defesa, professora Margareth Gonçalves e professor Antonio Luigi Negro, vocês me trouxeram alegria de aprender e nutriram meu intelecto com entusiasmo para seguir com autonomia e elaborar um discurso sobre sujeitos históricos.

Bruna Souza te agradeço por dividi sorrisos, lágrimas, desespero e muitos momentos felizes marcados na escrita desta dissertação. Minha irmã, companheira de vida, parceira intelectual, com você tudo é possível, obrigada!

A minha família, Dona Fátima, agradeço por plantar, você sempre teve mão boa para flores, floriu e irá render muitos frutos. Minha Vó, Dona Lurdes, continue ligando, todos os dias, a sua voz é alento para os meus sonhos, porto seguro nas horas difíceis.

A minha amada, Fernanda Ladislau, obrigada por me acompanhar, foram dias regados a muito carinho e amor. Você é acalanto para o meu coração.

Lembro a primeira vez que fui ao Arquivo Nacional, e do encontro especial com os escravizados da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si. Gostaria de dizer que nos encontramos novamente, desta vez, todos livres.

Em 1871 os escravizados da Imperial Fazenda de Santa Cruz foram libertos pela lei do Ventre Livre. Um livro com 300 cartas de liberdade os declara: Libertos.

*O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior \_ Brasil (CAPES) \_ Código de Financiamento 001.*  
*This study financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brazil - (CAPES) - Finance Code 001.*

*O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - Brasil – (FAPERJ).*  
*This study financed in part by the Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - Brazil – (FAPERJ).*

Amanda Camila Esteves de Souza é Licenciada em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Atualmente cursa o Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História \_PPHR/UFRRJ, integrando a linha de pesquisa Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais. A pesquisadora é membro do NEPHS – Núcleo de Estudos da Política e História Social \_ UFRRJ. No Mestrado foi bolsista: CAPES (2021-2022) e FAPERJ Nota 10 (2022-2023), produzindo a pesquisa intitulada: “Alugados a diversos e a si: os trabalhadores escravizados da Imperial Fazenda de Santa Cruz. Rio de Janeiro, 1815-1870”, orientada pela Professora Doutora Fabiane Popinigis (UFRRJ). Na graduação foi bolsista do grupo PET-História da UFRRJ (2015-2021) e produziu a pesquisa de título: "Escravidados da Imperial Fazenda de Santa Cruz: Alugados a Diversos e a Si (1862-1868). Tem experiência de pesquisa na área de História da Fazenda de Santa Cruz com ênfase nos seguintes temas: Escravidão; História do Trabalho; Comércio e aluguel de escravizados; Contrato trabalho e ofícios ocupacionais.



## RESUMO

SOUZA, Amanda C. Esteves. **Alugados a diversos e a si: os trabalhadores escravizados da Imperial Fazenda de Santa Cruz. Rio de Janeiro, 1815-1870.** RJ. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2022.

Esta dissertação tem como objeto de estudo as relações de trabalho dos trabalhadores escravizados da Imperial Fazenda de Santa Cruz, uma grande fazenda no interior da capitania do Rio de Janeiro, pertencente a Coroa Imperial. Trata-se de um estudo cujo objetivo é acompanhar um grupo de sujeitos nos seus arranjos de trabalho para entender o que estava sendo acionado a partir da esfera laboral.

Para isso, utilizaremos a documentação sobre o comércio e aluguel de escravizados na Imperial Fazenda de Santa Cruz que está depositada no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro nos conjuntos documentais constituídos pelo Fundo Nacional da Fazenda de Santa Cruz, os registros paróquias de batismos de escravizados do Curato de Santa Cruz e as listas na seção província do Rio de Janeiro no periódico Almanak administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro.

Nessa documentação, buscamos por seus nomes e analisamos o costume dos escravizados da Fazenda de Santa Cruz de adquirirem nomes compostos. Nessa estrutura nominativa, aqueles homens e mulheres reforçavam seus costumes, que remontavam ao “tempo dos padres”, com saudosismo, o que simbolizava a sua devoção, crenças e piedades, mas, também, as suas negociações e estratégias. Conhecer essa comunidade por seus nomes e sobrenomes, foi um bom começo. Para investigar a estrutura de ordenação dos arranjos de trabalho da Fazenda no século XIX, as categorias de serviço realizados e as práticas de aluguel “para fora” da Fazenda e de “alugados a si” pelos escravizados.

Percebemos assim que os deslocamentos para Quintas, Paços e outras Repartições da Coroa Imperial, foi, prática comum na primeira metade do século XIX, menos para estabelecimentos públicos como do que para fins privados, senhores particulares no entorno de Santa Cruz, e escravizadas alugadas a si.

Assim, apontamos como estrutura de comércio e aluguel de escravizados na Fazenda de Santa Cruz, o sistema de *alugados a diversos e a si*. Esse comércio, estava voltado para senhores particulares: fazendeiros, lavradores e comerciantes na cidade do Rio de Janeiro e na Província Fluminense. Toda essa organização laboral era permeada pela divisão sexual do trabalho que determinava atribuições, ofícios e ocupações diversas para homens e mulheres, cujos significados buscamos explorar.

**Palavras Chaves:** Alugados a diversos. Alugadas a si. Comércio e aluguel de escravizados. Contrato de trabalho. Imperial Fazenda de Santa Cruz. Rio de Janeiro. História Social do Trabalho.

## ABSTRACT

SOUZA, Amanda C. Esteves. **Rented to several and to you: the enslaved workers of the Imperial Farm of Santa Cruz. Rio de Janeiro, 1815-1870.** RJ. Dissertation (Master in History). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2022.

This dissertation has as object of study the labor relations of the enslaved workers of the Imperial Farm of Santa Cruz, a large farm in the interior of the captaincy of Rio de Janeiro, belonging to the Imperial Crown. This is a study whose objective is to accompany a group of subjects in their work arrangements to understand what was being triggered from the labor sphere.

For this, we will use the documentation on the trade and rent of enslaved at the Imperial Fazenda de Santa Cruz that is deposited in the National Archives of Rio de Janeiro in the documentary sets constituted by the National Fund of the Santa Cruz Farm, the records of baptisms of enslaved of the Curated Of Santa Cruz and the lists in the provincial section of Rio de Janeiro in the journal Almanak administrative, Mercantile and Industrial Market of Rio de Janeiro.

In this documentation, we search for their names and analyze the custom of the enslaved of the Santa Cruz Farm to acquire compound names. In this nominative structure, these men and women reinforced their customs, dating back to the "time of the priests", with nostalgia, which symbolized their devotion, beliefs and piety, but also their negotiations and strategies. Knowing this community by their first and last names was a good start. To investigate the structure of ordering the work arrangements of the Farm in the nineteenth century, the categories of service performed and the practices of rent "out" of the Farm and "rented to themselves" by the enslaved.

Thus, we realized that the trips to Quintas, Paços and other Offices of the Imperial Crown, was, common practice in the first half of the nineteenth century, less for public establishments as for private purposes, private gentlemen around Santa Cruz, and enslaved rented to you.

Thus, we point out as a structure of commerce and rent of enslaved in the Santa Cruz Farm, the system of rented to several and you. This trade was aimed at private masters: farmers, farmers and merchants in the city of Rio de Janeiro and fluminense province. This entire labor organization was permeated by the sexual division of labor that determined various attributions, offices and occupations for men and women, whose meanings we seek to explore.

**Keywords:** Rented to several. Rented to you. Trade and rent of enslaved. Employment contract. Imperial Santa Cruz Farm. Rio de Janeiro. Social History of Work.

## **LISTAS DE ILUSTRAÇÕES**

FIGURA 1 - FREGUESIAS E CAMINHOS NO SERTÃO OESTE DA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO E FAZENDA DE SANTA CRUZ (1700-1856). .....	11
FIGURA 2 _ CANAIS E CAMINHOS CONSTRUÍDOS PELOS JESUÍTAS NA FAZENDA DE SANTA CRUZ DURANTE O SÉCULO XVII. ....	75

## **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 1 - ASSOCIAÇÕES PRESUMIDAS DOS NOMES COMPOSTOS DOS INOCENTES NO CURATO DE SANTA CRUZ. (1860-1870).....	19
QUADRO 2 - NOMES COMPLETOS NOS REGISTROS DOS ALUGUÉIS DE ESCRAVIZADOS NA IMPERIAL FAZENDA DE SANTA CRUZ. (1862-1868). ....	36

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - SEGUNDO NOME SIMPLES FEMININOS NOS REGISTROS DOS ALUGUÉIS DOS ESCRAVIZADOS NA IMPERIAL FAZENDA DE SANTA CRUZ. (1862-1868).....	34
TABELA 2 - SEGUNDO NOME SIMPLES FEMININOS NOS REGISTROS DOS ALUGUÉIS DOS ESCRAVIZADOS NA IMPERIAL FAZENDA DE SANTA CRUZ. (1862-1868).....	34
TABELA 3 – SOBRENOMES FEMININOS NOS REGISTROS DOS ALUGUÉIS DOS ESCRAVIZADOS NA IMPERIAL FAZENDA DE SANTA CRUZ. (1862-1868).....	35
TABELA 4 - SOBRENOMES MASCULINOS NOS REGISTROS DOS ALUGUÉIS DOS ESCRAVIZADOS NA IMPERIAL FAZENDA DE SANTA CRUZ. (1862-1868).....	35
TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO DOS SOBRENOMES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO SEGUNDO O REGISTRO DOS ALUGUÉIS DOS ESCRAVIZADOS NA IMPERIAL FAZENDA DE SANTA CRUZ. (1862-1868).....	37
TABELA 6 _ POPULAÇÃO ESCRAVIZADA DA FAZENDA SANTA CRUZ CONFORME GRANDES FAIXAS ETÁRIAS E SEXO DOS ESCRAVIZADOS NO RELATÓRIO DE 1815.....	41
TABELA 7 _ POPULAÇÃO ESCRAVIZADA DA FAZENDA SANTA CRUZ CONFORME GRANDES FAIXAS ETÁRIAS E SEXO DOS ESCRAVIZADOS NO RELATÓRIO DE 1849.....	41
TABELA 8 _ POPULAÇÃO ESCRAVIZADA DA FAZENDA SANTA CRUZ CONFORME GRANDES FAIXAS ETÁRIAS E SEXO DOS ESCRAVIZADOS NO MAPA MENSAL DE 1856.....	42
TABELA 9 _ POPULAÇÃO TOTAL DOS ESCRAVIZADOS NAS DISTRIBUIÇÕES DAS OCUPAÇÕES, 1815, 1849, 1856.....	51
TABELA 10 _ OCUPAÇÕES NÃO ESPECIALIZADAS POR SEXO DOS ESCRAVIZADOS NO RELATÓRIO DE 1815.....	54
TABELA 11 _ OCUPAÇÕES NÃO ESPECIALIZADAS POR SEXO DOS ESCRAVIZADOS NO RELATÓRIO DE 1849.....	55
TABELA 12 _ OCUPAÇÕES NÃO ESPECIALIZADAS POR SEXO DOS ESCRAVIZADOS NO MAPA MENSAL DE 1856.....	55
TABELA 13 _ ESQUADRAS AMBULANTES NAS DISTRIBUIÇÕES DAS OCUPAÇÕES DA FAZENDA DE SANTA CRUZ, 1815, 1849, 1856.....	56
TABELA 14 _ OCUPAÇÕES INDUSTRIAIS E ARTESANAIS POR SEXO DOS ESCRAVIZADOS NO RELATÓRIO DE 1815.....	56
TABELA 15 _ APRENDIZES DE OFÍCIOS INDUSTRIAIS E ARTESANAIS NO RELATÓRIO DE 1815.....	57
TABELA 16 _ OCUPAÇÕES INDUSTRIAIS E ARTESANAIS NO RELATÓRIO DE 1815.....	57
TABELA 17 _ DISTRIBUIÇÃO DAS OCUPAÇÕES INDUSTRIAIS E ARTESANAIS DOS ESCRAVIZADOS DO SEXO MASCULINO NO RELATÓRIO DE 1849.....	58
TABELA 18 _ DISTRIBUIÇÃO DAS OCUPAÇÕES INDUSTRIAIS E ARTESANAIS DOS ESCRAVIZADOS DO SEXO FEMININO NO RELATÓRIO DE 1849.....	58
TABELA 19 _ DISTRIBUIÇÃO DAS OCUPAÇÕES INDUSTRIAIS E ARTESANAIS POR SEXO DOS ESCRAVIZADOS NO MAPA MENSAL DE 1856.....	59
TABELA 20 _ PERCENTUAL DE QUALIFICAÇÃO DOS ESCRAVIZADOS NA DISTRIBUIÇÃO DAS OCUPAÇÕES, 1815, 1849, 1856.....	60
TABELA 21 _ OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS POR SEXO DOS ESCRAVIZADOS NO RELATÓRIO DE 1815.....	61
TABELA 22 _ OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS DISTRIBUÍDA PELOS SEXOS DOS ESCRAVIZADOS, 1849, 1856.....	61
TABELA 23 - CATEGORIAS NOMINATIVAS NO CONTRATO DE ALUGUEL: ESCRAVIZADOS, ALUGADORES E FIADORES, 1862-1868.....	66

TABELA 25 _ CLASSE DE OFÍCIOS DAS ESQUADRAS DE SERVIÇO NOS REGISTROS DOS ALUGUÉIS POR QUANTIDADE E SEXO DOS ESCRAVIZADOS DA IMPERIAL FAZENDA DE SANTA CRUZ. (1862-1868). .....	73
TABELA 26 _ CLASSE DE OFÍCIOS DAS ESQUADRAS DE RESERVA NOS REGISTROS DOS ALUGUÉIS POR QUANTIDADE E SEXO DOS ESCRAVIZADOS DA IMPERIAL FAZENDA DE SANTA CRUZ. (1862-1868). .....	79
TABELA 27 _ CLASSE DE OFÍCIOS INDUSTRIAIS E ARTESANAIS NOS REGISTROS DOS ALUGUÉIS POR QUANTIDADE SEXO DOS ESCRAVIZADOS DA IMPERIAL FAZENDA DE SANTA CRUZ. (1862–1868).....	80
TABELA 28 _ CLASSE DE OFÍCIOS NÃO ESPECIALIZADOS NOS REGISTROS DOS ALUGUÉIS POR QUANTIDADE E SEXO DOS ESCRAVIZADOS DA IMPERIAL FAZENDA DE SANTA CRUZ. (1862–1868). .....	83

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 _ AMOSTRAGEM DOS SUJEITOS ANALISADOS NAS CATEGORIAS NOMINATIVAS DOS REGISTROS DE BATISMO DO CURATO DE SANTA CRUZ – 1860-1870.....	14
GRÁFICO 2 _ PROPRIETÁRIOS DOS SUJEITOS ESCRAVIZADOS NAS CATEGORIAS NOMINATIVAS DOS REGISTROS DE BATISMO DO CURATO DE SANTA CRUZ – 1860-1870 .....	15
GRÁFICO 3 _ ESTRUTURAS NOMINATIVAS NOS REGISTROS DE BATISMOS DO CURATO DE SANTA CRUZ– 1860-1870.....	16
GRÁFICO 4 - PROPORÇÃO DE 237 SUJEITOS (ESCAVIZADOS, LIBERTOS E FORROS) COM APENAS UM NOME DE BATISMO CRISTÃO POR RELAÇÃO DE PROPRIEDADE NO CURATO DE SANTA CRUZ. (1860-1870). .....	21
GRÁFICO 5 - PROPORÇÃO DE 550 SUJEITOS (ESCAVIZADOS, LIBERTOS E FORROS) COM NOMES COMPOSTOS POR RELAÇÃO DE PROPRIEDADE NO CURATO DE SANTA CRUZ. (1860-1870). .....	24
GRÁFICO 6 - PROPORÇÃO DOS 50 SUJEITOS (ESCAVIZADOS, LIBERTOS E FORROS) COM TRÊS NOMES POR RELAÇÃO DE PROPRIEDADE NO CURATO DE SANTA CRUZ. (1860-1870). .....	27
GRÁFICO 7 - PROPORÇÃO DE ESCRAVIZADOS HOMENS E MULHERES ALUGADOS PELA IMPERIAL FAZENDA DE SANTA CRUZ. (1862-1868). .....	32
GRÁFICO 8 - DISTRIBUIÇÃO DOS NOMES DOS ESCRAVIZADOS NOS REGISTROS DOS ALUGUÉIS POR CRITÉRIO DE ANÁLISE DOS NOMES E SOBRENOMES. (1862-1868). .....	33
GRÁFICO 9 –ESCAVIZADOS DISTRIBUÍDOS NO “SERVIÇO PASSIVO” DA FAZENDA DE SANTA CRUZ CONFORME OS MAPAS E RELATÓRIO DE 1815, 1849 E 1856. ....	46
GRÁFICO 10 – PROPORÇÃO DE CRIANÇAS ESCRAVIZADAS DA FAZENDA DE SANTA CRUZ CONFORME OS MAPAS E RELATÓRIOS DE 1815, 1849 E 1856 .....	50
GRÁFICO 11 – DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVIZADOS NO “SERVIÇO ATIVO” DA FAZENDA DE SANTA CRUZ, NOS MAPAS E RELATÓRIOS DE 1815-1856, POR GÊNERO DOS ESCRAVIZADOS.....	52
GRÁFICO 12 - DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVIZADOS POR CATEGORIAS OCUPACIONAIS NA FAZENDA DE SANTA CRUZ, 1815-1856.....	54
GRÁFICO 13 – ESCRAVIZADOS DESLOCADOS PARA QUINTAS, PAÇOS E OUTRAS REPARTIÇÕES IMPERIAIS, 1815-1856.....	62
GRÁFICO 14 - PROPORÇÃO DE ESCRAVIZADOS HOMENS E MULHERES ALUGADOS PELA IMPERIAL FAZENDA DE SANTA CRUZ. (1862-1868). .....	67
GRÁFICO 15 _ ÉPOCA DO ALUGUEL DOS ESCRAVIZADOS DA IMPERIAL FAZENDA DE SANTA CRUZ (1860-1868). .....	68
GRÁFICO 16 _ “CLASSE DE OFÍCIOS” NOS CONTRATOS DOS ALUGUÉIS POR SEXO DOS ESCRAVIZADOS DA IMPERIAL FAZENDA DE SANTA CRUZ. (1862-1868). .....	72

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
<b>CAPÍTULO I. COM NOME E SOBRENOME: OS ESCRAVIZADOS DE SANTA CRUZ</b>	9
1.1 Uma Fazenda no Curato de Santa Cruz .....	9
1.2 Sobrenomes nas Relações Escravistas .....	16
1.2.1 Um nome de batismo cristão	20
1.2.2 Alugadores e fiadores de escravizados da Fazenda que eram proprietários de escravizados no entorno de Santa Cruz.	21
1.2.3 Os escravizados da Fazenda de Santa Cruz e os nomes compostos	23
1.2.4 Rumo a liberdade: escolhendo um terceiro nome	26
1.3 Sobrenomes nas Relações de Trabalho: A Categoria “Nomes dos Escravos” nos Contratos de Aluguéis.....	31
<b>CAPÍTULO II. ENTRE MAPAS E RELATÓRIOS: ARRANJOS DE TRABALHO NA FAZENDA DE SANTA CRUZ. (1815-1856)</b>	39
2.1 Relações de Trabalho na Fazenda de Santa Cruz .....	39
2.2.1. O “serviço passivo”: “cansados”, “inválidos”, “velhos”, “valetudinários” e os “mínimos”.	42
2.2.2 O “serviço ativo”: “esquadras de ambulantes”, “carpinteiros”, “ferreiros”, “serralheiros”, “pedreiros”, etc.	51
2.2.3 Ocupações e ofícios na Fazenda de Santa Cruz	53
2.2.4 Transformações nos processos produtivos da Fazenda	60
2.2.5 Deslocados para as Quintas e outras Repartições da Coroa Imperial	62
<b>CAPÍTULO III. ALUGADOS A DIVERSOS E A SI: ALUGUEL DE ESCRAVIZADOS NA IMPERIAL FAZENDA DE SANTA CRUZ. (1860-1870).</b>	65
3.1. Os Registros dos Aluguéis dos Trabalhadores Escravizados na Imperial Fazenda de Santa Cruz. (1860-1870). .....	65
3.2 A Categoria “Classes de Ofícios” no Contrato de Aluguel de Trabalhadores Escravizados da Imperial Fazenda de Santa Cruz. (1860-1870). .....	71
3.3. Esquadras de Serviços .....	73
3.3.1 A organização dos trabalhadores escravizados em esquadras	73
3.3.2 Esquadra das taipas e esquadra das valas	74
3.3.3 Esquadras nas hortas e lavouras	75
3.3.4 Esquadra de serviço domésticos	77
3.3.5 Esquadra do cercadinho	78
3.3.6 Esquadra de ambulantes	78
3.6.7 Esquadras de reservas	78



3.6.8 Esquadras de serviços nas lavouras e comércio volante na cidade do Rio de Janeiro e província Fluminense.	79
3.4 Ofícios Industriais e Artesanais: Pedreiros, Carpinteiros, etc. ....	80
3.5 Os Escravizados Oleiros na Fazenda de Santa Cruz.....	81
3.6 Ofícios Não especializados: Ambulantes, Feitores e Enxadas .....	83
3.7 Ofícios Especializados: Práticas de Cura no Hospital da Fazenda de Santa Cruz.	84
3.8 Atividades de Transporte: Cocheiros.....	85
3.9 As Mulheres Escravizadas se Transmutam em Esquadras de Serviços, Esquadras de Reservas... Os Homens Escravizados em Pedreiros, Carpinteiros, Oleiros, Barbeiros.....	86
CONCLUSÃO	89
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	91
ANEXOS.....	96
ANEXO 1 _ MAPA DA FAZENDA NACIONAL DE SANTA CRUZ, COM OS LIMITES CONFORME O TOMBO DOS JESUÍTAS, DE 1731 (INDICANDO SUA ÁREA SOBRE OS MUNICÍPIOS ATUAIS). .....	96
ANEXO 2 _ CATEGORIA “NOMES DO ESCRAVOS”, NOS CONTRATOS DOS ALUGUÉIS DOS ESCRAVIZADOS NA IMPERIAL FAZENDA DE SANTA CRUZ, POR DIVISÃO SEXUAL (1862-1868).....	97
ANEXO 3 _ CATEGORIA “NOME DOS ALUGADORES” NOS CONTRATOS DE ALUGUÉIS DOS ESCRAVIZADOS NA IMPERIAL FAZENDA DE SANTA CRUZ (1862-1868).....	99
ANEXO 4 _ CATEGORIA “NOME DOS FIADORES” NOS CONTRATOS DE ALUGUÉIS DE ESCRAVIZADOS NA IMPERIAL FAZENDA DE SANTA CRUZ. (1862-1868).....	100
ANEXO 5 _ DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS DE SERVIÇO DA REAL FAZENDA DE SANTA CRUZ, 1815.....	102
ANEXO 6 _ RELATÓRIO DAS OCUPAÇÕES DOS ESCRAVOS DA IMPERIAL FAZENDA DE SANTA CRUZ, 1849.....	103
ANEXO 7 _ MAPA MENSAL DA TOTALIDADE DA ESCRAVATURA DA IMPERIAL FAZENDA DE SANTA CRUZ, 1856. ....	104
ANEXO 8 _ REGISTRO DOS ESCRAVIZADOS DA IMPERIAL FAZENDA DE SANTA CRUZ, ALUGADOS A DIVERSOS E A SI. (1862 - 1868). (CONTINUA).....	105
ANEXO 9 _ REGISTRO DOS ESCRAVIZADOS DA IMPERIAL FAZENDA DE SANTA CRUZ, ALUGADOS A DIVERSOS E A SI. (1862 - 1868). (CONTINUAÇÃO) .....	106

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objeto de estudo os trabalhadores escravizados, alugados a diversos e a si na Imperial Fazenda de Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro e na província Fluminense, nas décadas de 1815 - 1870. O objetivo desta pesquisa, portanto, é compreender como estava estruturado o sistema de aluguel de escravizados na Fazenda de Santa Cruz e seu entorno e investiga os significados desta relação de trabalho no processo de ordenação dos mundos do trabalho no século XIX.

Para isso delimitamos dois objetivos específicos, a saber: entender as experiências e detalhes da vivência dos trabalhadores escravizados, as suas redes de relações, negociações e estratégias formalizadas por meio e com as suas relações de trabalho; e identificar o perfil dessa rede de trabalho nas relações estabelecidas entre escravizados, alugadores e fiadores, a partir do cruzamento dos registros dos aluguéis com outras fontes.

O uso da expressão “transição do trabalho escravizado para o trabalho livre”, no sentido de que abolição da escravidão teria ocupado o mercado consumidor, requerendo não só trabalhadores juridicamente livres, mas assalariados, há tempos vem sendo criticada pelos pesquisadores da história da escravidão e do trabalho. Afinal, este esquema explicativo dá a entender que teria sido a abolição no Brasil, em 1889, e a imigração de trabalhadores europeus, que teriam impulsionado a industrialização e estabelecido condições para o surgimento de um movimento operário organizado, ignorando experiências dos trabalhadores escravizados, libertos e livres nos períodos anteriores.<sup>1</sup>

As historiadoras, Beatriz G. Mamigonian e Fabiane Popinigis, no dossiê: (*Outros*) *Trabalhadores livres no Atlântico oitocentista*, refletem na apresentação da revista *Mundos do Trabalho* que não só existiu um mercado de trabalho antes da abolição, como ele incluía escravizados que sabiam o valor do seu trabalho individual. Além disso, as pesquisadoras apontam que, o assalariamento não era predominante entre trabalhadores juridicamente livres, nem antes, nem depois da abolição. O que, de fato aconteceu, foi a coexistência entre inúmeras formas de trabalho compulsório ou não renumerado com a estrutura da escravidão e foi essa configuração que se expandiu no pós-abolição.<sup>2</sup>

Esta dissertação, portanto, se insere no campo da história social do trabalho, que vem aprofundando as pesquisas em torno das diversas esferas laborais formadas por trabalhadores, livres, escravizados e libertos ao longo do século XIX, compreendendo as transformações sociais e políticas ocorridas com o declínio, fim da escravidão e o pós-emancipação no Brasil. O período aqui analisado, 1815 a 1870, possui uma conjuntura marcada por uma inflexão do escravismo brasileiro por consequência de processos desencadeados após o término definitivo do tráfico de africanos, pautados pelas mudanças no equilíbrio entre as relações de poder entre senhores, escravizados e ação do Estado, que afetaram fortemente a dinâmica da escravidão urbana e rural.<sup>3</sup> Esse era o contexto de um complexo mercado de trabalho heterogêneo, não

---

<sup>1</sup> MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; POPINIGIS, Fabiane. (*Outros*) trabalhadores livres no atlântico oitocentista. *Mundos do Trabalho*, v. 3, n. 6, p. 1-6, 2011, p. 4.

<sup>2</sup> *Ibidem*, p. 4.

<sup>3</sup> SOUZA, Flavia Fernandes. *Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores (cidade do Rio de Janeiro, 1850 – 1920)*. 2017. 583f. Tese (Doutorado em História) \_ Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2017, p. 41.

apenas no sentido ocupacional, mas também em termos raciais ou étnicos, como no que se refere as condições jurídicas dos trabalhadores.<sup>4</sup>

Buscamos nesta pesquisa colaborar com as expressivas contribuições sobre a gama de situações e arranjos de trabalho que sujeitos escravizados estabeleciam com os seus proprietários, sobretudo, o sistema de aluguel, avançando os estudos sobre a configuração comercial desta relação de trabalho que é ainda um tema em processo de exploração nas freguesias rurais da cidade do Rio de Janeiro no século XIX.

O aluguel de escravizados é um sistema de trabalho conhecido pela historiografia da escravidão urbana brasileira, prática comum nas cidades oitocentistas. Porém, ao contrário da escravidão ao ganho, o aluguel não era uma modalidade exclusiva dos espaços urbanos escravistas, e estava presente no campo.<sup>5</sup> O sistema de aluguel no espaço rural, guarda as suas diferenças com relação ao sistema de aluguel de escravizados descrito para a cidade, em função da própria forma de estruturação e funcionamento dos espaços.<sup>6</sup>

Por isso, apontamos como aprofundamento dos estudos do sistema de aluguel de escravizados, a investigação dos escravizados alugados a diversos e a si na Imperial Fazenda de Santa Cruz, que era uma propriedade agrícola-industrial e de usufruto da Coroa como local de passeio. A administração da propriedade estava localizada no interior da cidade do Rio de Janeiro, no Curato de Santa Cruz, e a maioria das terras da Fazenda estava situada nas freguesias rurais da Província Fluminense. Contudo, o que chama a nossa atenção para a Fazenda de Santa Cruz, é o seu grande contingente de escravizados, que em 1856 representava uma comunidade de 2.009 pessoas, entre os quais homens, rapazes, mulheres, raparigas, meninas e meninos.<sup>7</sup>

---

<sup>4</sup> A reflexão sobre o paradigma ausência, pode ser encontrada em: LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. Projeto história: revista do programa de estudos pós-graduados de história, São Paulo, v. 16, p. 25-28, set. 1998, p. 26; NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência": contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 607-626, 2016; POPINIGIS, Fabiane; TERRA, Paulo Cruz. Classe, raça e a história social do trabalho no Brasil (2001-2016). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 66, p. 307-328, 2019; CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos Ael*, v. 14, n. 26, 2009; NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo social*, v. 18, n. 1, p. 217-240, 2006; BEZERRA, Nielson Rosa. Escravidão, biografias e a memória dos excluídos. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 11, n. 126, p. 136-144, 2011.

<sup>5</sup> Sobre o sistema de aluguel no espaço urbano do Rio de Janeiro, ver: KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; SOARES, Luiz Carlos. *O "povo de Cam" na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj \_ 7Letras, 2007; SOARES, Luiz Carlos. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Brasileira de História*, v. 8, n. 16, p. 107-142, 1988. SOUZA, Flavia Fernandes. *Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920)*. 583f. Tese (Doutorado em História) \_ Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2017; CRAVO, Télió. Sistema de aluguel de escravos em obras públicas viárias do Brasil Império: uma análise das listas nominiais de trabalhadores livres e escravos em Minas Gerais (1867-1873). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais \_ RBHCS*, v. 11, n. 22, p.162-181, 2019, p. 162.

<sup>6</sup> COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro. Espaços negros: "cantos" e "lojas" em Salvador no Século XIX. *Cantos e toque. Suplemento do Caderno CHR*, 1991.p. 23-27, p. 138.

<sup>7</sup> Mapa da totalidade da escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz, 1856. Petrópolis. Arquivo do Museu Imperial.

Após a expulsão dos padres jesuítas das colônias portuguesas, em 1759<sup>8</sup> o Estado Imperial passa a ser proprietário destes escravizados.<sup>9</sup> Com relação a essa mão-de-obra escravizada, a administração apostou na continuidade da política de qualificação e remuneração dos escravizados.<sup>10</sup> O sistema de aluguel foi uma importante fonte de renda para a Fazenda de Santa Cruz, no período Imperial, principalmente, a partir da chegada da família Real ao Brasil no ano de 1808.<sup>11</sup>

Os aluguéis dos ofícios dos escravizados estavam centralizados na estrutura administrativa da Fazenda, sendo sua distribuição altamente controlada e regulada, com a discriminação dos serviços a serem efetuados. Assim, formalizou-se uma configuração bastante original para controlar a movimentação desta mão-de-obra: mapas de escravizados alugados, livro de controle diário das ocupações cotidianas dos escravizados da fazenda e registros de aluguéis de escravizados. Esta documentação minuciosa sobre a mobilidade da mão-de-obra escravizada da Fazenda proporciona múltiplas possibilidades de compreensão aprofundada das relações de trabalho no século XIX.

A Fazenda de Santa Cruz é estudada em três momentos: o período Jesuítico (1567-1759) e a Administração do Estado, dividida em dois momentos, o período Real (1760-1822) e Imperial (1822-1889).<sup>12</sup> O período Imperial é nosso recorte de análise, pois neste período, os escravizados da Fazenda foram deslocados para trabalharem em diversos estabelecimentos públicos, fábricas, fazendas nacionais, no Arsenal da Marinha, na Quinta da Boa Vista, e nas obras públicas, em geral. Além de abastecer o serviço Real e os estabelecimentos públicos, a Fazenda alugou os seus escravizados a fazendeiros, lavradores e comerciantes no Rio de Janeiro e na Província Fluminense.

Nesta pesquisa, o recorte temporal se encerra em 1870. O plantel da Fazenda de Santa Cruz vivenciou a abolição *avant la lettre*, todos os escravizados foram alforriados em 1871, pela Lei do Ventre Livre e efetivamente libertados em 1876, ao menos 12 anos antes da maioria dos escravizados das grandes fazendas do Sudeste. Terminava, assim, a condição de tutela que eram submetidos os escravizados da Imperial Fazenda de Santa Cruz. Deste período adiante, na intenção de captar como as políticas emancipacionistas influenciaram esta relação de trabalho, teremos que nos concentrar nos discursos sobre o “trabalho livre”.

O tema do aluguel dos escravizados da Imperial Fazenda de Santa Cruz encontra-se em processo de exploração. Parte desta documentação vem sendo analisada por historiadores que estudaram a demografia e as relações sociais dos escravizados da Fazenda. Alguns destes estudos esbarram no comércio e aluguel no século XIX, mesmo este não sendo o objeto de análise, apontam caminhos que devem ser aprofundados e articulados as discussões do campo da história social do trabalho.

---

<sup>8</sup> O processo de expulsão gerou a feitura de diversos inventários que buscavam relatar minuciosamente tudo que se encontrasse nas propriedades. Para a Fazenda de Santa Cruz, o primeiro desses inventários foi realizado no mesmo ano da expulsão, 1759, permitindo aos historiadores um “retrato” da administração dos jesuítas naquela Fazenda. Ao longo do século XVIII pelo menos mais três inventários foram realizados, 1768, 1779 e 1791, permitindo assim que o processo de transformação da propriedade seja acompanhado singularmente.

<sup>9</sup> ROCHA, Ilana Peliciari. *Escravos da Nação: o público e o privado na escravidão brasileira, 1760-1876*. 2012. 331f. Tese (Doutorado) \_ Departamento de História Econômica da Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 38.

<sup>10</sup> Analisamos os resultados dessa política de qualificação a partir de uma investigação serial dos registros dos aluguéis dos escravizados da Fazenda de Santa Cruz, constatamos haver 81 escravizado com ofícios industriais e artesanais no período de 1862 a 1868.

<sup>11</sup> COSTA, Thales Gustavo Tardivo. *Entre Administradores, Juntas e Vice-Reis: uma história administrativa da Real Fazenda de Santa Cruz, Rio de Janeiro (1760 a 1804)*. 2019. 177f. Dissertação (Mestrado em História) \_ Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019. p. 60.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 56.

Os estudos do historiador Carlos Engemann, demonstram como a população escravizada da Fazenda foi afetada por estes deslocamentos da mão-de-obra escravizada para “fora”: analisando os dados das grandes comunidades escravizadas no sudeste brasileiro, o pesquisador observou que a população produtiva de Santa Cruz, estava na contramão da mão-de-obra de outras regiões agrária fluminense. Na sua totalidade, a Fazenda tinha a proporção de homens em idade produtiva menor que o número de mulheres em idade produtiva. Se por um lado, o historiador atesta que a comunidade escravizada na fazenda se reproduzia de forma endógena, sem auxílio do tráfico, por outro ele indica que a “ausência” dos escravizados do sexo masculino e um considerável número de mulheres se devia ao deslocamento com intensidade para fins que não eram unicamente a produção da própria fazenda.<sup>13</sup>

Em “*Escravos da Nação*”: *O Público e o Privado na Escravidão Brasileira, 1760 - 1876*, Ilana Peliciari esbarra na questão do sistema de aluguel dos escravizados a partir do ponto de vista dos espaços públicos na relação da escravidão brasileira. O seu estudo examina, principalmente, a existência de uma política estatal voltada para os “escravos públicos”, no século XIX. Os espaços geográficos analisados são a Imperial Fazenda de Santa Cruz (Rio de Janeiro) e a Fábrica de São João de Ipanema (São Paulo). Analisando a Fazenda de Santa Cruz, a historiadora conclui que o deslocamento de trabalhadores escravizados foi prática comum. Boa parte foi conduzida para os serviços nas Quintas, Paços e outras Repartições da Coroa Imperial.<sup>14</sup>

A historiadora Manoela Pedroza, em trabalho conjunto com Juliana Cavalcante, se aproximam de parte da documentação sobre o comércio e aluguel dos escravizados na Imperial Fazenda de Santa Cruz e as suas questões específicas. Analisando uma documentação denominada “Mapas de aluguel de escravos da Fazenda Imperial de Santa Cruz” para o período de 1859-1868, as historiadoras estabeleceram uma análise quantitativa para os aluguéis dos escravizados na segunda metade do século XIX.

A circulação dos escravizados chegava a um número de 2.846 registros dos aluguéis durante as décadas de 1850-1860. Destes, 875 escravizados estavam alugados a si, sendo 246 homens, todos detendo ofícios qualificados. As mulheres eram a maioria na categoria alugada a si, quase o triplo do número de homens, um quantitativo de 629 mulheres, ou seja, 72% desta comunidade. No entanto, diferente dos escravizados do sexo masculino, alugados por seus ofícios especializados, as mulheres eram alugadas basicamente para trabalhar nas lavouras ou em tarefas domésticas em plantéis próximos à Fazenda.<sup>15</sup> Os resultados encontrados pelas pesquisadoras aprofundam elementos importantes sobre as relações de gênero nas relações de trabalho e a autonomia que os escravizados alcançaram a partir do sistema de aluguel na Fazenda de Santa Cruz.

Outra pesquisa fundamental para pensarmos o tema dos aluguéis dos escravizados articulado as relações de sociabilidade dos escravizados é o livro *Escravidão e Liberdade na Imperial Fazenda de Santa Cruz. (1856-1891)*, do historiador João Batista Correa. Nesta pesquisa, investigam-se as informações dos aluguéis dos escravizados de 1862 a 1868.<sup>16</sup> O historiador verificou que do total de 251 registros, sendo 134 para o sexo feminino e 117 para

---

<sup>13</sup> ENGEMANN, Carlos. *Os Servos de santo Inácio a serviço do Imperador: Demografia e relações sociais entre a escravidão da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ. (1790-1820)*. 2002. Dissertação (Mestrado em história social) \_ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002, p. 63.

<sup>14</sup> ROCHA, Ilana Peliciari. Op. Cit., p. 55.

<sup>15</sup> PEDROZA, Manoela; CALVACANTI, Juliana. Op. Cit., p. 253.

<sup>16</sup> O historiador está analisando os registros de aluguéis de escravizados no período de 1862-1868: Fazenda Nacional de Santa Cruz, Cód. 1122, vol. 01, Arquivo Nacional.

os escravizados do sexo masculino, 99 tratavam de escravizadas alugadas a si, perfazendo 74% do total. Ou seja, somente 37 registros dos aluguéis foram mencionados a terceiros.<sup>17</sup>

Os dados levantados pelo historiador encontram grande ressonância na nossa pesquisa, ele investiga a mesma documentação que analisamos: os registros dos aluguéis. No nosso caso, o cruzamento de dados realizado entre os registros paroquiais de batismo de escravizados e o registro de aluguéis é uma metodologia fundamental para aprofundar os estudos das relações de trabalho da Fazenda de Santa Cruz. Por este meio interrogaremos as categorias de alianças e as relações sociais que os mundos do trabalho podiam proporcionar aos escravizados.

Em consonância com a historiografia apresentada, observamos que o status ocupacional agrega um grande espaço de atuação para os sujeitos escravizados. Consideramos, portanto, necessários aprofundamentos que possuam como recorte temporal, a segunda metade do século XIX, analisando as configurações desta administração no bojo das relações sociais e relações de trabalho da experiência dos sujeitos escravizados. Assim, a pesquisa aqui apresentada tem como porta principal para o mundo dos escravizados justamente o seu trabalho, especificamente a organização do sistema de aluguel de escravizados na Imperial Fazenda de Santa Cruz no período de 1815 a 1870.

Há casos em que o objetivo da pesquisa é nomear os sujeitos. Essa missão torna-se ainda mais necessária se os termos em mãos são fragmentos nominativos, vestígios que nos permitem reconstruir um mosaico de experiências sobre a vida de sujeitos escravizados. Nesses casos, buscamos nomes, localização, alianças e qualquer detalhe que nos permita narrar parte da trajetória de vida e trabalho desses homens e mulheres. Ao nomear os sujeitos escravizados buscamos qualificar as evidências indicadas pelos quantitativos proporcionados pelas fontes seriais para descrever as suas histórias e lutas por direitos no período da escravidão.

Atravessar o paradigma da ausência é uma das grandes viradas de uma historiografia que busca uma passagem entre a metodologia dos números para uma historiografia que nomeia os sujeitos escravizados. O nome se tornou um importante fio condutor ao longo do estudo dessa documentação. Podemos dizer que usufruímos verdadeiramente do método onomástico proposto pelo historiador Carlos Ginzburg.<sup>18</sup> Segundo o historiador, a busca pelo nome permite encontrar o mesmo indivíduo ou grupo de indivíduos em contextos sociais diversos:

(...) Se o âmbito da investigação for suficientemente circunscrito, as séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir-nos encontrar o mesmo indivíduo ou grandes grupos de indivíduos em contextos sociais diversos. O fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome.<sup>19</sup>

De fato, através das categorias nominais nos contratos dos aluguéis, encontramos esses sujeitos nas outras documentações estudadas, cada uma sancionando uma relação social específica, atrelada às instituições e relações sociais, seja a igreja, o comércio, a indústria, mapas de ocupação ou de propriedade. A metodologia de cruzamento nominativo, quando aplicada a fontes documentais produzidas na época da escravidão, possibilita recuperar a trajetória destes atores sociais e reconstruir o espaço do que era possível para as suas relações.

---

<sup>17</sup> CORREA, João Batista. *Escravidão e Liberdade na Imperial Fazenda de Santa Cruz. 1856-1891*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2017, p. 68-77 passim.

<sup>18</sup> GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: \_\_\_\_\_. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1991, p. 169-178.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 173.

O pioneiro, na prática de “ligação nominativa” no Brasil para os arquivos da escravidão e para a família escravizada, foi o historiador Robert Slenes. No livro: *Na Senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*, publicado em 1999, o pesquisador utiliza uma extensa documentação sobre a presença significativa das famílias escravizadas, sobretudo a conjugal, mas também a família extensa e a intergeracional. Seu espaço geográfico de estudo são as grandes fazendas e propriedades medianas das áreas de plantation do Sudeste, desde o final do século XVIII até a abolição.<sup>20</sup>

O objetivo de Slenes era dar um passo rumo a uma “biografia coletiva” dos escravizados em Campinas, no período de 1850-1888, partindo de um estudo de escala reduzida, que permitisse seguir indivíduos no tempo através do nome. Nesse sentido, apontava como principal método uma ligação nominativa entre séries documentais diversas.<sup>21</sup> Acompanhando as reflexões de pesquisadores ligados a história demográfica, o historiador percebeu a contribuição que uma ligação nominativa, aplicada a uma variedade maior de fontes, poderia trazer para história social.<sup>22</sup>

Assim, Robert Slenes, inter cruzou no seu estudo uma ampla gama de tipos e séries documentais: os manuscritos da matrícula de escravizados de 1872, uma documentação referente ao registro de propriedade de escravizados feitos no Brasil inteiro, em decorrência da lei do Ventre livre, cartas de alforria, anúncios de escravizados fugidos nos jornais, testamentos e inventários post-mortem, além dos assentos de batismo e casamentos de escravizados da igreja. Os nomes dos escravizados foi usado como ligação entre todos esses tipos de documentos, tendo as listas manuscritas de matrícula, ricas em dados demográficos e sociais, como a fonte central para conduzir o eixo da investigação.<sup>23</sup>

Na mesma linha metodológica proposta por Ginzburg e Slenes, utilizamos o nome como guia para acompanhar percursos individuais e o processo de formação de redes sociais. A partir de nossa fonte principal, os *registros de alugueis na Imperial Fazenda de Santa Cruz*, colhemos os nomes e os submetemos ao inter cruzamento em outras documentações. Nosso objetivo com este procedimento é interrogar e compor os diversos fragmentos nominativos como um mosaico, para compreender suas redes sociais tecidas, negociações e estratégias formalizadas por meio das suas relações familiares e de trabalho daqueles homens e mulheres escravizados da Fazenda de Santa Cruz.

Quando acompanhamos os sujeitos através de seus nomes, um dos primeiros cuidados metodológicos é definir a qual dos vários Antonios ou Marias o documento que se tem em mãos diz respeito. O nome, ainda que seja o principal “instrumento” na busca e organização das informações, não basta para os agentes serem identificados e distinguidos uns dos outros.<sup>24</sup> O cruzamento nominativo é uma das chaves pelas quais as informações acerca de um indivíduo em particular são associadas entre si corretamente conforme certas regras.

Com relação à verificação de que se trata da mesma pessoa, devemos ter atenção a itens “identificadores” que com o nome permitam ao pesquisador diminuir a margem de incerteza com relação à tal associação. Os itens identificadores podem ser referentes à idade, local de nascimento, moradia ou local de trabalho, cor, filiação, nome do cônjuge, designações como cargos, patentes, ou no caso de algumas mulheres a designação “Dona” que precede o

---

<sup>20</sup> SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. 2º ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011, p. 17.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 18.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 19.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 20.

<sup>24</sup> MARQUES, Rachel dos Santos. *Por cima da carne seca: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c. 1750-1820)*. 2011, 174 f. Dissertação (Mestrado em História) \_ Setor de ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011, p. 97.

nome. Assim, criamos múltiplos pontos de referência para indicar o caminho.<sup>25</sup>

No desenrolar desta pesquisa, o nome como via de acesso a trajetórias individuais e coletivas revelou-se uma poderosa ferramenta metodológica, pois observamos que os nomes estavam embutidos de conteúdos históricos e culturais que constituem uma boa oportunidade de investigar as relações sociais dos escravizados. Assim, permitimos que a categoria “nome dos escravos” se tornasse bem mais do que um fio condutor e transformamos as suas incidências em interrogações, buscando respostas nos seus significados sociais, políticos e culturais.

Para atingir esse objetivo, produzimos as fichas nominiais dos sujeitos analisados a partir das informações encontradas em três documentações, produzidas por órgãos, olhares e sujeitos diversos: primeiro, priorizamos as fontes que nos permitem a busca nominativa dos sujeitos analisados. Para tanto, os Livros de *Registros de trabalho da Imperial Fazenda de Santa Cruz* atuaram como bússola inicial; segundo, estabelecemos o recorte temporal no período de 1860-1870, consoante a documentação dos aluguéis; finalmente, como recorte geográfico priorizamos os limites da cidade do Rio de Janeiro e Província Fluminense, principalmente pela grande ligação da Imperial Fazenda de Santa Cruz com a geografia de seu entorno, acoplada ao seu crescimento comercial e a sua significativa dinâmica social, política e econômica.

Acrescentamos à base de dados as informações dos registros paroquiais de batismos de escravizados e livres no Curato de Santa Cruz, documentos depositados no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.<sup>26</sup> Nessa narrativa, as principais categorias analíticas nos assentos são suas categorias de identificação: nome do batizando; nome da mãe; nome do pai; nome do proprietário; nome do padrinho; nome da madrinha; condição Jurídica; condição matrimonial.

Visando conhecer melhor o perfil dessa rede de relação de trabalho, também investigamos periódicos na Hemeroteca Digital, tendo como ponto de partida o *Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro*.<sup>27</sup> O Almanak Lemmertz, como era conhecido, foi um dos mais importantes periódicos de publicação do Rio de Janeiro, na qual eram listadas todas as principais empresas, comerciantes, indústrias, funcionários tanto civis quanto militares nos seus endereços. A pesquisa na plataforma foi feita a partir da busca nominativa dos sujeitos (os nomes dos alugadores e fiadores) envolvidos nas relações de trabalho dos escravizados alugados pela Imperial Fazenda.

As categorias ocupacionais dos escravizados da Fazenda de Santa Cruz foram cruzadas com mapas e relatórios de distribuição das ocupações dos escravizados na Fazenda em: 1815, 1849, e em 1856. Nessa documentação apontamos, primeiramente, uma divisão do trabalho “dentro” da Fazenda: o serviço passivo e o serviço ativo; e “fora” da Fazenda: com os deslocamentos dos escravizados para Quinta e Repartições da Coroa Imperial. Observamos que como propriedade do Estado Imperial, boa parte dos escravizados da Santa Cruz foi deslocada para estabelecimentos e repartições públicas. Estas eram relações de trabalho que não necessariamente rendiam alguma troca monetária para a administração, devido ao status públicos destes “escravizados de nação”.

Na segunda metade do século XIX apontamos um sistema de aluguel privado: alugados a diversos e a si, dos escravizados na Fazenda, na documentação que versa sobre os contratos dos aluguéis de escravizados da Fazenda, de 1862 a 1868. Uma documentação levantada a partir do acervo do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, no Fundo Nacional da Fazenda de Santa

---

<sup>25</sup> MARQUES, Rachel dos Santos. Op. Cit., p. 98.

<sup>26</sup> Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. “Registro paroquiais da Freguesia de Santa Cruz”, livro AP227 - Livro de batismo de escravos.

<sup>27</sup> Almanak Administrativo, Mercantil, Civil e Industrial. Rio de Janeiro. 1844-1885. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/313394x/19766>>. Acesso em 6 jun. 2021.



Cruz, no dossiê: “*Alugados a diversos*”, na série: “*Escravos e subsérie: Comércio e Aluguel de Escravos*”.<sup>28</sup>

Contudo, apontamos que uma parte da mão-de-obra escravizada foi utilizada para fins privados, alugados para fazendeiros, lavradores e comerciantes no entorno da Santa Cruz. Assim, como uma parcela desses escravizados conseguiram alugar-se a si, ou seja, pagar seus aluguéis a Fazenda para usufruírem de seu tempo de trabalho, essa estratégia foi amarrada a uma forte rede de nomes de fiadores. Também demonstramos haver uma divisão sexual do trabalho, que ocupava homens e mulheres de faixas etárias diferentes em atividades diversas. É perceptível sobretudo que, aos homens era facultado o aprendizado de um ofício especializado, o que tendia a valorizar aquele trabalho, enquanto às mulheres era reservado sobretudo o trabalho árduo da lavoura e nos serviços domésticos.

Para capturar as informações das documentações estudadas, optamos por uma análise serial através da compilação dos resultados das categorias nominativas.<sup>29</sup> O levantamento consistiu na transcrição das informações existentes nos livros para um formulário padrão na plataforma do Excel e posteriormente o processo de tabulação na base de dados da pesquisa.

No primeiro capítulo apresentaremos uma reflexão sobre os nomes dos sujeitos escravizados no Curato de Santa Cruz. Ouso chamá-los pelo nome, para discutir sobre suas representações sociais e significados de liberdade na estrutura escravista. Propomos uma análise dividida em duas partes: na primeira analisamos o costume de nomear sujeitos escravizados com nome e sobrenome na Fazenda de Santa Cruz e seu entorno, através da verificação dos nomes nos registros de batismo da freguesia de Santa Cruz. Na segunda, analisamos os 209 sujeitos escravizados na categoria “*nomes dos escravos*” na documentação que versa sobre o registro de aluguéis de escravizados, alugados a diversos e a si, na Imperial Fazenda de Santa Cruz, no período de 1860 a 1870.<sup>30</sup> Acreditamos que através dos nomes destes sujeitos, podemos entender algumas das relações trajadas e os seus significados.

O segundo capítulo apresenta uma análise sobre a composição das relações de trabalho na Fazenda de Santa Cruz no decorrer da primeira metade do século XIX, buscando recuperar as características relativas ao perfil ocupacional, arranjos de trabalho, sexo, faixa etária, e sistemas de trabalho daqueles que se empregaram em atividades “dentro” e “fora” da Fazenda. Com essa proposta, então, recorreu-se a uma análise sistematizada de um conjunto de fontes constituído por regimentos, relatórios, mapas da distribuição das ocupações na Fazenda de Santa Cruz.

No terceiro capítulo recuperam-se elementos que contribuíram para o sistema de aluguel analisado nesta pesquisa: os trabalhadores escravizados alugado a diversos e a si, sua composição e categorias ocupacionais. Com esta proposta recorreu-se a uma análise da composição das categorias nos contratos dos aluguéis dos escravizados da Imperial Fazenda de Santa Cruz, no período de 1862-1868.

Esta pesquisa, portanto, busca ser uma contribuição para a linha de investigação sobre os significados do complexo mundo do trabalho no século XIX a partir do nosso objeto de pesquisa: os escravizados alugados a diversos e a si na Imperial Fazenda de Santa Cruz, ampliando a compreensão do contexto social em que aqueles homens e mulheres escravizados estavam inseridos a partir das suas relações de trabalho.

---

<sup>28</sup> Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

<sup>29</sup> REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 17.

<sup>30</sup> A fonte Registro de aluguéis de escravos é datada de 1862 a 1868. No entanto, a documentação apresenta casos de aluguéis no período de 1860 até 1869.

## CAPÍTULO I. COM NOME E SOBRENOME: OS ESCRAVIZADOS DE SANTA CRUZ

Neste capítulo investigamos os registros de batismo dos escravizados no Curato de Santa Cruz, em conjunto com a leitura da categoria “nomes dos escravos” no contrato de aluguel dos escravizados alugados a diversos e a si, no período de 1860 a 1870. Esse contorno ofereceu-nos a oportunidade de aprofundar a pesquisa em torno das redes de alianças, estratégias e negociações formalizadas por trabalhadores escravizados na Santa Cruz.

### 1.1 Uma Fazenda no Curato de Santa Cruz

A Fazenda de Santa Cruz pertencia à província do Rio de Janeiro (termo), mas as suas terras extrapolavam os limites desta cidade, ela ocupava, além de todo o atual bairro de Santa Cruz no Município do Rio de Janeiro, parte de dez municípios fluminenses, atualmente chamados de Itaguaí, Barra do Piraí, Mendes, Nova Iguaçu, Paracambi, Paulo de Frontin, Piraí, Rio Claro, Vassouras e Volta Redonda.<sup>31</sup> (Anexo 1– Mapa da Fazenda Nacional de Santa Cruz, com os limites conforme o tombo dos jesuítas, de 1731, indicando sua área sobre os municípios atuais). As fronteiras administrativas destas freguesias e municípios foram estabelecidas bem próximas aos limites geográficos, políticos e econômicos da Fazenda de Santa Cruz. Esse território fluminense foi fruto de ocupações muito antigas, as quais se sobrepôs a primeira leva de colonos na cidade do Rio de Janeiro.<sup>32</sup>

A disputa pelas terras da Fazenda Santa Cruz começa quando o capitão-mor Cristóvão Monteiro recebeu suas primeiras sesmarias, devido aos serviços prestados na luta contra indígenas tamoios e contra invasores franceses pela conquista da cidade.<sup>33</sup> Em função das suas “mercês”, Monteiro recebeu terras em Piratininga em 1665, nas bandas da Carioca, no Rio Iguaçu e nos sertões da Gávea. Mas, em 1667, reclamou junto ao capitão de São Vicente a expansão das suas terras, pois afirmava que não tinha onde fundar uma fazenda para a sustentação da sua família. Foi atendido e recebeu mais uma porção de terra, dessa vez na região de Sepetiba, que iam de Sapeagoera até Guaratiba, atravessadas pelo rio Guandu. Assumindo o domínio e posse das terras construiu um engenho e uma capela num local denominado Curral Falso.<sup>34</sup>

Quando Monteiro faleceu, o seu último desejo foi legar parte destas terras a Companhia de Jesus. Por isso a sua viúva, a Marquesa Ferreira, em 1589, concretizou a doação de parte da sesmaria aos padres. Com o ato pio, encomendava a sua alma e a do seu marido, tendo os padres a responsabilidade de realizar missas nos seus nomes.<sup>35</sup> A outra metade das terras coube à filha do casal, Catarina Monteiro, casada com José Adorno, que não tardou a repetir o ato benevolente da mãe, dando o mesmo destino ao quinhão que lhe cabia. O casal foi persuadido

---

<sup>31</sup> Cf. FRIDMAN, Fania. De chão religioso a terra privada: o caso da Fazenda de Santa Cruz. *Cadernos Ippur*, v. 16, n. 1, p. 311-343, 2002, p. 311.

<sup>32</sup> PEDROZA, Manoela da Silva. *Capítulos para uma história social da propriedade da terra na América Portuguesa e Brasil*. O caso dos aforamentos na Fazenda e Santa Cruz (Capitania do Rio de Janeiro, 1860-1870). 2018. 663f. Tese (Doutorado) \_ Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018, p. 146.

<sup>33</sup> MANSUR, André Luis. *O velho oeste carioca: História da ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro (De Deodoro a Sepetiba) do século XVI aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2008, p. 13.

<sup>34</sup> PEDROZA, Manoela da Silva. Op. Cit., p. 146.

<sup>35</sup> FREITAS, Benedicto. *Santa Cruz: fazenda Jesuítica, Real e Imperial*, vol. I: Era Jesuítica (1567-1759). Rio de Janeiro, Edição do Autor, 1985, p. 32.

pelos padres a realizar a troca das suas terras em Sepetiba por um pequeno terreno que a companhia possuía em Bertioiga e mais quarenta braças de chão no Caminho de São Vicente.<sup>36</sup>

Em fevereiro de 1590, dois meses após a doação de Marquesa Ferreira, a Companhia de Jesus tomou posse de toda a sesmaria. Logo procederam à medição e demarcação da imensa gleba, assinalando os seus direitos aos quatro ventos. O processo foi finalizado em 1613, ano em que já haviam denominado a propriedade de fazenda de “Santa Cruz” e construído um curral nas suas terras.<sup>37</sup> Nos anos seguintes continuaram adquirindo terras no limite da sesmaria de Santa Cruz, inquirindo os vizinhos sobre o desejo de vendê-las ou de trocá-las.

Os primeiros a serem consultados foram os herdeiros de Manoel Veloso de Espinha, que herdaram terras em Guaratiba. A sesmaria correspondia a cinquenta e dois quilômetros quadrados entre os rios Guandu e Guaratiba, além de uma ilha e todas as “águas, entradas e saídas”, conforme está na carta de doação.<sup>38</sup> Os Jesuítas também tomaram parte desse quinhão, duas léguas de terra ao longo da Costa da Pedra de Guaratiba e para o sertão três, a partir do rio Guandu “para a banda de leste até encher as duas léguas”, conforme sesmaria de 5 de março de 1597, foram vendidas aos padres, em 1636, por sessenta mil réis.<sup>39</sup>

Em 1645, os padres jesuítas estabeleceram negociações com o Governador Salvador Corrêa de Sá e Benevides, queriam tomar posse das terras onde existiu a aldeia de Itinga, atual cidade de Itaguaí. Os padres desejavam fechar a testada da Fazenda de Santa Cruz para leste do Rio Itinguáçu, onde colocaram o primeiro marco.<sup>40</sup> Em troca ofereceram ao conhecido dirigente uma valiosa área em Macaé e a metade da sua sesmaria em Campos dos Goitacazes, atual município de Campos, ficando ainda para aquele governador todo o rio Itinguáçu com as terras adjacentes até Itacuruçá no comprimento de seiscentas braças.<sup>41</sup>

Algum tempo depois voltaram os Jesuítas as suas atenções para a grande sesmaria do Guandu, também vizinha das suas. No dia 26 de fevereiro de 1654, compraram três léguas a Tomé Correa de Alvarenga, herdeiro de Manoel Correa. Ele recebeu pela venda efetuada, a quantia de mil cruzados pagos pelo Procurador do Colégio, logo após a competente escritura lavrada em presença de ambos. Dois anos decorridos, compraram outras três léguas do Guandu, herdadas por Francisco Frazão de Souza, genro de Antonio Alvarenga, primo de Tomé Corrêa de Alvarenga. Resolvida a sua compra, pagaram a quantia de mil e quinhentos cruzados, entregue pelo Procurador do Colégio, desta vez o seu próprio Reitor, Padre Francisco Madeira.<sup>42</sup> Dentro em pouco os padres jesuítas eram senhores de uma imensa área na região.

Segundo Sonia Bayão Rodrigues, a Fazenda de Santa Cruz correspondia a duas grandes partes: a primeira compreendia as sesmarias de quatro léguas quadradas que deram origem à propriedade do século XVI, de cultivo mais antigo, onde se encontrava a sede dos principais prédios, além dos aldeamentos indígenas, plantações, os currais de gado e dois engenhos de açúcar, o de Itaguaí e o de Piauí (parte a); a segunda parte da região correspondia a seis léguas quadradas, adquirida mais tarde, no século XVII. Assentando-se sobre as serras, dilatando-se a oeste para o sertão do Paraíba do Sul, possuindo uma grande abundância de madeira de qualidade excepcional. (Parte b).<sup>43</sup> Podemos observar essa divisão na Figura 1. (Figura 1).

---

<sup>36</sup> FREITAS, Benedicto. Santa Cruz, vol. I. Op. Cit., p. 34.

<sup>37</sup> PEDROZA, Manoela da Silva. Op. Cit., p. 149.

<sup>38</sup> MANSUR, André Luis. Op. Cit., p. 15.

<sup>39</sup> FREITAS, Benedicto. Santa Cruz, vol. I. Op. Cit., p. 34.

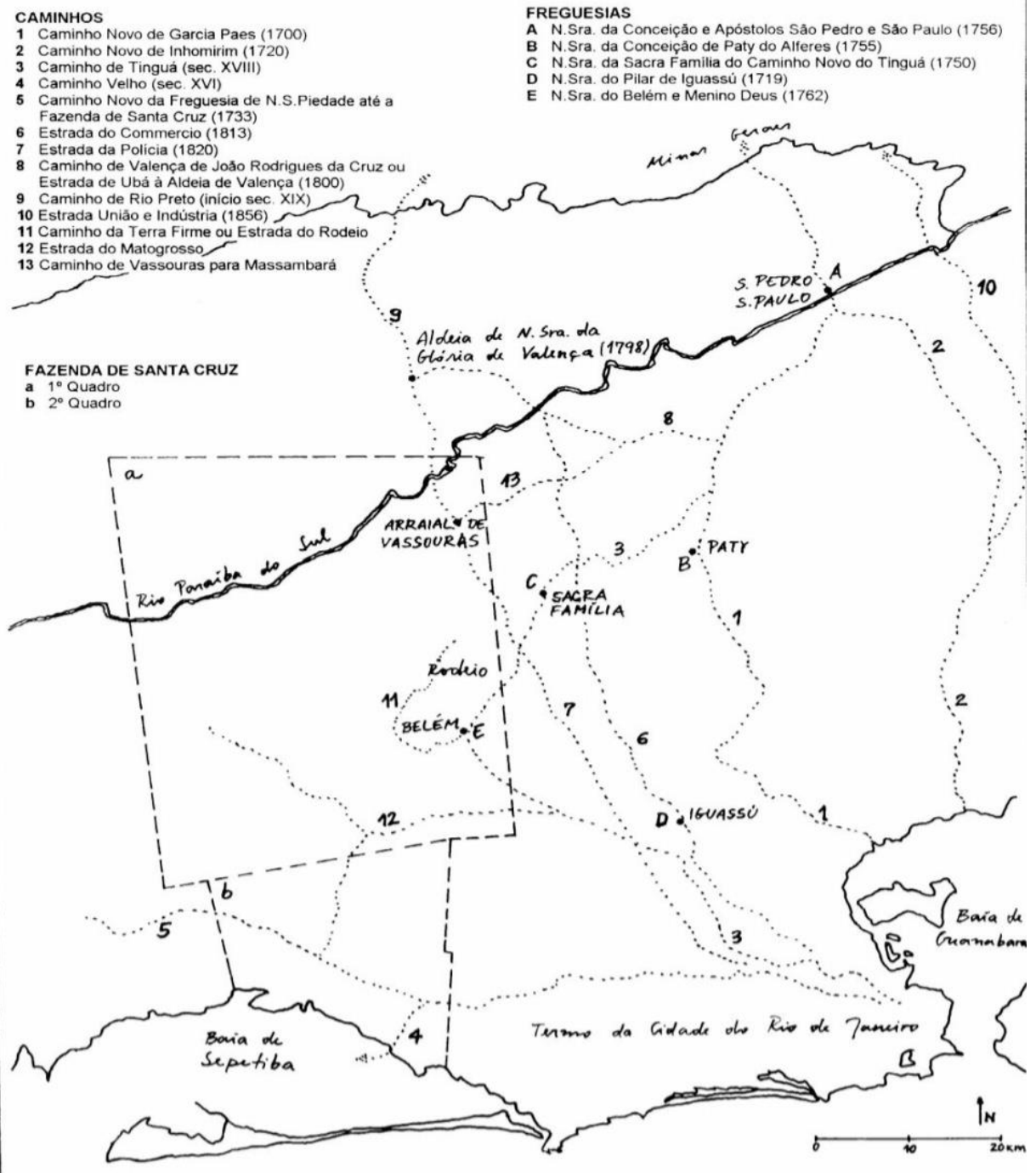
<sup>40</sup> PEDROZA, Manoela da Silva. Op. Cit., p. 149.

<sup>41</sup> FREITAS, Benedicto. Santa Cruz, vol. I. Op. Cit., p. 36

<sup>42</sup> Ibidem, p. 36.

<sup>43</sup> VIANA, Sônia Bayão Rodrigues. A Fazenda de Santa Cruz e a crise do sistema colonial (1790-1815). *Revista de História*. 1974. p. 64-96, 1974, p. 64.

**Figura 1 - Freguesias e Caminhos no sertão oeste da Capitania do Rio de Janeiro e Fazenda de Santa Cruz (1700-1856).**



Fonte: PEDROZA, Manoela da Silva. Capítulos para uma história social da propriedade da terra na América Portuguesa e Brasil. O caso dos aforamentos na Fazenda e Santa Cruz (Capitania do Rio de Janeiro, 1860-1870). 2018. 663f. Tese (Doutorado) \_ Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018, p. 555.

Como podemos ver na prancha acima, a localidade da Fazenda de Santa Cruz, totalizava dez léguas em quadras e incluía as Ilhas de Guaraqueçaba (em Guaratiba) e de Itingussu<sup>44</sup> (em Mangaratiba), a serra de Mata-Cães (em Vassouras) e o rio Paraíba do Sul, incluindo a Baixada do maciço da Pedra Branca. Limitava-se ao norte, com a freguesia de Sacra Família do Tinguá, a Leste, com a linha do Curral Falso, a Ilha de Guaraqueçaba, os frades do Carmo, em Guaratiba, a mata da Paciência e com Marapicu, a oeste chegava à ilha de Itingussu, na direção do sul.<sup>45</sup> O seu lado meridional era banhado pela baía de Sepetiba, cortado diametralmente pelos rios Itaguaí e Guandu.<sup>46</sup>

Esse extenso latifúndio colonial sofreu uma série de interferências no seu perímetro geográfico no decorrer de sua longa duração e das diversas administrações da fazenda: Jesuítica, Real e Imperial.<sup>47</sup>

No decreto de 31 de agosto de 1808, o Príncipe Regente Dom João dava nova forma à administração da Fazenda de Santa Cruz, que ficou subordinada à Mordomia da Casa Real, depois Imperial. No decreto de 20 de setembro, o príncipe aprovou as instruções provisórias para a administração da Fazenda. Estas foram efetivamente as primeiras leis sobre a administração da propriedade, mantidas durante todo o século XIX.<sup>48</sup> Este processo criava a Superintendência da Fazenda de Santa Cruz, com poderes específicos, e uma série de cargos a ela relacionados: dois administradores, um almoxarife do Paço, um diretor das manadas e dois escriturários. O superintendente era o grande responsável por promover a produção e dirigir a administração da Fazenda, vendendo os seus produtos, pagando os ordenados e prestando contas anuais diretamente ao Rei. Nesse documento foram discriminadas as tarefas destes empregados e os seus respectivos ordenados, tudo e todos subordinados ao Superintendente.<sup>49</sup>

Em 26 de julho de 1813, um Alvará, tornou os aforamentos à Coroa perpétuos e os demarcou, do litoral até a divisa da Fazenda Paciência, propriedade de João Francisco da Silva e Souza, não incluído as matas virgens. O mesmo alvará também proibiu a derrubada de florestas no alto dos morros e serras e delimitou uma área de 78 hectares entre o mar, a Fazenda de Santa Cruz e a Fazenda de Piahy, em Sepetiba, para estabelecer uma povoação. O terreno seria dividido entre os moradores que ali edificassem e que não pagariam um foro, mas um “módico reconhecimento para o senhorio direto”. Este povoado tinha como função evitar o tráfico negreiro e contrabandos na Ilha da Pescaria e nas costas vizinhas, que faziam parte de uma rota internacional, e facilitar a comunicação entre a Ilha Grande, Parati e a cidade do Rio de Janeiro.<sup>50</sup>

No período Imperial, após a Independência, a Constituição do Império, promulgada em 25 de março de 1824, incorporou a Fazenda de Santa Cruz ao patrimônio nacional e legou-a como serventia a Dom Pedro I e seu sucessores. Neste mesmo ano, pela portaria de 9 de

---

<sup>44</sup> O rio Itinguçu divide o território de Angra dos Reis daquele da freguesia de Itaguaí e do qual dista uma légua e meia da Ilha da Madeira, onde principiava os termos da vila de Itaguaí.

<sup>45</sup> FRIDMAN, Fania. De chão religioso a terra privada: o caso da Fazenda de Santa Cruz. In: Simposio: Estrategias productiva y transformaciones del espacio en el mundo rural. Uruguay, Brasil y Argentina (siglos XIX y XX), p. 1.

<sup>46</sup> VIANA, Sônia Bayão Rodrigues. Op. Cit., p. 66.

<sup>47</sup> A fazenda é estudada em três fases: o período Jesuítico de 1589 a 1759, período no qual a fazenda esteve sobre a administração dos inicianos, considerada um modelo de tratamento humanizado dos escravizados e bom rendimento econômico, sendo a pecuária a principal atividade econômica em todo o ciclo. O segundo momento, a era Real, de 1759 a 1822, sob a administração da coroa portuguesa. E o terceiro, referente ao período investigado, Fazenda Imperial, de 1822 a 1889, sob a tutela do Império brasileiro.

<sup>48</sup> PEDROZA, Manoela da Silva. Op. Cit., p. 286.

<sup>49</sup> Ibidem, p. 287.

<sup>50</sup> FRIDMAN, Fania. Op. Cit., p. 9.

setembro, os indígenas tornaram-se cidadãos brasileiros, portanto, obrigados a pagar foro por suas terras em Santa Cruz.<sup>51</sup>

Em 1831, pelo Decreto de 30 de agosto, a Fazenda, inclusive Sepetiba, e a freguesia de Marapicu pertenciam ao termo da vila de Itaguaí. Em julho de 1832 Santa Cruz foi elevada a Curato, cujos limites iam da Fazenda do Piauí (Piahy) ao rio Tingui e incluíam os bairros de “Santa Efigênia, Cantagalo de Dentro e Curral Falso”. Entretanto, pelo decreto de 1833, assinado pela Regência Permanente após receber um memorial da população, a freguesia constituída pelo Curato foi incorporada à Corte.<sup>52</sup> Antonio do Nascimento Souza, analisando a notícia sobre o anexo de Santa Cruz ao Município Neutro, afirma que o decreto referenciado não se deu apenas pela vontade dos moradores, mas para regularizar a condição legal da fazenda Imperial, fazendo-a pertencente às despesas da Coroa. Ao ser anexada à capital, Santa Cruz desligou-se da vila de Itaguaí.<sup>53</sup>

Em 1834, pelo Ato adicional, o Rio de Janeiro tornou-se Município Neutro, independente da Província, onde estava localizada a maioria das terras da Fazenda de Santa Cruz. Tal medida, não só interferiu na sua unidade política e administrativa, como impactou e configurou as relações comerciais da Fazenda de Santa Cruz no século XIX com o seu entorno.

Neste capítulo, abarcaremos as relações sociais da Fazenda, na sua dimensão local, assim dizendo, no perímetro do Curato de Santa Cruz, onde estava localizado o seu Palácio Imperial. Diminuir a escala de análise, no local, onde esses escravizados trabalhavam e conviviam com outros escravizados e homens livres, como veremos, revelará detalhes sobre as suas experiências que em um olhar mais geral estariam comprometidos.

A leitura dos registros paroquiais enquanto fonte massiva, reiterativa e serial pode nos ajudar a identificar elementos de inserção e reconhecimento social na Santa Cruz no período analisado. Os assentos paroquiais são uma importante documentação para vislumbrar a sociedade local, pois são verdadeiros filtros das informações sobre os lugares ocupados pela comunidade, certamente passando pelo crivo da dominação.<sup>54</sup>

A capela de Santa Cruz permaneceu fechada desde a expulsão dos padres jesuítas, posto que apareceu poucas vezes como local de batismo e casamentos nesta época. Por isso, entre 1759 e 1833, os moradores do domínio da Fazenda se dividiram entre várias freguesias para ter os seus sacramentos, casarem-se ou batizar seus filhos, foram contabilizados nas desobrigas em diferentes freguesias, ou em diferente distritos pelos mestres-de-campo, tornando árduo o trabalho de conhecê-los.<sup>55</sup> Essa situação mudaria a partir de 1833, quando Santa Cruz se tornou sede de um Curato, e passou a centralizar o “pasto espiritual” de seus fregueses.

A nossa amostragem é composta a partir dos 471 assentos de batismo de escravizados do Curato de Santa Cruz no período de 1860 a 1870. Desses, 458 crianças receberam apenas um nome cristão no momento da cerimônia (97%). Enquanto 13 dessas crianças receberam uma estrutura de nome composto, isto é, dois termos (3%). Mas, o nosso objetivo não é fazer uma análise nos nomes destes inocentes (crianças escravizadas), uma vez que a estrutura de nome composto nos primeiros anos de vida parece tratar-se de casos excepcionais na documentação. Também deixamos afóra da análise os nomes dos sujeitos para quais não foram estabelecidos

---

<sup>51</sup> FRIDMAN, Fania. Op. Cit., p. 11.

<sup>52</sup> Ibidem, p. 12

<sup>53</sup> SOUZA, Antonio Nascimento. Memória e história política de Santa Cruz: vista através dos pequenos jornais de bairros. (Processo Administrativo nº 12/100.579.2003) \_ Trabalho apresentado ao Instituto Municipal de Arte e Cultura \_ RIO ARTE como exigência contratual, Rio de Janeiro, 2005, p. 16.

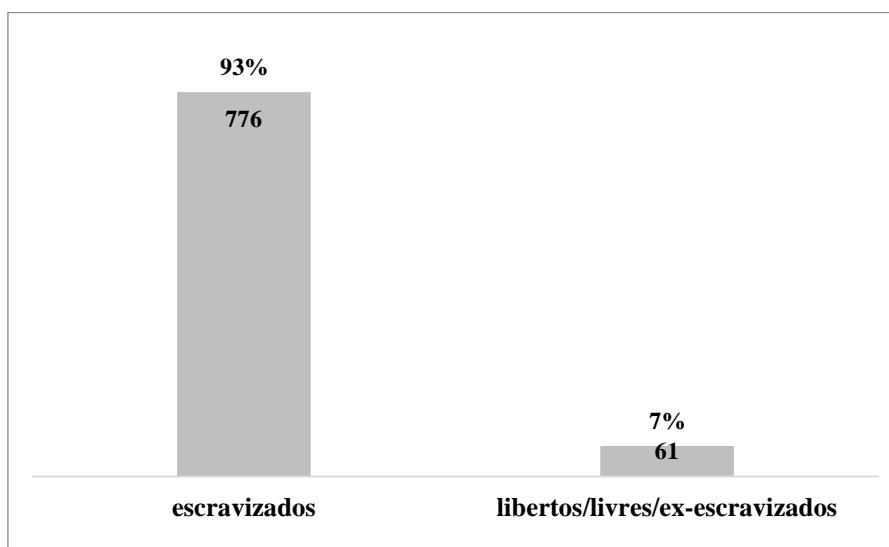
<sup>54</sup> RUIZ, Ricardo Muniz de. A Família Escrava no Império do café-Itaguaí-SÉC XIX. In: *XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas*, 2014, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2014, p. 1-10, p. 2.

<sup>55</sup> PEDROZA, Manoela da Silva. Op. Cit., p. 396.

a condição jurídica de aproximação com a escravidão, o que poderia supor uma relação de pessoa “livre”.<sup>56</sup>

A partir da análise dos 471 registros de batismo selecionados, investigamos os nomes de 837 sujeitos nos registros de batismo de escravizados do Curato de Santa Cruz. Os nomes foram buscados através das categorias nominativas de: “Nome do pai”, “Nome da mãe”, “Nome da madrinha”, “Nome do padrinho”. Desse quantitativo, 776 deles tinham condição jurídica de escravizados (93%), enquanto 61 sujeitos foram classificados como libertos, livres, forros ou ex-escravizados (7%). (Gráfico 1).

**Gráfico 1 \_ Amostragem dos sujeitos analisados nas categorias nominativas dos registros de batismo do curato de Santa Cruz – 1860-1870.**



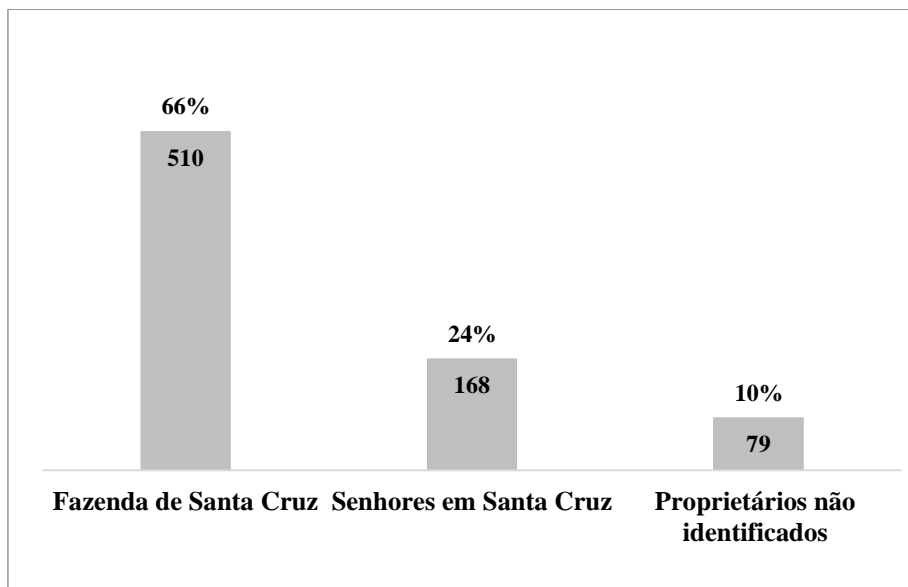
Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. “Registro paroquiais da Freguesia de Santa Cruz”, livro AP227 - Livro de batismo de escravos, 1860-1870.

Nesse sentido, mesmo analisando trabalhadores que tinham condição jurídica de escravizados, ou seja, 93%, esta amostragem nos permite uma pequena parcela, isto é 7% de sujeitos com condição jurídica de libertos, livres e ex-escravizados, o que permite investigar alguns significados de luta pela emancipação da escravidão.

Dentre os sujeitos escravizados (776 casos), a maioria, 510 eram propriedade da Imperial Fazenda de Santa Cruz (66%), e 168 aparecem como propriedade de senhores no entorno da fazenda (24%) e 79 deles não tiveram os seus proprietários identificados (10%). (Gráfico 2).

<sup>56</sup> Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. “Registro paroquiais da Freguesia de Santa Cruz”, livro AP227 - Livro de batismo de escravos, 1860-1870.

**Gráfico 2 \_ Proprietários dos sujeitos escravizados nas categorias nominativas dos registros de batismo do Curato de Santa Cruz – 1860-1870**



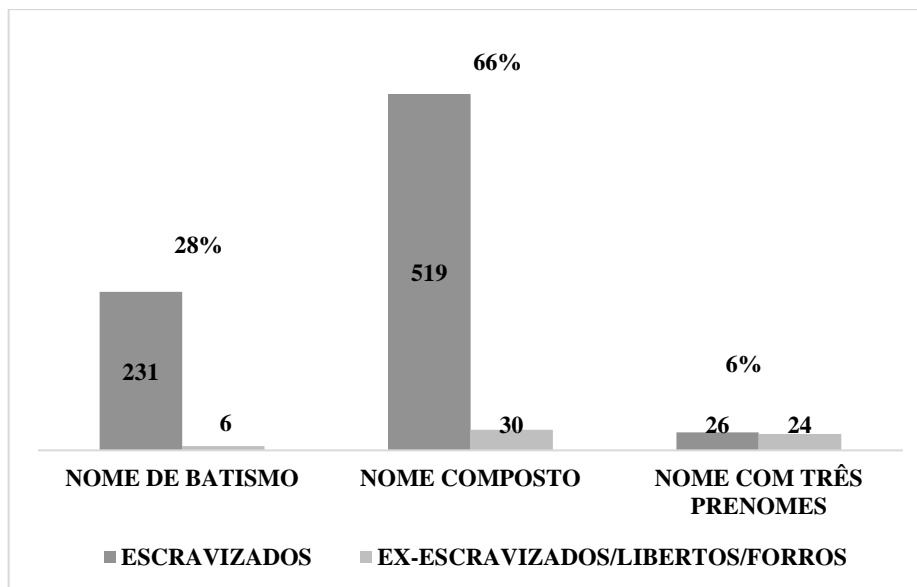
Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. “Registro paroquiais da Freguesia de Santa Cruz”, livro AP227 - Livro de batismo de escravos, 1860-1870.

Assim, essa amostragem nos permite observar a dinâmica de posse de sujeitos escravizados no Curato de Santa Cruz no período analisado, apontando a Fazenda como grande proprietária de escravizados na região. Além disso, outros proprietários de escravizados são recorrentes nos registros de batismo do Curato, demonstrando uma constância não só de nascimento de crianças escravizadas na região, mas também a manutenção de redes através do compadrio e alianças políticas entre os escravizados e os seus proprietários com a Fazenda de Santa Cruz. Alguns desses senhores estavam ligados ao comércio e aluguel de escravizados na Fazenda.

Dividimos esse quantitativo de escravizados em três grupos: sujeitos com a estrutura nominativa com apenas um nome de batismo, composto por 237 sujeitos (28%), sendo 231 com condição jurídica de escravizados, 6 com condição jurídica de livres, libertos ou forros. O segundo grupo é composto por sujeitos com nomes compostos, podendo ser um nome simples ou sobrenome, composto por 550 sujeitos (66%), desses 519 são de condição jurídica de escravizados e 30 são forros, livres, libertos ou ex-escravizados. O último grupo é constituído por sujeitos com a estrutura nominativa com três nomes, podendo ser todos os nomes simples ou conter sobrenomes, composto por 50 sujeitos (6%), sendo 26 de condição jurídica de escravizados e 24 forros, livres e libertos. (Gráfico 3).



**Gráfico 3 \_ Estruturas Nominativas nos registros de batismos do Curato de Santa Cruz– 1860-1870.**



Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. “Registro paroquiais da Freguesia de Santa Cruz”, livro AP227 - Livro de batismo de escravos, 1860-1870.

A partir dessa amostragem nominativa, propomos uma análise sobre o costume de nomear sujeitos escravizados com nome e sobrenome na Fazenda de Santa Cruz e seu entorno, através da verificação dos nomes nos registros de batismo do Curato de Santa Cruz. Na segunda parte analisamos os nome e sobrenome dos escravizados no registro de aluguel. A interrogação que visamos responder é como as relações de trabalho podem estar atreladas às estratégias e redes de alianças e como a existência desses laços marcaram implicitamente como estes sujeitos foram representados ao longo do século XIX.

## 1.2 Sobrenomes nas Relações Escravistas

Não era usual que escravizados tivessem nome e sobrenome. O mais comum é que assumissem um segundo nome somente após a alforria. Contudo, na Fazenda de Santa Cruz os sobrenomes costumavam ser compartilhados, contemplando escravizados de todas as idades e sexos, representando um poderoso indicativo de sedimentação social, e sugerindo a existência de uma comunidade.<sup>57</sup>

O “costume” de nomear escravizados com nome e sobrenome foi um hábito recorrente na nomeação dos indivíduos da Fazenda de Santa Cruz. Quando traduzimos o ato de nomear escravizados com nome e sobrenome como um “costume”, o pensamos num vocabulário completo de discurso, de legitimação e de expectativas que, longe de exibir uma permanência sugerida pela palavra “tradição”, adentravam um campo de constantes mudanças e disputas, criando uma arena na qual diferentes sujeitos apresentavam as suas reivindicações conflitantes.<sup>58</sup> Acreditamos que o uso dos sobrenomes não se tratava de ação inconsciente ou apenas uma forma de diferenciar os sujeitos, mas sim uma forma complexa de parentesco ritual

<sup>57</sup> ENGEMANN, Carlos. Op. Cit., p. 62.

<sup>58</sup> THOMPSON, Edward P. A economia moral da multidão Inglesa no século XVIII. In: \_\_\_\_\_. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 13-24 passim.

que informava ao entorno uma noção legitimadora das suas crenças, direitos e costumes tradicionais.<sup>59</sup>

O costume do batismo cristão tem uma longa história, datando dos dias mais remotos desta religião. O uso de padrinhos para assistir e validar a cerimônia, também foi um costume de longa data. Segundo Stephen F. Gudeman e Stuart B. Schwartz, o batismo significava a purificação do pecado original.<sup>60</sup> No entanto, mesmo o batismo sendo uma formulação da igreja católica, esta instituição não dá conta da totalidade deste costume. O compadrio se simboliza na religião, mas os indivíduos que dele participam o carregam para fora dessa instituição formal, o projetando para dentro do ambiente social. Nesse sentido, o compadrio foi também determinado e modificado pelo contexto da escravidão.<sup>61</sup>

A historiadora Katia Matoso, informa, por exemplo, que o tráfico português interditava o embarque de cativos não-batizados. Por isso, organizavam-se batismos em grupo, nos quais toda a cerimônia se reduzia a um padre conceder um nome cristão ao escravizado, pondo-se um pouco de sal na sua língua. No porto de desembarque no Brasil, ou nas fazendas, esse ritual de batismo seria renovado, reforçando o laço cristão.<sup>62</sup>

De forma geral, a igreja requeria para os seus registros uma quantidade mínima de informação sobre um determinado batismo: o pároco declarava a data do registro do batismo, o dia, o mês, ano e o local do nascimento; o nome do batizado, tanto no corpo do texto quanto na margem superior; cor; etnia; a data do batismo; condição de nascimento, declaração de ser legítimo ou natural; caso a criança tivesse até sete anos era categorizada como inocente; os nomes, sobrenomes ou apelidos dos pais; os nomes dos proprietários; os nomes dos padrinhos e madrinhas; o nome do pároco que realizou a cerimônia. O registro também indicava a condição jurídica de todos os sujeitos no ritual: escravizados, libertos, forros ou ex-escravizados, quando não havia o interesse do pároco de destacá-la, poderia estar indicando uma relação de pessoa livre.<sup>63</sup> Diversos padrões podem emergir desses dados. Seja pela força da lei ou da fé religiosa, o batismo revela aspectos da relação senhor-escravizado e do próprio contexto sociopolítico.<sup>64</sup>

No primeiro momento, na cerimônia de batismo das crianças inocentes, elas recebiam apenas um nome, salvo exceções. O nome de batismo deveria ser, preferencialmente, um nome cristão ou de um santo. Segundo Stuart Schwartz, os nomes mais escolhidos foram Maria, José, João, Manoel, indicando um parentesco direto com a família católica e um renascimento nela.<sup>65</sup>

O levantamento dos nomes dos inocentes batizados no Curato de Santa Cruz demonstram que 458 das crianças batizadas no Curato, na década de 1860-1870, receberam apenas um nome (97%). Mas, uma pequena parcela, 13 crianças (3%), destoam desse padrão, eles foram nomeados com uma estrutura nominativa de nomes compostos. Os significados dessa escolha podem estar atrelados às relações de parentesco ritual na Fazenda de Santa Cruz. Diante do quantitativo de 97% dos inocentes recebendo apenas um nome cristão no momento da cerimônia de batismo, podemos postular que o costume de receber um nome composto na

---

<sup>59</sup> FREIRE, Jonis. Legados da administração jesuítica: comunidades e família entre os cativos da Fazenda de Santa Cruz, século XVIII. In: ENGEMANN, Carlos (org.); AMANTINO, Marcia (org.) *Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da Coroa*. Eduerj, Rio de Janeiro, 2013, p. 186.

<sup>60</sup> GUEDEMAN, Stephen F.; SCHWARTZ, Stuart B. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: *Escravidão e invenção da liberdade*. Editora Brasiliense, 1988, p. 33-59, p. 34.

<sup>61</sup> *Ibidem*, p. 37.

<sup>62</sup> MATOSO, Kátia de Queirós. *Ser Escravo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2013, p. 45.

<sup>63</sup> GUEDEMAN, Stephen F.; SCHWARTZ, Stuart B. *Op. Cit.*, p. 44.

<sup>64</sup> NADALIN, Sérgio Odilon. *A demografia numa perspectiva histórica*. São Paulo: ABEP, 1994, p. 16.

<sup>65</sup> *Ibidem*, p. 44.

Santa Cruz não é iniciado na infância. O mais comum fosse que os sujeitos adquirissem um segundo nome quando iniciassem as suas vidas adultas.<sup>66</sup>

A primeira infância das crianças escravizadas é demarcada entre a idade de 0 a 3 anos. Após esse marco, as crianças já poderiam ser postas num lugar de aprendizes das funções que os seus pais praticavam, nas costas ou nas barras das saias da mãe, ficando assim próximos de todo o fluxo de trabalho servil, ao qual seriam inseridos em breve: tiravam ervas daninhas, semeavam frutas, cuidavam dos animais domésticos. Aos 7 ou 8 anos, iniciava-se uma nova etapa: começavam a trabalhar no serviço mais pesado e regular, deixando para trás as últimas “regalias” da primeira infância e desempenhando funções específicas para a sua idade. Nesta fase já podiam ser treinados para funções que desempenhariam na vida adulta.<sup>67</sup> Ainda novo, o filho da mulher escravizada é olhado também como um trabalhador, somente diferente do adulto enquanto não alcançava a idade para assumir papel de força de trabalho. Desde muito cedo os senhores cuidavam para que as crianças escravizadas fossem treinadas para tornarem-se trabalhadores úteis.<sup>68</sup>

No caso da maioria religiosa, até os sete anos a criança escravizada era designada como “inocente”, a partir de então, era vista como provida de consciência e responsabilidade, adquirindo foro de adulto. Na Fazenda de Santa Cruz a idade dos rapazes e moças casadouros era, respectivamente, de 14 para eles e 12 anos para elas, conforme as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.<sup>69</sup> A historiadora Katia Mattoso atentou-se para a legislação do período para definir a maioria civil: o código Filipino fixava a maioria para as meninas aos doze anos e para os meninos aos quatorze anos, além de palavras como “crias de peito” e “crias de pé” para referir-se aos filhos das escravizadas desembarcados nos portos brasileiros. A lei de 1871 (Lei do Ventre Livre) obrigou os senhores a se responsabilizarem pelos filhos das escravizadas até a idade de oito anos, quando deveria se decidir pela libertação e indenização pelo Estado, ou se utilizar dos trabalhos dessas crianças até a idade dos 21 anos.<sup>70</sup>

O debate historiográfico em torno da infância escravizada no Brasil tem se construído em termos relacionados com uma experiência de trabalho. Um dos caminhos para entender a transição da infância para a vida adulta dos sujeitos escravizados, é investigar os mundos do trabalho, considerando que o marco divisor estava posto no dia a dia de labuta. Muitos registros dessa infância mostram que já era possível identificar crianças menores de sete anos em funções como roceiros, serviços domésticos, serventes, entre outras.<sup>71</sup>

Mesmo o costume não sendo iniciado na infância dos escravizados, as crianças que receberam a estrutura nominativa de nomes compostos oferecem pistas importantes sobre as alianças e laços estabelecidos. Verifica-se, no Quadro 1 que, das treze crianças inocentes com nomes compostos, nove não tiveram as suas associações identificadas. As crianças não recebem o nome dos seus pais ou padrinhos. Podem ter recebido o nome dos avós, um tio, de um irmão, do cônjuge de um dos seus padrinhos ou alguém próximo à família por laços de amizade, ou gratidão.<sup>72</sup>

Entretanto, se observamos os nomes provenientes do compadrio temos: Leobina Francisca, Antônia Francisca, Maria do Espírito Santo e Anna de Santa Anna recebendo o nome

---

<sup>66</sup> Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. “Registro paroquiais da Freguesia de Santa Cruz”, livro AP227 - Livro de batismo de escravos.

<sup>67</sup> SILVA, Rafael Domingos Oliveira. “Negrinhas’ e ‘Negrinhos’” visões sobre a criança escrava nas narrativas de viajantes (Brasil, século XIX). *Revista de História*, Salvador, v. 5, p. 107-134, 2013, p.114.

<sup>68</sup> MATOSSO, Kátia M. de Queirós. Op. Cit., p. 45.

<sup>69</sup> FREIRE, Jonis. Op. Cit., p. 197.

<sup>70</sup> MATOSSO, Kátia M. de Queirós. Op. Cit., p. 45.

<sup>71</sup> SILVA, Rafael Domingos Oliveira da. Op. Cit., p. 113.

<sup>72</sup> MARQUES, Rachel dos Santos. Op. Cit., p. 110.

ou sobrenome dos seus padrinhos e madrinhas, indicando que um dos critérios de nomeação pode ter de ser constituído por meio das relações de compadrio. (Quadro 1).

**Quadro 1 - Associações presumidas dos nomes compostos dos inocentes no Curato de Santa Cruz. (1860-1870).**

Data de nascimento	Data de batismo	Nome	Associação
06/05/1863	02/07/1863	Leobina Francisca	Padrinho
10/07/1863	02/08/1863	Candido José	Não identificado
17/04/1864	08/03/1864	Roza Viterbo	Não identificado
25/08/1861	18/07/1861	Antônia Francisca	Madrinha
23/10/1861	08/19/1861	Calisto José	Não identificado
27/10/1861	08/10/1861	Domingo das Chagas	Não identificado
02/08/1863	16/07/1863	Maria do Espírito Santo	Madrinha
02/08/1863	16/07/1863	Apolinária Francisca	Não identificado
07/01/1863	-	Miguel Martins da Luiz	Não identificado
27/05/1863	-	Benvinda Thereza	Não identificado
27/09/1863	11/09/1863	Anna de Santa Anna	Madrinha
05/10/1865	19/10/1865	Maria Evangelista	Não identificado
21/04/1864	08/05/1864	Julia Rosa	Não identificado

Fontes: Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. “Registro paroquiais da Freguesia de Santa Cruz”, livro AP227 - Livro de batismo de escravos, 1860-1871.

O momento do batismo constituía parte das estratégias sociais daqueles que designavam os nomes dos seus rebentos. As escolhas poderiam ser as mais diversas, mas tratava-se, ainda assim, de escolhas projetadas de acordo com uma “racionalidade limitada”.<sup>73</sup>

Consideremos o caso do batismo da inocente Anna de Santa Anna, que recebeu o mesmo nome e sobrenome da sua madrinha: nasceu no dia 11 de setembro de 1863, sendo batizada no dia 27 do mesmo mês e ano. Os pais, Maria Antônia Juliana e Benedicto, escravizados da Imperial Fazenda de Santa Cruz, conceberam a inocente num estado matrimonial legítimo, ou seja, abençoado pela igreja católica. Escolheram os padrinhos acreditando no amor que, perante o batismo, transforma a escolha num laço de aliança irredutível. Como madrinha nomearam Anna de Santa Anna, uma das escravizadas alugadas pela Imperial Fazenda de Santa Cruz, nas classes de ofícios da (8º) Esquadra de serviço (1863-1864) e (9º) Esquadra de serviço (1865-1868), ocupações direcionada para as lavoras, limpeza de valas, etc.<sup>74</sup> Como padrinho, escolheram Manoel dos Santos, escravizado da Imperial Fazenda, que estava alocado na classe de ofício de oleiro.<sup>75</sup>

A escolha pela madrinha Anna de Santa Anna era uma ação continuada. O casal de escravizados havia feito a mesma escolha dois anos antes, no dia oito de outubro de 1861, quando batizaram o Inocente Domingos das Chagas na capela do Curato de Santa Cruz. Escolheram a mesma madrinha, Anna de Santa Anna, porém outro padrinho, João Ventura,

<sup>73</sup> MARQUES, Rachel dos Santos. Op. Cit., p. 111.

<sup>74</sup> As esquadras de serviço eram ocupações que estavam divididas em esquadras, num número de 10 distribuições, composta de 104 escravizados e Esquadras de Reservas, também dítidas por esquadras de 10 distribuições, composta por 35 escravizados. Essas esquadras estavam organizadas por espaços e funções, por exemplo, as esquadras das taipas (diques), esquadras de limpeza e desobstrução dos rios, esquadras das valas ou valões e esquadras voltadas à grande lavoura. As “Esquadras de Reservas” destinava-se a suprir a primeira, mas tinha obrigações fixas. Havia Também a “esquadra de ambulantes”, composta por vendedores ambulantes, que descarregavam material em Sepetiba e Itaguaí, conduzir, manteiga e a correspondência Imperial Fazenda, expediente para o paço da cidade. FREITAS, Benedicto. Op. Cit., vol. I. p. 225.

<sup>75</sup> Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. “Registro paroquiais da Freguesia de Santa Cruz”, livro AP227 - Livro de batismo de escravos, 1860-1870.

também escravizado da Imperial Fazenda de Santa Cruz. A homenagem elaborada à madrinha, dando à menina o seu nome, formalizava o laço de afinidade.

No recorte temporal de 1860 a 1870, observamos que a escravizada Anna de Santa Anna estabeleceu relações de compadrio com seis inocentes no curato de Santa Cruz: em 1861, foi madrinha de batismo do dito Inocente Domingos das Chagas; no dia seis de janeiro de 1862, foi madrinha do inocente Francisco, filho natural de Donaria de Jesus, que escolheu para padrinho Braz Ignácio, um escravizado também alugado pela Imperial Fazenda de Santa Cruz, alocado na classe de ofício de Oleiro. No mesmo dia, mês e ano, foi madrinha do inocente José, filho natural de Francisca Rosa que para padrinho, elegeu Virgílio Camillo. Em 1863, o batismo da Inocente Anna de Santa Anna que recebeu o mesmo nome da madrinha. Em 1867, a escravizada foi madrinha de Josué, filho legítimo dos escravizados João Manoel e Maria Janaína, que como padrinho escolheram o escravizado Rufino Lemos. Por fim, em 1870 Anna de Santa Anna foi madrinha da inocente Juvência, filha de Maria Ignacia, escravizada alugada a si na classe de ofício da (5<sup>o</sup>) Esquadra, o padrinho foi Antonio Barbosa.<sup>76</sup>

Observamos que ao longo do tempo aqui estudado a escravizada estabeleceu diversas relações sociais por meio do compadrio, tendo como principal estratégia o reforço das suas alianças e prestígio no Curato de Santa Cruz. Foi uma madrinha amada, colhendo os bons frutos das suas relações sociais. A escravizada representou uma escolha social efetivamente relevante e provavelmente estratégica, e por isso foi escolhida tantas vezes pelos circunvizinhos e homenageada por aqueles que lhes herdaram o nome.

Essa articulação de redes sociais mais amplas pode ser interpretada como uma estratégia relacional que se construía no espaço socializado das suas relações de trabalho. O exercício de um ofício foi fator fundamental para a mobilidade e o status das famílias escravizadas da Fazenda, uma vez que possibilitava maior capacidade de Inter reconhecimento. A escravizada Anna de Santa Anna por meio do seu trabalho alugado, foi responsável pela manutenção do prestígio que a sua família gozava; promoviam, para tanto, o estreitamento dos laços com membros do próprio plantel e com indivíduos livres próximos à Fazenda de Santa Cruz.<sup>77</sup>

Casos como o da inocente Anna de Santa Anna, que recebeu o mesmo nome da sua madrinha no momento da cerimônia de batismo, forjaram alianças importantes no Curato de Santa Cruz. Aproximaram o recebedor do nome de outras pessoas, especialmente, os seus pais, avós e padrinhos.<sup>78</sup> Todavia, o mais comum, era adotar um segundo prenome apenas quando começavam a atuar como adultos na sociedade, como, por exemplo, quando se tornavam pais ou eram chamados à pia batismal para apadrinharem um inocente.<sup>79</sup>

### 1.2.1 Um nome de batismo cristão

No registro de batismo de escravizados do Curato de Santa Cruz, encontramos 231 sujeitos relacionados à condição jurídica de escravizados, nas categorias de nome dos pais, mães, madrinhas ou padrinhos, empregando apenas o primeiro nome de batismo. Além dos escravizados, sete sujeitos: três mulheres libertas, uma livre, duas forras e um homem forro ainda estavam usando apenas os seus nomes de batismo cristão nas relações sociais mantidas. Observando os proprietários destes 231 escravizados, evidencia-se que 165 dos escravizados

---

<sup>76</sup> Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. “Registro paroquiais da Freguesia de Santa Cruz”, livro AP227 - Livro de batismo de escravos.

<sup>77</sup> SOUZA, Amanda C. E. Aluga-se: escravizados, alugadores e fiadores na Imperial Fazenda de Santa Cruz. In: *20º Encontro de História da Anpuh-Rio: 1822/2022: 200 anos de História e Historiografia*, 2022, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2022.

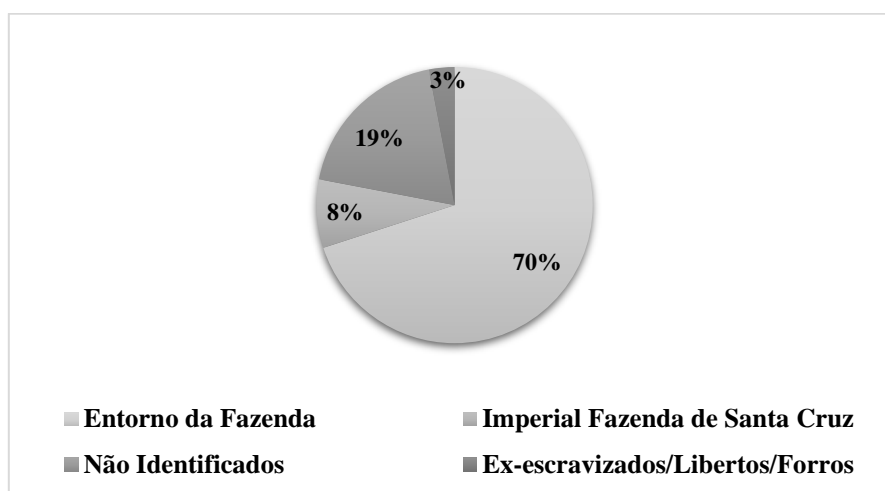
<sup>78</sup> MARQUES, Rachel dos Santos. Op. Cit., p. 103.

<sup>79</sup> Ibidem, p. 117.

eram propriedade de senhores no entorno da região da fazenda, 20 escravizados pertenciam à Fazenda de Santa Cruz e 46 escravizados não tiveram os seus proprietários identificados.<sup>80</sup>

Se observarmos o Gráfico 4, podemos analisar a proporção do total desta relação de propriedade de escravizados empregando apenas do primeiro nome de batismo (total da relação 238). Os escravizados que eram propriedades de senhores no entorno da região da fazenda correspondem a 69,32%; os escravizados pertencentes a Fazenda de Santa Cruz correspondem a 8,4%, os escravizados que não tiveram os seus proprietários identificados correspondem a 19,32% do total. No mesmo livro de batismos de escravizados encontramos os sujeitos com a condição jurídica de ex-escravizados, libertos e forros que receberam apenas o nome cristão no registro da cerimônia de batismo, em conjunto sete sujeitos que representam a menor proporção encontrada, 2,94%. (Gráfico 4).

**Gráfico 4 - Proporção de 237 sujeitos (escravizados, libertos e forros) com apenas um nome de batismo cristão por relação de propriedade no Curato de Santa Cruz. (1860-1870).**



Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. “Registro paroquiais da Freguesia de Santa Cruz”, livro AP227 - Livro de batismo de escravos, 1860-1870.

Verifica-se que a maior parcela dos escravizados que usavam nas suas relações sociais somente o nome de batismo cristão pertenciam aos proprietários no entorno da Fazenda de Santa Cruz, enquanto a Imperial Fazenda possuía um quantitativo enxuto de escravizados que utilizavam essa estrutura nominativa nas suas relações rituais. Isso pode significar que os senhores de escravizados no entorno da Fazenda não compartilhavam o costume de nomear seus escravizados com nomes compostos ou sobrenomes.

### **1.2.2 Alugadores e fiadores de escravizados da Fazenda que eram proprietários de escravizados no entorno de Santa Cruz.**

Quando analisamos os nomes dos 165 escravizados que eram propriedade de outros senhores no entorno da Fazenda, identificamos que cinco desses senhores são também alugadores ou fiadores de escravizados na Imperial Fazenda de Santa Cruz. Observemos essas relações: O “*excelentíssimo*” Barão de Itaguaí, Antônio Dias Pavão, alugou na fazenda os

<sup>80</sup> Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. “Registro paroquiais da Freguesia de Santa Cruz”, livro AP227 - Livro de batismo de escravos, 1860-1870.

ofícios dos pedreiros, Luís de França, José Felix, Antonio Vieira, Serafim de Lemos e Victorio Joaquim, nos meses de abril, maio e junho de 1865. Pagou por essa mão-de-obra - cinco escravizados com ofícios de pedreiros -, o valor de 192.000 réis, recebidos pelo cobrador.<sup>81</sup> O Barão vem sendo apontado na historiografia como um importante ator no tráfico ilegal de africanos no século XIX.<sup>82</sup>

Nos registros de batismos do Curato de Santa Cruz, o Barão era proprietário das escravizadas Fausta e Fausta Maria, que em 1862 batizou no Curato o inocente Crescencio, que nasceu no dia 14 de setembro de 1859, filho de Fausta Maria<sup>83</sup>. Em 1863, batizou a inocente Maria, de dois anos, cuja mãe é registrada apenas com o nome de Fausta, designada como “parda”.<sup>84</sup> Não podemos confirmar se se trata da mesma escravizada, mas se fossem, apontaria para perda da escrita do segundo nome da escravizada no batismo posterior de seus filhos, talvez por displicência do padre que registrou o assento ou uma desvalorização desta demarcação social nas relações sociais desta escravizada e seu meio social.

O Doutor Ignácio José Garcia foi um dos administradores da Imperial Fazenda de Santa Cruz no período de 1856 a 1867 e era proprietário da escravizada Maria. A escravizada batizou sua filha, uma inocente de mesmo nome, no dia vinte nove de julho de 1866. Na Imperial Fazenda Garcia alugou escravizados com os ofícios de pedreiro, senhor de obra, carpinteiro, falquejador e os serviços da (3<sup>o</sup>) esquadra, composta por vendedores ambulantes. No total foram 13 escravizados trabalhando para o administrador durante os anos de 1865 e 1866. Os preços dos aluguéis foram calculados pelo valor das diárias do serviço, mas os pagamentos não foram somados e nem lançados no registro de aluguel, como de costume pelo cobrador. Essa ausência pode significar um conflito entre o comércio dos aluguéis de escravizados e o seu uso pessoal por funcionários da Fazenda.<sup>85</sup>

Ao que tudo indica, o uso da mão-de-obra dos escravizados alugados foi bastante comum entre os funcionários da administração da fazenda.<sup>86</sup> João José dos Santos, por exemplo, exerceu o cargo de “Fiel dos Armazéns”, um funcionário da administração responsável por fiscalizar o armazém do local. Alugou no dia 11 de julho de 1865, o escravizado Alexandre do Carmo, na classe de ofício, “foice”. O preço do aluguel foi estabelecido em 640 réis pela diária do trabalhador, que se recolheu a 31 de julho. Os pagamentos também não foram lançados no registro.<sup>87</sup> Além de funcionário da fazenda, João José dos Santos era proprietário da escravizada Francisca, que batizou sua filha de mesmo nome no dia oito de dezembro de 1865 no Curato de Santa Cruz.<sup>88</sup>

---

<sup>81</sup> Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

<sup>82</sup> CF. SILVA, Juliana Delphino Garcia. Entre nobres, engenhos e o Atlântico: o tráfico ilegal de africanos para a freguesia de São Francisco Xavier de Itaguaí (C. 1830-1870). 2022. Dissertação (Mestrado e História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 2022.

<sup>83</sup> Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. “Registro paroquiais da Freguesia de Santa Cruz”, livro AP227 - Livro de batismo de escravos, 1860-1870.

<sup>84</sup> Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. “Registro paroquiais da Freguesia de Santa Cruz”, livro AP227 - Livro de batismo de escravos, 1860-1870.

<sup>85</sup> Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

<sup>86</sup> Ao analisamos as listas dos Almanak Laemmert, no período de 1860 a 1870, na categoria *Casa Imperial*, na sessão *Imperial Fazenda de Santa Cruz*. Verificamos que 16 funcionários desta Fazenda participaram dos contratos de aluguéis de escravizados, como fiadores. Essa amostra, aponta para relações de proximidade entre os funcionários desta Fazenda na organização das relações de trabalho dos sujeitos escravizados. Pretendemos estudar esta hipótese no Doutorado.

<sup>87</sup> Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

<sup>88</sup> Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. “Registro paroquiais da Freguesia de Santa Cruz”, livro AP227 - Livro de batismo de escravos, 1860-1870.

Já José Garcia Terra parece ter sido um homem influente na região. O seu nome aparece num dos mais importantes periódicos de publicação do Rio de Janeiro, *Almanak Administrativo, Mercantil, Civil e Industrial*. José Garcia Terra, é anotado como um dos principais possuidores do tráfico com redes, ocupações ligadas a pesca numa povoação na praia de Sepetiba. Seu nome aparece também na lista de lavradores no Curato de Santa Cruz.<sup>89</sup> Além disso, o senhor era proprietário de oito escravizados, todos apareceram nas cerimônias de batismo, com apenas o primeiro nome, estes são: Claudina, mãe da inocente Fausta, nascida em 1861; Josefina, mãe da inocente Estorina, nascida em 1869; Joaquina, mãe da inocente Constância, nascida em 1862; duas escravizadas foram nomeadas como Antônia, nos dois registros encontrados, como mães da inocente Victoriana e a inocente Joana respectivamente, as duas nascidas em 1867. Ademais, era proprietário de Lucinda, madrinha da inocente Fausta, filha de Claudina, e de Caetano, padrinho da inocente Maria, filha da escravizada Maria e propriedade do Doutor Ignácio José Garcia.<sup>90</sup>

José Garcia Terra, que junto ao seu nome teve assinado o título de “*excelentíssimo senhor*” alugou os serviços de “cesteiro” do escravizado Dionizio do Rosário, em 31 de março de 1863. Pagou pelos serviços o preço de 10.000 réis mensais. A relação se manteve até o dia 15 de abril, quando o escravizado foi recolhido à Fazenda, apenas para ser novamente alugado pelo ‘excelentíssimo’ senhor em 22 de abril e novamente recolhido a 19 de maio de 1863.<sup>91</sup> Por último temos José Feliciano Godinho, que exerceu muitos cargos no Curato de Santa Cruz, foi escrivão do subdelegado (cargo ocupado por Ignacio José Garcia), boticário e comissário vacinador. Certamente, era um senhor de prestígio na região, pois foi um dos cinco eleitores do curato no período de 1861 a 1880.<sup>92</sup> Era proprietário de duas escravizadas de mesmo nome, Thereza (que talvez fosse a mesma). Essas escravizadas batizaram dois de seus filhos no curato: um deles era, o inocente Horácio, nascido em 1864 e a outra, a inocente Ignacia em 1866.<sup>93</sup> José Feliciano Godinho participou das relações dos aluguéis das escravizadas, Ângela Maria, Antônia Maria Victoria e Florisbela Joaquina, nos anos de 1862 e 1863 como fiador. Às duas primeiras alocadas na (1º) Esquadra de reserva e a última na (7º) Esquadra.<sup>94</sup>

Voltando ao fio da meada, ao que tudo indica, a estrutura nominativa de nomes compostos que era costume na Fazenda de Santa Cruz, não foi adotada pelos proprietários de escravizados no seu entorno. No entanto, uma pequena parte desses proprietários manteve relações de clientela com a Fazenda de Santa Cruz, alugando mão-de-obra cativa e os seus escravizados mantiveram relações com a comunidade escravizada da Fazenda, estabelecendo parentescos rituais e compartilhando o cotidiano de trabalho.

### 1.2.3 Os escravizados da Fazenda de Santa Cruz e os nomes compostos

Agora, se voltamos aos registros de batismos, buscando pela estrutura de nomes compostos: “nome de batismo + segundo nome”, o resultado que encontramos é o oposto. A

---

<sup>89</sup> Almanak Administrativo, Mercantil, Civil e Industrial. Rio de Janeiro. Anos de 1860-1870. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/313394x/19766>>. Acesso em 6 jun. 2021.

<sup>90</sup> Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. “Registro paroquiais da Freguesia de Santa Cruz”, livro AP227 - Livro de batismo de escravos, 1860-1870.

<sup>91</sup> Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

<sup>92</sup> Almanak Administrativo, Mercantil, Civil e Industrial. Rio de Janeiro. Anos de 1860-1870. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/313394x/19766>>. Acesso em 6 jun. 2021.

<sup>93</sup> Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

<sup>94</sup> Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.



Imperial Fazenda de Santa Cruz aparece como a proprietária majoritária dos escravizados com essa estrutura nominativa.

Dos 519 sujeitos escravizados com a estrutura de nome composto, 471 são propriedade da Imperial Fazenda, enquanto apenas 15 escravizados apresenta-se como posse de outros proprietários em torno da região. Para 33 desses sujeitos os proprietários não foram identificados. Além dos escravizados, 30 sujeitos: 4 forros, 12 livres, 11 libertos e 3 ex-escravizados escolheram um segundo nome para existir dali em diante.<sup>95</sup>

Se observarmos o Gráfico 5, podemos analisar a proporção do total dos sujeitos com a estrutura de nome composto no curato de Santa Cruz (total 550, sujeitos). A fazenda de Santa Cruz possuía a maior fração, com 86% dos nomes compostos, os escravizados em posse de outros proprietários no entorno da fazenda correspondem a 2,74% do total e os senhores dos sujeitos escravizados não identificados correspondem 5,63%. Em conjunto, ex-escravizados, libertos e forros (31 casos) representam 5,63% do quantitativo. (Gráfico 5).

**Gráfico 5 - Proporção de 550 sujeitos (escravizados, libertos e forros) com nomes compostos por relação de propriedade no Curato de Santa Cruz. (1860-1870).**



Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. “Registro paroquiais da Freguesia de Santa Cruz”, livro AP227 - Livro de batismo de escravos, 1860-1870.

A maioria dos nomes compostos escolhidos eram, para as mulheres: Maria, Francisca, Antônia, Rosa, Joaquina, Luciana, mas também Proscópia, Generosa, etc. Para os escravizados, Antonio, Graciano, Francisco, Ignacio, José, etc. A segunda opção seria um segundo nome com referências religiosas: Anjinha, Anjos, Carmo, Espírito Santo, Santa Anna, de Jesus, Santidade, Trindade, Gloria, Dores, etc. Ou ainda poderiam selecionar sobrenomes presentes no escopo de escolhas possíveis: Andrades, Pereira, Fernandes, Nascimento, Castro, Gonsalves, etc.

A escolha de um segundo nome, ainda que aparentemente escolhido por aquele que o portava, diferente do batismo, quando o nome era escolhido por seus pais e/ou padrinhos, ainda podia estar associados estes vínculos. A escolha não fugia do padrão relacional: o segundo nome, era escolhido conforme as intenções e dentro da gama de possibilidades, estabelecendo novas alianças, marcando novas aproximações.<sup>96</sup>

Carla Casper Hackenberg, na dissertação: *Famílias em cativeiro: uma negociação entre escravos e proprietários na Fazenda Cabussú, Rio de Janeiro (1780-1830)*, observou que 62% dos nomes dos escravizados da fazenda Cabussú foram tomados dos seus parentes e padrinhos. Os escravizados buscavam batizar os seus filhos com o nome de parentes, vivos ou mortos, para

<sup>95</sup> Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. “Registro paroquiais da Freguesia de Santa Cruz”, livro AP227 - Livro de batismo de escravos.

<sup>96</sup> MARQUES, Rachel dos Santos. Op. Cit., p. 118.

integrar e fortalecer os seus elos familiares.<sup>97</sup> A pesquisadora observou que nos casos em que houve homenagem a parentes, estes, geralmente, pertenciam à linhagem materna. Ou seja, os filhos repetiam o nome da própria mãe ou dos irmãos e sobrinhos da mãe. Além de favorecer a união parental e restituir os ancestrais novamente ao seio da família, as homenagens interligam uma tendência a matrilinearidade.<sup>98</sup>

Assim, em Cabussú a linhagem materna tinha um peso superior à paterna, considerados membros relevantes da estrutura familiar não só a mãe, o pai e os filhos, como também a avó materna, o tio materno e outros parentes da mãe. Segundo Hebe Mattos, a valorização da memória geracional, especialmente matrilinear com a constituição de linhagens femininas, bem como as relações de compadrio, reforçava o peso das relações familiares para os cativos, mesmo na ausência da figura paterna.<sup>99</sup>

Essa perspectiva matrilinear é reforçada pelo estudo do pesquisador Armindo Santos. Analisando as práticas de nominação na região da Beira-Baixa rural, em Portugal, observou que no antigo universo camponês a maioria das mulheres não possuía patronímicos ou matronímicos (o apelido recebido do pai), conforme conseguiu constatar nos registros paroquiais de casamento e óbito. Não possuindo patronímicos ou matronímicos, as mulheres não os podiam transmitir e com eles marcar a sua descendência numa ou noutra das duas linhas sexuais de filiação (do filho ou da filha). Para contornar esse obstáculo, faziam-no em linha feminina de descendência com os seus prenomes, graças ao mecanismo de apadrinhamento.<sup>100</sup>

Pelo princípio de apadrinhamento, a avó materna tinha o direito implícito de apadrinhar e de atribuir o seu pronome a sua primeira neta saída da sua filha mais velha e de lhe dar o seu pronome no batismo. Durante a infância, esta neta era chamada pelo pronome recebido da avó e, de forma tecnonímica, pelo primeiro pronome da sua mãe. Ou seja, se ela se chamasse Maria e a sua mãe Joana designavam-na como “a Maria da Joana”. No momento do seu casamento, o pronome da mãe ficava associado ao pronome de batismo da filha e inscrito no registo sem o artigo “a” e sem a preposição “da”.<sup>101</sup>

Estes dois prenomes passavam assim a constituir a identidade da filha ao longo de toda a sua vida de adulta, sob a forma, do exemplo dado, “Maria Joana”. Por vezes, quando o significado dos prenomes da mãe e da filha se prestava, como, por exemplo, a forma tecnonímica “Maria da Conceição”, de referência religiosa, o nome da filha casada guardava exatamente o modo tecnonímico de referência à mãe, conservando o vocábulo “da”. As segundas filhas eram apadrinhadas de preferência pelas irmãs da mãe, as quais, outorgando os seus prenomes às sobrinhas, faziam variar, enquanto preservavam, os diferentes prenomes da fratria feminina.<sup>102</sup>

O mesmo princípio de apadrinhamento praticado com relação às filhas era reproduzido com relação aos filhos: avô paterno tinha igualmente o direito implícito de apadrinhar e atribuir o seu pronome ao neto primogênito, enquanto os filhos segundos eram apadrinhados de preferências pelos irmãos do pai que lhes davam o seu pronome.<sup>103</sup> Nessa relação, somente a filha mais velha tinha os pronomes da avó materna, tal como só o filho primogênito possuía o mesmo nome próprio e apelido do seu avô. Deste modo, os filhos e os pais não possuíam o

---

<sup>97</sup> HACKENBERG, Carla Casper. *Famílias em cativo*: uma negociação entre escravos e proprietários na fazenda Cabussú, Rio de Janeiro (1780-1830). 1997. 195f. Dissertação (Mestrado em História) \_ Curso de Pós-graduação em História. Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997, p. 98.

<sup>98</sup> *Ibidem*, p. 99.

<sup>99</sup> MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX). 3. Ed. Campinas: SP: Editora Unicamp, 2013, p. 33.

<sup>100</sup> SANTOS, Armindo. O Parentesco no Feminino em Portugal: a memória do nome de família e a sua outorga aos filhos. *Etnicex: revista de estudos etnográficos*, n. 5, p. 39-51, 2013, p. 44.

<sup>101</sup> *Ibidem*, p. 44.

<sup>102</sup> *Ibidem*, p. 44.

<sup>103</sup> *Ibidem*, p. 45.

mesmo pronome, existindo dois pronomes em circulação: o da mãe/pai e da avó/avô que lhe alternavam em função dos apadrinhamentos.<sup>104</sup>

O autor evidencia o uso dessas duas linhas sexuais de filiação pelo nome, e designa de ginolinear, as filhas recebendo o pronome da mãe; e androlinear, os filhos recebendo os apelidos do pai. Essa prática nominativa é de uso costumeiro e não sofreu mudanças, mesmo com a implantação do código civil de 1832. Tudo indica, que o modelo descrito não se limita apenas a Beira-Baixa rural tradicional. Outras observações, tendem a confirmar práticas semelhantes noutros locais de Portugal.<sup>105</sup> As raízes ibéricas e, mais especificamente, portuguesas, conforme as tem tratado classificando a historiografia, são facilmente identificadas nessa preposição. No entanto, podemos pensar que este costume também retornam as análises sobre a sociedade escravista brasileira.

Segundo o pesquisador Rodrigo de Azevedo Weimer, na sua tese: *A gente da Felisberta: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação*, esse modelo nominativo apresentado por Santos para região de Beira-Baixa rural, foi parcialmente transposto para o Brasil. No caso dos escravizados, o pronome da mãe era extensivo aos filhos do sexo masculino, devido aos baixos índices de legitimidade, ou a legitimidade formalmente reconhecida como tal. Assim, por não terem pais reconhecidos, os filhos de mulheres escravizadas eram considerados “naturais”, e por isso, na maioria das vezes, traziam para si os prenomes das suas mães.<sup>106</sup>

As famílias escravizadas empregavam, no segundo termo dos nomes, compostos-tecnonímico, um nome que referir-se a uma linhagem familiar feminina, ou mesmo pronomes, com a lembrança de uma linhagem de pertencimento que não queriam esquecer, pais, avôs e irmãos. A cabo de algumas gerações, aquilo que anteriormente foi um prenome pode transmutar-se num sobrenome.<sup>107</sup>

As perspectivas dos autores apontam para as solidariedades horizontais e familiares no ato de nomear. Assim, a adoção de um sobrenome pelos sujeitos escravizados, eram transmitidos a seus filhos e netos por tecnonímico da linhagem feminina e pronomes minuciosamente escolhidos em um repertório nominal alimentado por seus, pais, avós, avôs e tios, frequentemente escravizados.<sup>108</sup> Sem generalizar, os casos estudados pelos autores ou propor uma transposição mecânica de modelos europeus, podemos pensar que tais práticas podem ter encontrado alguma adesão por parte das famílias escravizadas no Curato de Santa Cruz. Os pronomes poderiam estar sendo adotados como tecnonímicos que identificavam ramos familiares, mas também apontavam para o pertencimento comunitário e para o fortalecimento das alianças no curato e seu entorno.<sup>109</sup>

#### 1.2.4 Rumo a liberdade: escolhendo um terceiro nome

Ao longo das suas vidas, os escravizados poderiam adotar, ainda, um terceiro nome. A estrutura nominativa “nome de batismo + segundo nome + terceiro nome” encerra a menor ocorrência encontrada no Curato de Santa Cruz. Encontramos 50 resultados para a estrutura nominativa de três nomes, isto é 6%: 26 são sujeitos escravizados e a Fazenda de Santa Cruz

---

<sup>104</sup> SANTOS, Armindo. Op. Cit., p. 45.

<sup>105</sup> Ibidem, p. 46.

<sup>106</sup> WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *A gente da Felisberta: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense na pós-emancipação* (c. 1847–tempo presente). 2013. 475f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2013, p. 338.

<sup>107</sup> Ibidem, p. 339.

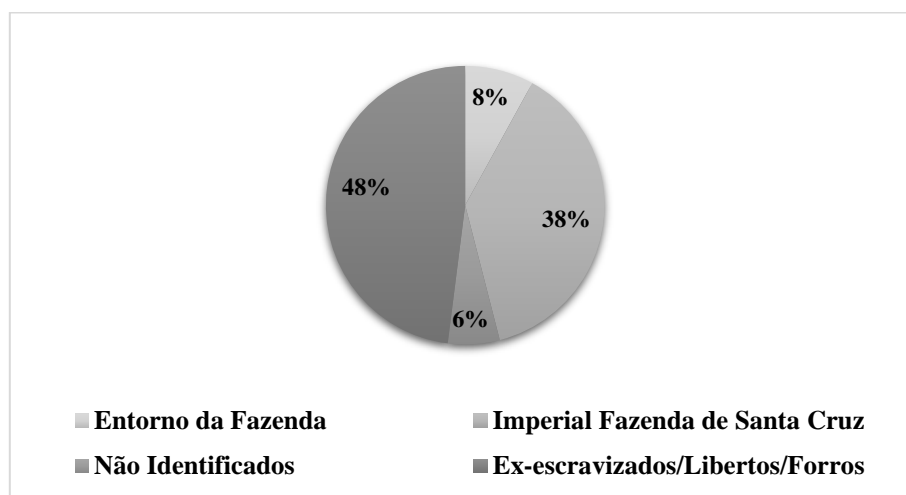
<sup>108</sup> Ibidem, p. 354.

<sup>109</sup> Ibidem, p. 342.

aparece como proprietária de 19 deles. Os outros senhores no entorno da região aparecem como proprietários de apenas quatro deles, e para três dos escravizados não foram identificados os seus proprietários, 24 casos são compostos por: 4 forros, 18 livres e 2 libertos.<sup>110</sup>

Se observarmos o Gráfico 6, encontramos um desfecho fascinante, dos sujeitos que fizeram a escolha por um terceiro nome no curato de Santa Cruz, 48% eram ex-escravizados, libertos ou forros. Os escravizados da Imperial Fazenda de Santa Cruz totalizam 38% e os escravizados de outros proprietários no entorno da região da fazenda correspondem a 8% e os senhores dos sujeitos escravizados não identificados correspondem 6%. (Gráfico 6).

**Gráfico 6 - Proporção dos 50 sujeitos (escravizados, libertos e forros) com três nomes por relação de propriedade no Curato de Santa Cruz. (1860-1870).**



Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. “Registro paroquiais da Freguesia de Santa Cruz”, livro AP227 - Livro de batismo de escravos, 1860-1870.

O impressionante é o alargamento do uso dos sobrenomes por setores livres. O critério da escolha por um terceiro prenome demonstra que a escolha foi feita na sua maioria por forros, livres ou libertos. Assim, o uso de um terceiro prenome foi uma estratégia usada por esses sujeitos, para construir relações livres, algo difícil para os muitos “Manoel José” e “Marias José”.

Vinícius de Oliveira, acompanhando a trajetória do africano Manoel Congo, natural do Reino do Congo, observa que após conseguir a sua liberdade, o africano aparece identificado não mais como “Manoel Congo”, mas sim, como “Manoel de Paula”. Quando liberto, Manoel havia substituído a designação étnica que recebeu como elemento de identificação pelo sobrenome do seu antigo senhor, o Capitão José Joaquim de Paula.

Enquanto a designação “Congo” que Manoel recebeu nos portos de comércio atlântico era um rótulo que o aproximava da escravidão, uma vez que fazia referência à linguagem com a qual ele seria designado durante a sua primeira venda na colônia, o sobrenome “Paula”, por outro lado, representava a importância deste momento que o escravizado conquistava a sua liberdade e tinha a possibilidade de escolher, ele mesmo, o seu sobrenome. Manoel construía, assim, uma nova identidade para a vida em liberdade, uma identificação que o afastava da vida

<sup>110</sup> Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. “Registro paroquiais da Freguesia de Santa Cruz”, livro AP227 - Livro de batismo de escravos. 1860-1870.

em cativo e remetia à sua nova condição jurídica de “africano livre”. O sobrenome permitia-lhe uma insígnia de liberdade, ao diferenciá-lo o estatuto dos livres daquele dos escravizados.<sup>111</sup>

Em sua dissertação de mestrado: *Os nomes da liberdade: experiências de autonomia e práticas de nomeação em um município da serra rio-grandense nas duas últimas décadas do século XIX*, Rodrigo de Azevedo Weimer observa que os nomes e alcunhas dos ex-escravizados são forma de classificação social que podem expressar a proximidade ou o distanciamento do cativo. As designações podiam demarcar a proximidade da escravidão ou da liberdade, diferenciando-os ou não da condição de escravizados, afirmando ou não o seu status de livre.<sup>112</sup>

O uso de sobrenomes conferia a sujeitos livres, libertos ou escravizados mais respeito e credibilidade. As denominações carregavam um efeito simbólico, conseguiam diferenciar os sujeitos e podiam apresentar significados de liberdade. Nesse sentido, adquirir um bom nome era desejável para os que viviam naquela sociedade. A aquisição de um sobrenome era análoga à negação da condição de “negro” ou “preto”, ou seja, em ambos os casos, o abandono do signo distintivo do não-cidadão.<sup>113</sup>

Ao que tudo indica, assumir um sobrenome de quem lhe fora dono ou construir um com a sua vivência também podia marcar o ingresso no mundo dos livres. Através da troca de nome poderia se angariar, prestígio, bom casamento, boas relações, mesmo que se obtivesse um pouco disso tudo, muito pouco, talvez. O novo nome funcionaria então como uma ficha “limpa” de máculas anteriores, desvinculando a pessoa do passado escravista, do trabalho mecânico ou de atos criminosos; ali uma nova vida se iniciava.<sup>114</sup> Não ter um sobrenome, por outro lado, era bastante prejudicial em termos de classificação social. Os significados impressos na ausência de sobrenome os classificava como os estratos sociais mais desfavoráveis e dificultava a identificação, que assim só era possível por meio de prenomes ou apelidos.<sup>115</sup>

Como mostra o historiador Walter Fraga em: *Encruzilhadas da liberdade: histórias e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910*, a adoção do sobrenome de famílias dos ex-senhores expressava uma estratégia dos libertos para se movimentarem no mundo dos livres, visando a manutenção de seus direitos. Os dados explorados pelo pesquisador demonstram que grande parte dos ex-escravizados do Engenho da Cruz, no Recôncavo Baiano, adotou o sobrenome do antigo senhor, procedimento tomado por muitos ex-escravizados em outras regiões do passado escravista. Adotar o sobrenome de seus ex-senhores podia significar, por exemplo, uma escolha estratégica para permanecer no local de trabalho no pós-abolição.<sup>116</sup> Acompanhando a trajetória de Adrelina, o historiador observou que quando ela residia no Engenho Calembá, trazia o sobrenome Bulcão, provavelmente sobrenome da família dos antigos senhores. Quando residiu no Engenho da Cruz, depois de 1889, assinou com outro

---

<sup>111</sup> OLIVEIRA, Vinícius Pereira de. O estudo de trajetórias escravas como possibilidade historiográfica: o caso do africano Manoel Congo (Rio Grande do Sul/Brasil, século XIX). In: *Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, v. 2, 2005, p. 1-17, p.12.

<sup>112</sup> WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os nomes da liberdade: experiências de autonomia e práticas de nomeação em um município da serra rio-grandense nas duas últimas décadas do século XIX*. 2007. 338f. Dissertação (Mestrado em História) \_ Unidade Acadêmica de pesquisa e Pós-graduação. Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio do Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2007, p. 212.

<sup>113</sup> *Ibidem*, p. 224.

<sup>114</sup> HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudos sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila de Rio Grande (1738-1763)*. 2006. 474f. Tese (Doutorado em História) – Programa do Instituto de Ciências Sociais e de Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, p. 134.

<sup>115</sup> WEIMER, Rodrigo de Azevedo, 2007. *Op. Cit.*, p. 222.

<sup>116</sup> FRAGA, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: Histórias de escravos e libertos na Bahia, 1870 – 1910*. 2004. 353f. Tese (Doutorado) \_ Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2004, p. 261.

sobrenome, Dutra. Ou seja, tudo indica que a adoção do sobrenome deveria obedecer à condição de moradia do ex-escravizado com o dono da terra.<sup>117</sup>

Para além da adoção dos sobrenomes com uma afeição ou sujeição às condições de subordinação nas propriedades rurais, compartilhar o mesmo sobrenome poderia ser uma forma de fortalecer os vínculos e a identidade do grupo. Muitas vezes, ao darem aos seus filhos os sobrenomes do ex-senhores, os pais estavam reverenciando os antepassados batizados com aqueles sobrenomes. Assim, os sobrenomes ligavam várias famílias numa rede de parentesco que tinha por base o passado comum de escravidão.<sup>118</sup>

Podemos observar a importância do nome e sobrenome nas relações sociais de sujeitos livres, libertos e escravizados no livro: *Provas de liberdade: uma odisseia Atlântica na emancipação*, escrita por Rebecca J. Scott e Jean M. Hébrard. Os historiadores acompanham o rastro itinerário da família de sobrenome “Vincent” e “Tinchant”, recuperando para tanto, os registros mantidos por padres, tabeliões, oficiais e recenseadores locais de Cuba, Luisiana, no Haiti, França, México e Bélgica.<sup>119</sup> A primeira geração dessa família remete a “Rosalie, mulher negra de nação Poulard”, que desembarcou na colônia francesa Sain Domingue, provavelmente na década de 1790, como escravizada. O termo de “nação Poulard” é uma referência geográfica, baseada nos portos africanos onde os navios atracavam.<sup>120</sup>

O documento mais íntimo sobre as relações trajadas pela ex-escravizada, foi o batismo da filha Elisabeth.<sup>121</sup> Foi o pai, o francês Michael Vincent, que levou a inocente até a igreja paroquial de Cabo Dame-Marie para ser batizada, reconheceu sua paternidade e assinou o registro de batismo. Elisabeth foi registrada como filha natural, acrescentou-se ao nome da menina o apelido, Dieudonné. Neste caso, um segundo nome, por parte da linhagem materna, era uma tradição de ascendência africana.<sup>122</sup> A jovem Elisabeth Dieudonne, com 23 anos, ficou noiva de um jovem chamado Jacques Tinchant, casaram-se em 1822.<sup>123</sup> À medida que tudo dava certo para o casal, eles começaram a procurar formas de desfazer alguns sinais de estigma individuais que pesavam sobre as suas relações sociais e econômicas com seu entorno. A mudança de sobrenome foi a principal estratégia do casal.<sup>124</sup>

Elisabeth, havia chegado em Nova Orleans como “filha natural” de uma mulher africana e um francês falecido. No contrato de casamento, recebeu apenas o primeiro nome, Marie e o apelido, Dieudonné.<sup>125</sup> No entanto, fosse qual fosse o seu primeiro nome, Marie ou Elisabeth, ainda assinaria sem um sobrenome, o que evidenciava a sua falta de linhagem legítima, e a possibilidade de que ela e a sua mãe tivessem sido escravizadas. Portanto, Elisabeth via à sua frente uma questão que teria que ser resolvida com paciência e de forma enfática.<sup>126</sup>

Começou a mudança do seu nome, pelo batismo dos seus filhos. Quando batizou o seu primeiro filho, em 1825, persuadiu o padre a escrever o seu nome como “Elisabeth Vincent”.<sup>127</sup> O primeiro passo havia sido dado, mas ainda precisava de uma afirmação legal, num documento certificado por um notório público, aumentando assim a aparente legalidade da sua nova nomeação.<sup>128</sup> Em 1834, sobre os termos do seu contrato de casamento, Elisabeth mantinha

---

<sup>117</sup> FRAGA, Walter. Op. Cit., p. 262.

<sup>118</sup> Ibidem, p. 289.

<sup>119</sup> SCOTT, Rebecca J; HÉBRARD, Jean M. *Provas de liberdade: uma odisseia atlântica na era da emancipação*. Campinas: Unicamp, 2014.

<sup>120</sup> Ibidem, p. 22.

<sup>121</sup> Ibidem, p. 39.

<sup>122</sup> Ibidem, p. 61.

<sup>123</sup> Ibidem, p. 105.

<sup>124</sup> Ibidem, p. 110.

<sup>125</sup> Ibidem, p. 110.

<sup>126</sup> Ibidem, p. 110.

<sup>127</sup> Ibidem, p. 111.

<sup>128</sup> Ibidem, p. 111.

uma hipoteca geral sobre as propriedades de Jacques e seu consentimento para a venda era necessário. O tabelião a mencionou na documentação como Marie Dieudonné, nome que encontrou, possivelmente, no contrato de casamento, mas ele também reconheceu a maneira como ela agora se intitulava e expandiu o nome para “Marie Dieudonne dite Elisabeth Vicent”.<sup>129</sup> Em 1835, o casal foi até o cartório do tabelião Theodore Seghers para apresentar a “retificação” formal do seu nome como parecia no contrato de casamento. Apresentava uma cópia da certidão de batismo, na qual o seu Pai, Michael Vicent, havia reconhecido sua paternidade. E solicitavam que, com base nessa evidência, o nome dela fosse formalmente “retificado” para Elisabeth Dieudonne Vicent.<sup>130</sup>

O documento foi aceito, negociaram com o notário, que pelo prestígio do casal resolveu ignorar o código civil de 1825, que declarava que “crianças de cor livres ilegítimas, só eram legalmente permitidas a provar a sua descendência de pai também de cor”. A retificação foi realizada com sucesso, mas, na margem da cópia do arquivo, o notário deixou uma nota sobre a certidão de casamento original.<sup>131</sup> Seja como for, Elisabeth Dieudonné tornou-se para todos os fins, Elisabeth Vicent. Agora, quando o seu nome aparecia nos documentos legais, não mais seria relacionada com o de uma criança nascida fora do casamento de uma mãe que havia sido escravizada, e sim era indistinguível da denominação daqueles nascidos em famílias que sempre haviam sido livres. A modificação do nome foi um passo importante para a sua respeitabilidade.<sup>132</sup>

A trajetória dessas duas mulheres, Rosalie Vincent e a sua filha Elisabeth Vincent, permitem compreender como um nome legal poderia interferir na representação social de sujeitos livres, libertos e escravizados. E como as ações tomadas por esses sujeitos com relação à forma como gostariam de ser designados representavam, com efeito, a luta pelo direito de ser cidadão. O nome e o sobrenome, traziam significados que poderiam qualificar ou não as categorias de “cor” e a condição jurídica desses indivíduos. O que se observa é que aqueles que não possuíam sobrenomes, apenas nomes compostos por apelidos, eram estigmatizados como filhos naturais, da mesma forma como poderiam ser classificados como escravizados ou descendentes de escravizados. Percebe-se, ainda, que às duas mulheres se mostraram consciente do papel crucial dos documentos para a reivindicação dos seus direitos e do sobrenome como forma visível de respeitabilidade para as suas famílias.

Não podemos garantir que o que aconteceu no Caribe, América e Europa dos anos revolucionários também aconteceu na Santa Cruz. No entanto, sabemos que tanto a homogeneidade quanto a diferenciação foram imagens acionadas, de forma politicamente distinta, pelos próprios escravizados e pela burocracia da Fazenda no período analisado. Concordamos com Hebe Mattos ao argumentar que a identidade parcialmente construída pelos escravizados e o nível de individuação pessoal ou coletiva que se podia construir, sob a condição de cativo, revelam-se campos de luta em torno dos quais os escravizados teciam os seus próprios significados.<sup>133</sup>

A escolha dos nomes e sobrenomes por esses sujeitos ritualizava e ressignificavam a condição de liberdade, reforçando, por um lado, uma afirmação de diferenciação no mundo dos cativos, relativa à comunidade escravizada no Curato de Santa Cruz, e construindo, por outro, a noção de uma comunidade formada por laços de família e solidariedades efetivamente compartilhadas na fazenda. Assim, desde que houvesse condição para tanto, afirmar-se enquanto pessoa no interior da condição cativa, significava também diferenciar-se da

---

<sup>129</sup> SCOTT, Rebecca J.; HÉBRARD, Jean M. Op. Cit., p. 111.

<sup>130</sup> Ibidem, p. 112.

<sup>131</sup> Ibidem, p. 112.

<sup>132</sup> Ibidem, p. 112.

<sup>133</sup> MATTOS, Hebe. Op. Cit., p. 139.

homogeneidade artificialmente construída pela escravidão, o uso do sobrenome por escravizados na Imperial Fazenda de Santa Cruz se prestava bem aos interesses dessa estratégia.

Em resumo podemos concluir que os escravizados pertencentes a proprietários no entorno da Fazenda não compartilhavam do costume do nome e sobrenome, totalizaram uma maioria com a estrutura nominativa com apenas um nome cristão. Esses sujeitos continuaram sendo nomeados dessa forma, mesmo na fase adulta, quando já eram pais e padrinhos de outros inocentes. Esse padrão nominativo destoa da maioria dos resultados encontrados para a Fazenda de Santa Cruz, os escravizados da propriedade possuíam uma estrutura nominativa de nomes compostos, podendo ser um nome simples ou um sobrenome. O costume local pode estar articulado às relações familiares e ao parentesco ritual, permitindo a concepção de uma memória geracional entre os escravizados, mas, sobretudo, o costume de escolher um sobrenome foi um hábito que estava próximo das relações sociais estabelecidas por sujeitos livres, libertos e forros. Este grupo fez da escolha por um sobrenome uma estratégia para adentrar o mundo dos livres.

Longe de querer estabelecer uma perspectiva linear, descrevendo uma ascensão social desses escravizados de encontro do sobrenome, buscamos entender que os significados dos nomes dos escravizados estão atrelados a estrutura de redes, ou seja, dependiam de coesões horizontais e verticais, daí a sua força de efetividade.<sup>134</sup> Assim, tentei demonstrar, que o sobrenome foi algo requerido costumeiramente por sujeitos escravizados, livres, forros ou libertos no Curato de Santa Cruz. Ao vivenciarem esses códigos costumeiros, de forma ritualizada, por meio do parentesco ritual, eles redefiniam, entretanto, o seu próprio sentido.<sup>135</sup>

Ainda que não posemos definir qual a origem efetiva do sobrenome na Santa Cruz, a definição de critérios lógicos que cubram a totalidade dos casos apontam para o uso cultural dos nomes, ou seja, uma forma de preservar e manter ligações de ordem social e efetiva.<sup>136</sup>

### **1.3 Sobrenomes nas Relações de Trabalho: A Categoria “Nomes dos Escravos” nos Contratos de Aluguéis.**

Adentrando o labirinto documental dos contratos dos aluguéis dos escravizados na Imperial Fazenda de Santa Cruz nos deparamos com homens e mulheres, com nomes e sobrenomes e ofícios. São muitas “Santa Anna”, “Alleluias”, “Pereiras”, Espíritos Santos” ... Pedreiros, carpinteiros, costureiras, nas esquadras de serviços e esquadras de reservas, etc.

As peculiaridades dos escravizados da Fazenda de Santa Cruz, nome, sobrenome e ofício, permitiu perseguir os nossos agentes históricos no conjunto de práticas sociais e relações por eles estabelecidas de forma mais acurada. Parafraseando a historiadora Martha Hameister, descendo aos meandros do dia a dia, para identificar esses sujeitos históricos nas diversas facetas da sua existência.”<sup>137</sup>

Os registros dos aluguéis circunscreve os sujeitos escravizados a partir do mecanismo de identificação individual, delimitando as suas relações de trabalho em assentamentos nominais. A categoria “nomes dos escravos”, faz referência aos nomes de 209 escravizados alugados (esses nomes podem ser visualizados no anexo 2), destes, 109 são do sexo feminino (deduzido pelo prenome) e 100 são do sexo masculino (deduzidos pelo prenome). Observando

---

<sup>134</sup> PIERRE, BOURDIEU. A ilusão biográfica. In: JANAÍNA, AMADO; MARIETA, FERREIRA (coord.). *Usos e abusos da história oral*. 8 ed. Rio de Janeiro. Editora: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

<sup>135</sup> MATTOS, Hebe. Op. Cit., p. 160.

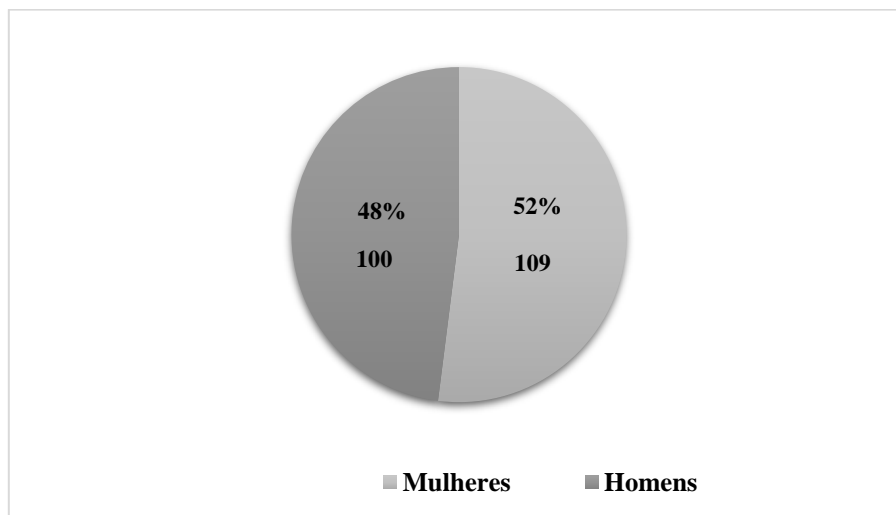
<sup>136</sup> ENGEMANN, Carlos. De Escravos dos padres a escravos do rei: a transição da administração da Fazenda de Santa Cruz e seu impacto na população e nas práticas sociais dos escravos (1759-1820). In: ENGEMANN, Carlos (org.); AMANTINO, Marcia (org.) *Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da Coroa*. Eduerj, Rio de Janeiro, 2013, p. 237.

<sup>137</sup> MARQUES, Rachel dos Santos. Op. Cit., p. 93.



o Gráfico 7, referente à distribuição segundo o sexo dos escravizados, analisamos que 52% representam mulheres escravizadas e 48% representam homens escravizados.<sup>138</sup> (Gráfico 7).

**Gráfico 7 - Proporção de escravizados homens e mulheres alugados pela Imperial Fazenda de Santa Cruz. (1862-1868).**



Fonte: Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

Desse total, 198 apresentaram uma estrutura nominativa composta, isto é, com dois termos (95%), enquanto 11 escravizados apresentaram uma estrutura nominativa com mais de dois prenomes (5%). Não encontramos nenhum escravizado utilizando apenas o nome de batismo cristão nas relações de trabalho.<sup>139</sup> Todavia, não é possível afirmar com todo o rigor que o segundo termo do nome dos escravizados se trate de um sobrenome, nem que seja o último nome do escravizado. Muitos dos nomes, parecem apenas nomes compostos, de estrutura simples, como, Maria Francisca ou Manoel Antonio, o que pode deixar dúvidas de que seja o nome e o sobrenome do escravizado.<sup>140</sup>

O primeiro passo para compreender essa relação com os nomes seria estabelecer critérios que nos permitam definir, com o mínimo de confiabilidade, quais seriam os sobrenomes dos escravizados. Para analisar esses nomes, o historiador Carlos Engemann explicita o seu critério para definir quais seriam os nomes compostos:

1. Um nome composto permite flexão de gênero, ou seja, se há um Antônio Francisco, pode haver uma Antônia Francisca, portanto Francisco(a) não é sobrenome.
2. O segundo deriva do primeiro, se o segundo termo do nome pode ser usado como primeiro, este é, por isso, definidor de gênero.
3. Por último, há os casos, como o uso de títulos dado ao nome Maria, que não permite tratá-los como sobrenomes.<sup>141</sup>

<sup>138</sup> Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

<sup>139</sup> Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

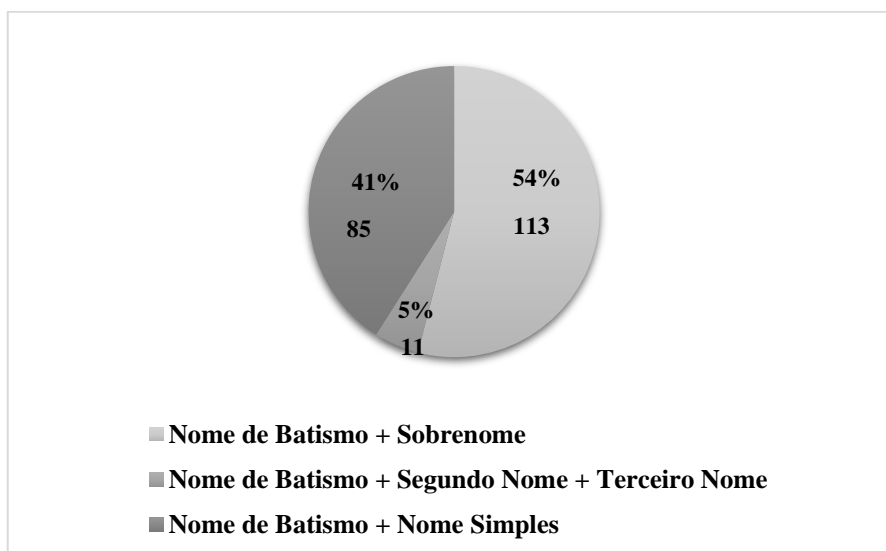
<sup>140</sup> ENGEMANN, Carlos, 2002. Op. Cit., p. 62.

<sup>141</sup> Ibidem, p. 99.

Assim, nomes que permitissem flexão de gênero, ou que o segundo nome pudesse ser usado como primeiro nome e nomes simples costumeiros, não foram considerados sobrenomes. A partir desse tratamento proposto para os dados do plantel de Santa Cruz no período de 1759 e 1818, nós voltamos aos nomes dos escravizados alugados pela Imperial Fazenda de Santa Cruz na segunda metade do século XIX, no período de 1860-1870.

Observamos que dos 209 nomes de escravizados alugados na Fazenda de Santa Cruz, 85 escravizados estão dispostos de nomes compostos com segundo nome de estrutura simples (“nome de batismo + nome simples”), 40,66%. Enquanto 124 podem, com segurança, ser considerados membros de grupos com sobrenome. Destes, 113 apresentam um segundo nome que pode ser considerado um sobrenome, (“nome de batismo + sobrenomes”), 54,06%; e 11 apresentam um terceiro nome, (“Nome de batismo + segundo nome + terceiro nome”), 5,26%. (Gráfico 8).

**Gráfico 8 - Distribuição dos nomes dos escravizados nos registros dos aluguéis por critério de análise dos nomes e sobrenomes. (1862-1868).**



Fonte: Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

O grupo estava bem segmentado com relação ao uso dos nomes e sobrenomes. Consideremos os grupos nominativos na qual subdividimos os nomes dos sujeitos escravizados. Para os 85 escravizados que apresentaram escolhas de segundo nome de estrutura simples “nome de batismo + nome simples”, 46 são do sexo feminino e 39 são do sexo masculino. Esses prenomes e as suas recorrências podem ser verificados nas tabelas abaixo. (Tabela 1) (Tabela 2).

**Tabela 1 - Segundo nome simples femininos nos registros dos alugueiros dos escravizados na Imperial Fazenda de Santa Cruz. (1862-1868).**

Nome	Nº	Nome	Nº	Nomes	Nº	Nome	Nº
Maria	10	Catharina	2	José*	1	Proscópia	1
Francisca	8	Generoza	2	Luiza	1		
Joaquina	7	Agostinha	1	Mariana	1		
Roza	6	Antônia	1	Thereza	1		
Benedita	2	Ignacia	1	Victoriana	1		
<b>Total</b>	<b>46</b>						

\* O nome José é usado como completo do nome Maria: Maria José.

Nº - Número de casos em que o nome aparece

Fonte: Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

**Tabela 2 - Segundo nome simples femininos nos registros dos alugueiros dos escravizados na Imperial Fazenda de Santa Cruz. (1862-1868).**

Nome	Nº	Nome	Nº	Nome	Nº	Nome	Nº
Antonio	8	Xavier	2	Felix	1	Pedro	1
Francisco	6	Albino	1	Feliz	1	Porferio	1
José	6	Benedicto	1	Jacinto	1		
Ignacio	4	Bento	1	João	1		
Joaquim	2	Graciano	1	Luiz	1		
<b>Total</b>	<b>39</b>						

Nº - Número de casos em que o nome aparece

Fonte: Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

Verifica-se que os nomes mais escolhidos como segundo nome para as mulheres escravizadas foram: Maria (10), Francisca (8), Joaquina (7), Roza (6), Benedita (2), Catharina (2) e Generoza, (2). Somados ocorrem 37 vezes. Enquanto os outros 9 nomes aparecem uma única vez. Para os nomes masculinos a ordem foi: Antonio (8), Francisco (6), José (6), e Ignacio (4), Joaquim (2) e Xavier (2). Somados ocorrem um total de 28 vezes. Enquanto os outros 11 nomes aparecem uma única vez.

Já, o grupo de escravizados com segundo nome que podem ser considerados sobrenomes, “nome de batismo + sobrenomes”, é composto por 113 nomes, sendo 60 do sexo feminino e 53 do sexo masculino. Podemos observar a recorrência desses sobrenomes nas tabelas abaixo. (Tabela 3) (Tabela 4).

**Tabela 3 – Sobrenomes femininos nos registros dos aluguéis dos escravizados na Imperial Fazenda de Santa Cruz. (1862-1868).**

Nome	Nº	Nome	Nº	Nome	Nº	Nome	Nº
Conceição	7	Souza	2	Almeida	1	Natividade	1
Santa Anna	6	Carmo	2	Alves	1	Passos	1
Alleluia	5	Cordeiro	2	Anjos	1	Ramos	1
Espírito Santo	4	Cruz	2	Assumpção	1	Seixas	1
Dores	4	Gloria	2	França	1	Silva	1
Rosário	4	Paixão	2	Gomes	1	Teixeira	1
Jesus	3	Pereira	2	Nascimento	1		
<b>Total</b>	<b>60</b>						

Nº - Número de casos em que o nome aparece

Fonte: Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

**Tabela 4 - Sobrenomes masculinos nos registros dos aluguéis dos escravizados na Imperial Fazenda de Santa Cruz. (1862-1868).**

Nome	Nº	Nome	Nº	Nome	Nº	Nome	Nº
Espírito Santo	6	Baptista	2	Costa	1	Moreira	1
Alleluia	3	Carmo	2	Cordeiro	1	Paixão	1
Dias	3	Machado	2	Faria	1	Prado	1
Jesus	3	Pereira	2	Fernandes	1	Ramos	1
Santa Anna	3	Rosário	2	França	1	Santidade	1
Santos	3	Soares	2	Gusmão	1	Vieira	1
Alves	2	Conceição	1	Lemos	1		
Andrade	2	Correia	1	Lourenço	1		
<b>Total</b>	<b>53</b>						

Nº - Número de casos em que o nome aparece

Fonte: Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

Podemos verificar que os sobrenomes femininos mais usados entre os escravizados foram: Conceição (7), Santa Anna (6), Alleluia (5), Espírito Santo (4), Dores (4), Rosario (4), Jesus (3), Souza (2), Carmo (2), Cordeiro (2), Cruz (2), Gloria (2), Paixão (2) e Pereira (2), somados ocorrem 47 vezes, enquanto os outros 13 sobrenomes aparecem uma única vez. Para os nomes masculinos os sobrenomes mais usados entre os escravizados foram: Espírito Santo (6), Alleluia (3), Dias (3), Jesus (3), Santa Anna (3), Santos (3), Alves (2), Andrade (2), Baptista (2), Carmo (2), Machado (2), Pereira (2), Rosário (2) e Soares (2), que somados ocorrem 37 vezes e os outros 16 nomes ocorrem uma única vez.

O terceiro grupo analisado, “Nome de batismo + segundo nome + terceiro nome (simples ou composto)”, é composto por 11 escravizados, cinco mulheres (deduzido por prenome) e seis homens (deduzido por prenome). Podemos observar os seus nomes completos no quadro abaixo. (Quadro 2).

## **Quadro 2 - Nomes completos nos registros dos aluguéis de escravizados na Imperial Fazenda de Santa Cruz. (1862-1868).**

---

Anna Eufrosina de Souza  
Antônia Maria Victoria  
Antonio Joaquim Moreira  
Carlota Joaquina Balriana  
Domingos Teixeira Batista  
Francisca Antônia do Sacramento  
Inocência José das Estrelas  
Izabel Maria Charem  
Rafael Pinto Bandeira  
Manoel Vieira de Aguiar  
João José de Jesus

Fonte: Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

Como podemos observar, os terceiro nomes escolhidos poderiam ser nomes simples ou sobrenomes, e estes acompanhavam as ações desses sujeitos no ambiente de trabalho, ou seja, como foram designados representavam como eram reconhecidos socialmente nas suas relações cotidianas de trabalho.

Com relação à estrutura nominativa apresentada nos registros dos aluguéis, observa-se que a estrutura “nome de batismo” + “segundo nome”, sendo um nome simples ou sobrenome, pode ser considerada a nomenclatura mais comum nas relações de trabalho, não havendo diferenciações nas formas de anotações na documentação. No entanto, o grupo de escravizados que apresentou um terceiro nome, podia em alguns momentos ser inscrito com a estrutura nominativa completa, apresentando os três nomes e em outros momentos apresentar apenas a estrutura de nome composto. Os nomes dos escravizados na documentação confirma o costume de nome e sobrenome para a comunidade escravizadas da Fazenda de Santa Cruz, e demonstra que os escravizados eram assim identificados no cotidiano das suas relações de trabalho e as suas marcações.

Ainda que muito parcial, este levantamento nos permitiu uma ideia de quais foram os sobrenomes mais usados pelos escravizados alugados no período estudado. Podemos verificar que 23 sobrenomes foram usados por mais da metade do grupo dos escravizados, indicando uma complexa rede nominativa instituída nas relações de trabalho. Ou seja, para mais da metade dos escravizados alugados, em questão, havia outro indivíduo com o mesmo sobrenome nas proximidades. (Tabela 5).

**Tabela 5 - Distribuição dos sobrenomes nas relações de trabalho segundo o registro dos aluguéis dos escravizados na Imperial Fazenda de Santa Cruz. (1862-1868).**

Nome	Feminino	Masculino	Total
Espírito Santo	4	6	10
Santa Anna	6	3	9
Alleluia	5	3	8
Conceição	7	1	8
Jesus	3	4	7
Rosário	4	2	6
Carmo	2	2	4
Dores	4	-	4
Pereira	2	2	4
Alves	1	2	3
Batista	-	3	3
Cordeiro	2	1	3
Dias	-	3	3
Paixão	2	1	3
Santos	-	3	3
Souza	3	-	3
Andrade	-	2	2
Cruz	2	-	2
França	-	2	2
Gloria	2	-	2
Machado	-	2	2
Moreira	-	2	2
Soares	-	2	2
Total	49	46	95

Nº - Número de casos em que o nome aparece

Fonte: Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

Os pronomes mais escolhidos pelos escravizados alugados se referem a sobrenomes cristãos, com alguma alusão religiosa ou de devoção: Espírito Santo (10), Santa Anna (9), Alleluia (8), Conceição (8), Jesus (7), Rosario (6), Carmo (4), Dores (4), etc. Tudo indica que esta foi uma atitude direcionada pelos padres jesuítas; uma tentativa de inseri-los por meio do batismo cristão, dando-lhes nomes e sobrenomes que simbolizasse as suas crenças e piedade.

Segundo Engemann, em 1759, havia 168 sobrenomes que apareciam com maior ocorrência no inventário, oito diziam respeito a sacerdotes jesuítas que passaram ou administraram a Fazenda. Os sobrenomes mais frequentes eram: 66 escravizados com o sobrenome Pereira, 44 Fernandes, 31 Cardoso, 30 Correia, 26 Barreto, 26 Bulhões, 24 Jesus, 24 Teixeira, 23 Ferreira, 21 Oliveira, e 2 Cruz. Totalizando 337 escravizados, segundo o pesquisador.<sup>142</sup> Alguns desses sobrenomes ainda estavam em uso pelos sujeitos escravizados, como: Jesus (7), Pereira (4), Cruz (2), Correia (1) e Fernandes (1).

O historiador postula que a imagem de servos de Santo Inácio foi possivelmente forjada no lidar com a administração estatal, pois a evocação da memória do tempo dos padres conseguia amortecer parte dos conflitos inerentes à vida na fazenda.<sup>143</sup> Os escravizados aprenderam a manejar os elementos que os cercavam e com os quais tinham que lidar, transformando-os em traços constitutivos do seu universo social. Com isso buscavam dar novo sentido a elementos não só do seu passado, como os costumes do tempo dos jesuítas, mas também do seu presente. Utilizaram esses costumes para negociar com a nova administração.<sup>144</sup>

<sup>142</sup> ENGEMANN, Carlos, 2002. Op. Cit., p. 99.

<sup>143</sup> Idem. 2013. Op. Cit., p. 222.

<sup>144</sup> Ibidem, p. 218.

Em suma, a historiografia confirma que os padres jesuítas deixaram importantes preceitos, e que ao longo do tempo, os escravizados internalizaram essas normas na sua sociabilidade. A tese: *Trabalho, folga e cuidados Terapêuticos: a Sociabilidade escrava na Imperial Fazenda de Santa Cruz*, escrita pelo historiador Júlio Cesar Medeiros, demonstra como a cultura dos escravizados na Fazenda de Santa Cruz estava arraigada por preceitos cristãos deixados pelos inacianos quando ainda administradores. Os pontos centrais da análise recaem sobre os “ofícios, folgas e os cuidados terapêuticos” e como esses foram modificados na passagem da primeira para a segunda metade do século XIX.<sup>145</sup>

O costume do nome e sobrenome foi um vocabulário local da Fazenda de Santa Cruz, enquanto os escravizados que eram propriedade de outros senhores no entorno da Fazenda usavam nas suas relações apenas o nome de batismo cristão. Mas, esses escravizados, possivelmente, dividiram um cotidiano, compartilharam laços de sociabilidade, parentesco ritual, além de trabalharem lado a lado. Como vimos, a estrutura com três nomes, apontava, sobretudo, para os significados de liberdade, pois era adotado por homens e mulheres libertos. Ter um sobrenome era elemento importante para guiar a vida entre os livres e afastar os estigmas da escravidão. Os nomes completos, traziam mais respeito e credibilidade aos sujeitos escravizados, libertos e forros e os diferenciavam na estrutura escravista. O nome e sobrenome marcavam o ingresso no mundo dos livres e foi uma estratégia desses sujeitos para construir e manipular signos de liberdade.

Era no espaço dessa estrutura complexa das relações entre senhor-escravizado que se criavam condições para preservar ou ressignificar grandes partes da herança cultural dessa comunidade, como padrões de moradia, as práticas religiosas, as noções de família-linhagem ou de famílias extensas.<sup>146</sup> Os sobrenomes simbolizavam a devoção desses sujeitos e faziam parte das suas negociações. A memória geracional foi se plastificando numa identidade relativamente sólida que distinguia os “servos de Santo Inácio” dos demais escravizados no entorno da região.<sup>147</sup> Parte dessa experiência pode ser compreendida através do estudo dos nomes e sobrenomes dos sujeitos escravizados nos registros dos seus aluguéis ou de batismo, óbitos e casamentos, uma intensa rede de parentesco ritual estabelecida nas relações de trabalho.

---

<sup>145</sup> PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *Trabalho, folga e cuidados terapêuticos: a sociabilidade escrava na Imperial Fazenda Santa Cruz*, na segunda metade do século XIX. 2011. 306f. Tese (Doutorado) \_ História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011, p. 18.

<sup>146</sup> MATTOS, Hebe. Op. Cit., p. 153.

<sup>147</sup> ENGEMANN, Carlos, 2013. Op. Cit., p. 222.

## CAPÍTULO II. ENTRE MAPAS E RELATÓRIOS: ARRANJOS DE TRABALHO NA FAZENDA DE SANTA CRUZ. (1815-1856)

Esse capítulo trata das relações de trabalho na Imperial Fazenda de Santa Cruz a partir da investigação sobre as categorias ocupacionais dos serviços “dentro” e “fora” da Fazenda. Para isso utilizaremos como fonte principal os registros dos escravizados alugados a diversos e a si, cruzando-o com outros tipos de documentos, como regulamentos, mapas e relatórios dos trabalhadores escravizados para a primeira metade do século XIX.

### 2.1 Relações de Trabalho na Fazenda de Santa Cruz

A Fazenda de Santa Cruz pertenceu ao Estado, primeiro Real (1759-1821) e depois Imperial (1822-1889).<sup>148</sup> Assim, como primeira característica das relações de trabalho na Fazenda de Santa Cruz, devemos apontar a sua condição enquanto patrimônio público, sendo esta Fazenda um importante reduto da escravidão pública no Rio de Janeiro.<sup>149</sup>

Na raiz desta “escravidão pública”, encontra-se um importante acontecimento histórico: a expulsão, no Brasil, dos padres da Companhia de Jesus e o confisco dos seus bens. Dentre os bens, um conjunto de escravizados viveram a condição de “escravos de nação”. Durante o Brasil Colônia estes trabalhadores foram denominados como “escravos do Real Fisco”, e depois, no Império, passaram a ser chamados “escravos nacionais” ou “escravos de Nação”.<sup>150</sup>

Segundo Amantino, em 1757, dois anos antes da expulsão dos padres inacianos, no relatório ao superior da ordem, verifica-se que as capitânicas de São Paulo, Espírito Santo, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro possuíam 5.933 escravizados distribuídos entre os seus colégios, fazendas e engenhos. A grande concentração de escravizados, estava sob o domínio do colégio do Rio de Janeiro, concretamente, algo em torno de 56,34%, quase todos os escravizados da Companhia de Jesus na América portuguesa no ano de 1757 pertencia a este colégio, naquele momento, considerado um dos mais importante em termos econômicos e com maior quantitativo de escravizados. Portanto, analisar os jesuítas como senhores de terras e de escravizados é colocá-los no topo da hierarquia social da capitania.<sup>151</sup>

Após a expulsão dos padres jesuítas das colônias portuguesas, em 1759, a Fazenda de Santa Cruz, foi confiscada pela Coroa. Nesse sentido, o Estado passa a ser proprietário destes escravizados. Essa administração apostou na continuidade da política de qualificação e remuneração dos escravizados. Na produção agrícola, colocou-se em prática o início do desmonte da Fazenda de Santa Cruz nos moldes de produção. Os escravizados passaram a ser vistos não como força de trabalho, geradora de riquezas, mas como fonte de renda, através dos aluguéis dos seus ofícios.<sup>152</sup>

O trabalho dos escravizados foi ponto central na estrutura administrativa da Fazenda, as suas motivações e circunstância se davam em todas as atividades produtivas e estavam completamente inseridas na organização geral desta propriedade, o que se concretizava por via de documentos estatísticos: registros diários, mapas mensais e relatórios anuais sobre o movimento dos escravizados.

---

<sup>148</sup> ROCHA, Ilana Peliciari. Op. Cit., p. 4.

<sup>149</sup> Ibidem, p. 13.

<sup>150</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>151</sup> AMANTINO, Marcia. Os escravos da companhia de Jesus no Rio de Janeiro e em Córdoba (Argentina) no momento dos sequestros de seus bens (1759 e 1767). *R. IHGB*, Rio de Janeiro, a. 175 (464): 19-222, 2014, p. 207.

<sup>152</sup> PEDROZA, Manoela da Silva. Op. Cit., p. 469-470.



A Regulamentação administrativa dava especial destaque ao desdobramento de todos os serviços executados, anotados em grandes livros, denominados: “*Livro de Detalhe*”, nos quais a distribuição do trabalho era fiscalizada cotidianamente, especificando o destino de cada “turma”.<sup>153</sup> Mandava-se fazer também mapas mensais em que se via a distribuição das ocupações, tantas quanto fossem as divisões dos trabalhos, conforme as grandes faixas etárias dos escravizados: *meninas e meninos, rapazes e raparigas, homens e mulheres*, declarando-se o número de indivíduos necessários em cada uma das ocupações. Além disso, eram anotados o número de doentes, dos mortos, dos presos, desertados e todas as particularidades convenientes.<sup>154</sup>

Os registros diários e mapas mensais deveriam ser atrelados ao relatório anual dos escravizados, medida que fazia parte do sistema burocrático de regulamentação da administração da Fazenda. Estas contas deviam ser apresentadas por cada um dos funcionários da administração, designada e assinadas pelo superintendente, e apresentadas em conjunto no relatório anual.<sup>155</sup>

Os indivíduos escravizados e o seu aluguel também foram altamente controlados, gerando uma série de documentação que regulamentavam as suas ocupações dentro e fora da Fazenda. O livro analisado neste estudo é o dossiê: *Escravos alugados a diversos, no período de 1862-1868*.<sup>156</sup> O manuscrito, contém informações sobre os aluguéis dos escravizados e uma grande rede de sujeitos envolvidos nesta relação de trabalho (alugadores e fiadores) na Imperial Fazenda de Santa Cruz e seu entorno. A documentação é relacionado a subsérie *Comércio e Aluguel de Escravo*, que contém cinco categorias de fontes: “*Escravos alugados a diversos*”, “*Mapas dos escravos alugados a diversos*” “*Inventario da escravatura*”; “*Relatório dos trabalhos distribuídos aos escravos*”; e “*Registro de entrada de escravos*”.<sup>157</sup>Essa normatização só deixou de ser requerida em 1871, justamente quando estes escravizados passam à condição jurídica de libertos, cessam as inúmeras listagens, mapas e controles diários destes sujeitos, atividades econômicas e pagamentos de jornais.<sup>158</sup>

Neste capítulo analisamos três regulamentos das ocupações dos escravizados durante a primeira metade do século XIX: *Relatório de distribuição dos escravos de serviço da Real Fazenda de Santa Cruz de 1815*, depositado na Biblioteca Nacional; *O Mapa da totalidade da Escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz, datado de 30/06/1849* pertencente ao acervo do Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis; e *O Mapa mensal da totalidade da escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz, 1856*, também depositado no Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis.

No *Relatório de distribuição dos escravos de serviço da Real Fazenda de Santa Cruz, de 1815*, são anotados 622 trabalhadores escravizados nas atividades da Fazenda. As *mulheres (318) e raparigas (50)* – categorias utilizadas na fonte - são maioria nas relações de trabalho, somam 368, isto é, 59% desta mão-de-obra, enquanto os *homens (193) e rapazes (61)* contabilizam 254 indivíduos, ou seja, 41%. (Tabela 6).

---

<sup>153</sup> FREITAS, Benedicto. Santa Cruz: fazenda jesuítica, real, imperial. Rio de Janeiro: Ed. Do autor, vol. III, 1987, p. 14.

<sup>154</sup> Idem. *Santa Cruz: fazenda jesuítica, real, imperial. Vice-reino e Reinado (1760-1821)*. Rio de Janeiro: Ed. Do autor, vol. II, 1986, p. 253.

<sup>155</sup> FREITAS, Benedicto. Op. Cit., vol. III, p. 15.

<sup>156</sup> Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

<sup>157</sup> Inventário Analítico dos Documentos Textuais. *Fundo Fazenda Nacional de Santa Cruz (EM)*. 1612 a 1962.

<sup>158</sup> PEDROZA, Manoela; CALVACANTI, Juliana. Op. Cit., p. 243.

**Tabela 6 \_ População escravizada da Fazenda Santa Cruz conforme grandes faixas etárias e sexo dos escravizados no Relatório de 1815.**

<b>Faixas etárias</b>	<b>#</b>	<b>%</b>
<b>Mulheres</b>	318	51%
<b>Raparigas</b>	50	8%
<b>Homens</b>	193	31%
<b>Rapazes</b>	61	10%
<b>Total</b>	<b>622</b>	<b>100%</b>

\*A distribuição das ocupações neste Relatório podem ser visualizadas no Anexo 4.

Fonte: Observações sobre a administração da Real Fazenda de Santa Cruz, pelo tenente-coronel Francisco da Silva Torres. Acompanhado uma relação dos escravos ao serviço naquela fazenda, 1815 \_ Biblioteca Nacional. CF. ENGEMANN, Carlos. Op. Cit., 2002, p.63.

Percebe-se por esta documentação (mapas e relatórios) que um dos crivos para divisão dos escravizados nas ocupações era a idade conforme a seguinte divisão: homens, rapazes; mulheres, raparigas; meninas e meninos. A idade era uma das formas para se definir quais escravizados desempenharia as ocupações. Em geral, homens e mulheres em idade produtiva, deveriam se esforçar por dar conta de todo serviços da Fazenda, outros seriam empregados fora, nas Quintas, Paços e outras Repartições Imperiais, esse grupo, principalmente, escravizados do sexo masculino, mantinha em seu poder o domínio de um ofício. Meninos e meninas (até oito anos) e idosos (com mais 60 anos) seriam direcionados para “serviços passivos”. Os rapazes e raparigas, eram, sobretudo, aqueles escravizados direcionados para aprendizagem dos ofícios. No entanto, não podemos definir o limiar destas faixas etárias para os mundos do trabalho, pois encontramos, tanto meninos de 9 anos aprendendo ofícios, como “homens” e “rapazes”.

*O Mapa da totalidade da Escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz, 30/06/1849*, aponta para as relações de trabalho de uma população de 1.799 escravizados, entre homens, mulheres e crianças. As “mulheres (583) e raparigas (233)” somam 816 e são maioria nas distribuições das ocupações, isto é 45% desta mão-de-obra, enquanto os “homens (389) e rapazes (259)” somam 648 indivíduos, representando 36% deste quantitativo. As crianças contabilizam 335, divididas em “meninos (165) e meninas (170)”, ou seja, 19% desta população era de crianças escravizadas. (Tabela 7)

**Tabela 7 \_ População escravizada da Fazenda Santa Cruz conforme grandes faixas etárias e sexo dos escravizados no Relatório de 1849.**

<b>Faixas etárias</b>	<b>#</b>	<b>%</b>
<b>Mulheres</b>	583	32%
<b>Raparigas</b>	233	13%
<b>Homens</b>	389	22%
<b>Rapazes</b>	259	14%
<b>Meninos</b>	165	9,1%
<b>Meninas</b>	170	9,4%
<b>Total</b>	<b>1.799</b>	<b>100%</b>

\*A distribuição das ocupações neste Relatório podem ser visualizadas no Anexo 5.

Fonte: Relatório de ocupação dos escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz, 1849. Petrópolis. Arquivo do Museu Imperial. CF. ENGEMANN, Carlos. Op. Cit., 2002, p. 135.

Sete anos depois: *o mapa mensal da totalidade da escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz, de 1856*, contabiliza as relações de trabalho de uma população de 2.009 escravizados. As “mulheres (685) e raparigas (159)” se mantém como maioria na distribuição

das relações de trabalho, conferem 844, isto é 42%. Os “homens (446) e rapazes (211)” somam 657, ou seja, 33% desta mão-de-obra. Enquanto as crianças “masculinas (260) e femininas (248)” são 508 indivíduos, representando 25% desta população. (Tabela 8).

**Tabela 8 \_ População escravizada da Fazenda Santa Cruz conforme grandes faixas etárias e sexo dos escravizados no Mapa Mensal de 1856.**

<b>Faixas etárias</b>	<b>#</b>	<b>%</b>
<b>Mulheres</b>	685	34%
<b>Raparigas</b>	159	8%
<b>Homens</b>	446	22%
<b>Rapazes</b>	211	10%
<b>Meninos</b>	260	13%
<b>Meninas</b>	248	12%
<b>Total</b>	<b>2.009</b>	<b>100%</b>

\* A distribuição das ocupações neste Mapa mensal podem ser visualizadas no Anexo 6.

Fonte: Mapa mensal da totalidade da escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz, 1856. Petrópolis. Arquivo do Museu Imperial.

Essas documentações possuem estrutura e categorias semelhantes e de forma geral apontam a distribuição dos escravizados nas suas ocupações, descrevendo o quantitativo de trabalhadores necessários para operá-las. Nosso objetivo é circunscrever a partir delas a organização das relações de trabalho na Fazenda de Santa Cruz na passagem da primeira para a segunda metade do século XIX. Demarcando como esses arranjos de trabalho desembocaram na estrutura do sistema de aluguel de *alugados a diversos e a si*.

Assim, apontaremos nesta pesquisa, três segmentações nas relações de trabalho da Fazenda de Santa Cruz ao longo do século XIX: 1. O “*serviço passivo*” e o “*serviço ativo*” na Fazenda de Santa Cruz; 2. Um suporte de mão-de-obra deslocados, trocados ou emprestados nos estabelecimentos públicos: “*Quintas, Paços, e outras Repartições da Coroa Imperial*”; 3. Um grupo de escravizados direcionados para fins privados, *alugados a diversos*: fazendeiros, lavradores e comerciantes no entorno de Santa Cruz, e as escravizadas *alugados a si*, ou seja, escravizadas que pagavam os seus próprios aluguéis a Fazenda para usufruírem do seu tempo de trabalho.

### **2.2.1. O “serviço passivo”: “cansados”, “inválidos”, “velhos”, “valetudinários” e os “mínimos”.**

Os serviços passivos eram direcionados para uma “*esquadra*” que era denominada de “*turma dos inválidos*” ou “*escravas cansadas*”, escravizados considerados não aproveitáveis para o serviço braçal e composta de incapazes por velhice, aleijados, cegos e portadores de doenças incuráveis. Esse grupo de escravizados foi direcionado para trabalhos menos produtivos na Fazenda.

A categoria dos “*serviços passivos*” informava atividades como, por exemplo, no caso dos homens, que poderiam ser guardas, seja de cancelas ou lavouras, buscar ervas daninhas no campo para defronte ao hospital, servir nos amassadouros das obras, na condução do barro para olaria, nos arrozais e milharal afugentando as aves ou em qualquer outro trabalho de semelhante natureza. As mulheres escravizadas, nos que lhe concerne, deviam se encarregadas do cuidado e responsabilidade dos galinheiros, descaroçar algodão, do trato das crianças das outras escravizadas, ou nas hortas. As mulheres grávidas, teriam a obrigação do conserto de roupa.<sup>159</sup>

<sup>159</sup> FREITAS, Benedicto. Op. Cit., vol. III, p. 91-93.

Na administração de Joaquim José de Azevedo, Visconde do Rio Seco (1817-1821) fora produzido um extenso regulamento, intitulado: *Regimento para os Administradores*. O documento contém recomendações e descrições sobre as distribuições dos serviços existentes na Fazenda, designando as funções nas quais se empregavam os escravizados e as responsabilidades dos funcionários desta Fazenda.<sup>160</sup> Sobre a “esquadra dos inválidos”, o documento determinava, o seguinte:

Não deve ser obrigado a trabalhar nenhuma pessoa pertencendo a estas Esquadras, visto que já não conta com elas para o serviço, mas como se pode tirar algum partido desta escravatura, e, ao mesmo tempo, fazer-lhe bem, no caso deles o quiserem ser alimentados pela “ração” da Fazenda, poderiam realizar “trabalhos suaves, (...) para assim irem trabalhando mais algum tempo, e depois passarem as esquadras da Jornada.”<sup>161</sup>

Em troca, esses escravizados recebiam alimentação suficiente para o seu sustento. Participavam do “*caldeirão dos pobres*”, uma antiga refeição criada e ofertada pelos jesuítas aos escravizados “*inválidos*” e “*desemparedados*” e era composta, basicamente, por “*sobras do boi, farinha e feijão*”, acrescidos de miúdos e legumes que sobravam das colheitas.<sup>162</sup> Esse grupo sofreu inúmeras interferências administrativas que cerceavam ou restringiam o seu espaço, pois não estavam atrelados a práxis estabelecida no serviço produtivo da Fazenda, que objetivava o melhor aproveitamento da mão-de-obra e o aumento da produção.

A nova *práxis* fazia parte de um processo de reorganização das relações de trabalho na Fazenda de Santa Cruz após a vinda da família Real para o Brasil, em 1808. O alvo das atenções e críticas era, principalmente, o comportamento dos escravizados. A querela apresentava que a família escravizada se reproduzia largamente, mas não a produção da Fazenda, o que fez com que fossem enviadas pessoas do governo para avaliar o que estava ocorrendo. Nesse sentido, propicia-se a ideia de um plano de otimização do trabalho escravizado, afastando-se do discurso religioso do tempo jesuítico. Essa nova organização tinha como objetivo principal o aumento dos rendimentos senhoriais e o acirramento do controle sobre os escravizados.<sup>163</sup>

Esse contexto de reorganização das relações de trabalho na Santa Cruz, elaborado pela administração do Estado (Real e Imperial), estabeleceu uma divisão de trabalho que subordinava todos os indivíduos, em qualquer faixa etária, aos mundos do trabalho: crianças, jovens, adultos, doentes, grávidas e idosos, como veremos.

No relatório de 1815, foram quantificados 622 trabalhadores escravizados nas atividades da Fazenda. Deste quantitativo 35 mulheres faziam parte daqueles escravizados direcionados ao *serviço passivo*, eram 26 mulheres “*paridas*”, ou seja, que tiveram seus filhos recentemente, e 9 “*dispensadas por estarem próximas de parir*”. Entretanto, a mão-de-obra escravizada da Fazenda de Santa Cruz era muito maior do que o relatório de 1815 deixa transparecer. A comunidade escravizada, em 1759,<sup>164</sup> representavam 1.016 sujeitos. No inventário de 1768,<sup>165</sup>

---

<sup>160</sup> FREITAS, Benedicto. *Op. Cit.*, vol. III, p. 91-93.

<sup>161</sup> *Ibidem*, p. 92.

<sup>162</sup> PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *Op. Cit.*, p. 68.

<sup>163</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. A administração do trabalho escravo nos manuais de fazendeiro do Brasil Império, 1830-1847. *Revista de História*, n. 137, p. 95-111, 1997.

<sup>164</sup> Em 1759, depois da expulsão dos padres jesuítas, é realizado o primeiro dos inventários da Fazenda de Santa Cruz. O documento é finalizado em 4 de fevereiro de 1760.

<sup>165</sup> O inventário de 1768, foi procedido pelo senhor desembargador dos agravos e juiz do sequestro geral, o Doutor Manoel Francisco da Silva e Veiga, nomeado como o “Traslado do auto de inventário da Real Fazenda de Santa Cruz”.

a quantidade de escravizados era da ordem de 1.237. Em 1779, eram 1.206 cativos,<sup>166</sup> em 1791, um total de 1.342 escravizados na Fazenda de Santa Cruz. No relatório de 1849,<sup>167</sup> eram 1.799 escravizados. No mapa mensal de 1856,<sup>168</sup> essa comunidade era de 2.009 sujeitos escravizados.

A distribuição das ocupações de 1815, não contabilizou, por exemplo, as esquadras dos escravizados, “*cansados*”, “*inválidos*”, “*velhos*”, “*valetudinários*” ou ainda a “*esquadras dos mínimos*”, composta por crianças menores de sete anos que andavam na limpeza dos pastos.<sup>169</sup> Todavia, o relatório aponta par as relações de trabalho de mulheres escravizadas “*paridas*” ou “*dispensadas por estarem próximas de parir*” na distribuição das ocupações.

As mulheres escravizadas grávidas na Santa Cruz, a partir de seis meses até darem à luz aos seus filhos, ficavam num local denominado “*terreiro*”, e ali se ocupavam de fiar algodão. Em um caderno, preenchido pelo primeiro administrador, eram anotados os seus nomes e ocupações. Segundo o regimento dos administradores, essas escravizadas tinham seus dias “vedados”, ou seja, estavam impedidas de trabalhar nos serviços ativo da Fazenda, e quarenta dias depois de “*parirem*” eram dispensadas de todos os serviços. Tinham outros quarenta dias de trabalho resguardados na fiação, quando tinham suas “*crias*”. Findo o tempo estabelecido, “*oitenta dias*”, voltavam logo à “*esquadra*” a que pertenceram, levando junto a sua “*cria*”. Essa “*esquadra*” de mulheres grávidas ou que tiveram seus filhos deveria ser ocupar, quando necessário, do conserto de roupa do hospital, de sacos, etc.<sup>170</sup>

Esse regimento da administração enfatiza a especificidade das vivências da maternidade para mulheres escravizadas nas sociedades escravistas, impactadas pelas políticas senhoriais, que combinavam uma exploração do trabalho feminino durante a gestação, o período de aleitamento e restrições as suas habilidades de cuidar das suas crianças segundo seus próprios termos.<sup>171</sup>

No entanto, esse regulamento, deve ser pensado como direitos, pois ressaltam o caráter coletivo e regulado das ações dos sujeitos escravizados em negociação com os seus senhores, sancionados não apenas no dia a dia das relações de trabalho, mas que também refletiam nas regulamentações administrativas da Fazenda.<sup>172</sup> Apontam, ainda, para o papel dual das mulheres escravizadas tanto como trabalhadoras e produtora de riquezas quanto como mães: as experiências da gravidez, do parto, da amamentação, assim como do cuidado e sobrevivência dos seus filhos sob a escravização.

Nos contratos dos alugueis, encontramos uma escravizada anotada como gestante. A escravizada, Maria do Nascimento, foi alugada de 1867 a 1868, alocada na classe de ofício de costureira, como alugada a si, ou seja, pagava a superintendência para trabalhar nas suas próprias ocupações. Os arrolamentos dos contratos de trabalho informam que o nome do fiador da relação de aluguel era Antonio Agostinho da Horta Barbosa. O preço do aluguel se estabeleceu no valor de, 10.000 Réis mensais. As dívidas foram formalizadas mensalmente. A

---

<sup>166</sup> FREIRE, Jonis. Op. Cit., p. 195.

<sup>167</sup> Relatório de ocupação dos escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz, 1849. Petrópolis. Arquivo do Museu Imperial. CF. ENGEMANN, Carlos. Op. Cit., 2002, p. 135.

<sup>168</sup> Mapa mensal da totalidade da escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz, 1856. Petrópolis. Arquivo do Museu Imperial.

<sup>169</sup> ROCHA, Ilana Peliciari. Op. Cit., p. 60.

<sup>170</sup> FREITAS, Benedicto, Op. Cit., vol. III, p. 90-91.

<sup>171</sup> TELLES, Lorena Féres da Silva. *Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX)*. 345f. Tese (Doutorado) \_ Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. São Paulo, 2018, p. 29.

<sup>172</sup> THOMPSON, Edward P. Op. Cit., p. 150-202.

escravizada iniciou o contrato de trabalho em 14 de outubro de 1867. Mas, no dia 1 de novembro de 1868, a escravizada recolheu-se por razão de estar grávida.<sup>173</sup>

O contrato de aluguel descreve o termo “*em razão de estar prenha*”, mas a palavra “prenha” descreve o processo de gestação de animais, reflete, portanto, a representação do escrevente desta documentação a respeito dos corpos das mulheres escravizadas. A historiografia vem abordando e desconstruindo essas representações sobre o corpo de mulheres negras, escravizadas, africanas e suas descendentes.

Segundo Iamara da Silva Viana, o corpo dos sujeitos escravizados foi marcado por imagens, textos produzidos por viajantes e escrita médicas.<sup>174</sup> A suposta ideia de que as mulheres negras eram vigorosas e insensíveis à dor, em contraste com a fragilidade e delicadeza da branca europeia, estruturavam, por exemplo, o pensamento acerca da pretensa habilidade de mulheres negras de realizarem trabalhos pesados.<sup>175</sup> As representações europeias acerca dos seus seios e das práticas de amamentação de africanas ocidentais, as representou enquanto fêmeas animalizadas que conduziram a imagens erotizadas de seus corpos que justificaram tanto o estupro das mulheres negras quanto a exploração de sua capacidade de amamentar e cuidar das crianças brancas.<sup>176</sup> Dessa maneira, temas como a violência, exploração sexual, corpo, sexualidade, maternidade e dominação escravista patriarcal vem se apontando como problemática central para a compreensão dos mundos do trabalho na historiografia brasileira.

Voltando ao contrato de aluguel da escravizada Maria do Nascimento, não há nenhuma outra informação sobre o seu estado de saúde. A escravizada sai novamente alugada no dia 1 de dezembro de 1868. Cruzando o nome da escravizada alugada com os registros dos batismos dos escravizados no Curato de Santa Cruz, no período de 1860-1870, ficamos sabendo que a escravizada Maria do Nascimento teve o seu filho no dia 23 de novembro de 1868. O inocente de nome Alfredo foi registrado como filho natural, uma vez, que o nome do pai não é apontado no registro.<sup>177</sup>

A escravizada se recolheu da relação de aluguel três semanas antes de dar à luz ao seu filho, que teve por padrinho Luís Carlos Ferreira e madrinha a escravizada Maria do Espírito Santo. Maria do Nascimento estava alugada a si como costureira. Fiar e tecer, era um ofício presente no cotidiano das mulheres escravizadas de Santa Cruz. Essas ocupações foram direcionadas para aquelas trabalhadoras fisicamente “*inaptas*” para outras tarefas, por serem jovens demais, ou envelhecidas, por estarem grávidas ou em estados de saúde que as retiravam da distribuição dos trabalhos pesados nas esquadras de serviços.<sup>178</sup>

Um relatório e um mapa mensal, posterior ao relatório de 1815, deixam a estratificação da Fazenda para os mundos do trabalho mais evidente na Imperial Fazenda de Santa Cruz: o primeiro é o *Relatório de ocupação dos escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz, datado de 1849*, e o segundo é o *Mapa mensal da totalidade da escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz, de 1856*. Por essa documentação, podemos observar a preocupação da administração da Fazenda em identificar os escravizados impossibilitados para a lida diária. As fontes demarcam esse grupo de escravizados como “*inúteis*”, “*velhos*”, “*achacosos*”, “*valetudinários*”, etc. Expressões que delimitam não as doenças e/ou a fase idosa dos

---

<sup>173</sup> Registro dos Escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz, Alugados a diversos e a si que devem seus aluguéis de 1862 a 1868. Fundo: Fazenda Nacional de Santa Cruz. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

<sup>174</sup> VIANA, Iamara da Silva. Corpos escravizados que histórias conta? Revista Transversos: O corpo na história e a história do corpo, Rio de Janeiro, v. 05, n. 05, p. 107-123, 2015, p. 110.

<sup>175</sup> TELLES, Lorena Féres da Silva. Op. Cit., p. 24.

<sup>176</sup> Ibidem, p. 26.

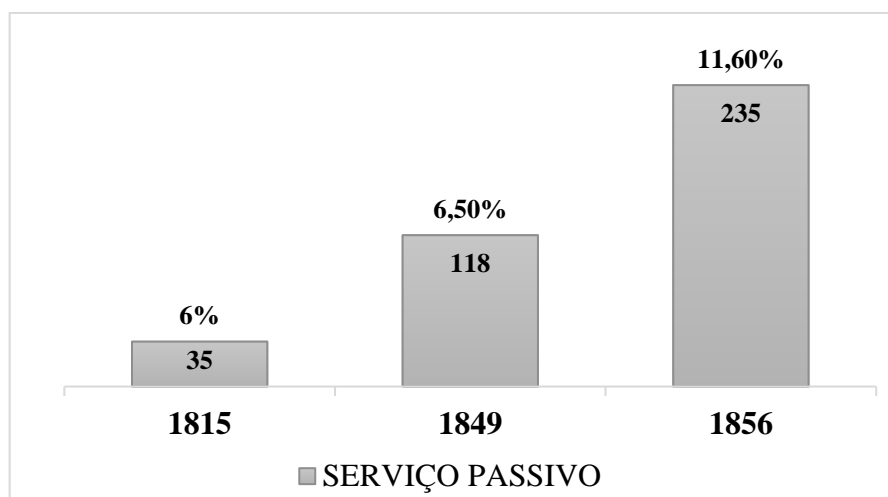
<sup>177</sup> Registro dos Escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz, Alugados a diversos e a si que devem seus aluguéis de 1862 a 1868. Fundo: Fazenda Nacional de Santa Cruz. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

<sup>178</sup> ROCHA, Ilana Peliciari. Op. Cit., p 217.

escravizados com mais de 60 anos, mas a incapacitação destes para a execução das diversas tarefas da Fazenda.<sup>179</sup>

O relatório de 1849 aponta as relações de trabalho de uma população de 1.799 escravizados. Nesta população são demarcados 51 escravizados em “*serviços passivos por valetudinários*”, 67 escravizados “*inúteis por velhos e achacosos*”, somavam, 118 escravizados em *serviços passivos*, isto é, 6,5% desta população. Sete anos depois, o mapa mensal de 1856, contabiliza as relações de trabalho de uma população de 2.009 escravizados. Nesta comunidade são demarcados 132 escravizados em “*serviços passivos por valetudinários*”, 103 escravizados “*inúteis por velhos e achacosos*”. Representam 235 escravizados direcionados para os *serviços passivos*, ou seja, 11,6% desta comunidade. (Gráfico 9).

**Gráfico 9 –Escravizados distribuídos no “serviço passivo” da Fazenda de Santa Cruz conforme os Mapas e Relatório de 1815, 1849 e 1856.**



Fontes: Distribuição dos escravos de serviço da Real Fazenda de Santa Cruz, 1815; Distribuição da escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, 1849; Mapa mensal da totalidade da escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz, 1856.

O aumento de escravizados em situação de “*serviços passivos por valetudinários*” ou “*inúteis por velhos e achacosos*” pode estar relacionado às mudanças implementadas no início do século XIX, que objetivavam o melhor aproveitamento da mão-de-obra e o aumento da produção. Com relação à saúde dos escravizados, por exemplo, os que recebiam melhores cuidados e tratamentos eram aqueles dentro do perfil de “trabalhador” conforme as ocupações que realizavam, descritas no “serviço ativo” da Fazenda.

Os problemas de saúde da população escravizada foram alvo constante das atenções dos administradores da Fazenda de Santa Cruz. No inventário de 1791, realizado pouco tempo depois da expulsão dos padres jesuítas, são anotados, por exemplo, 23 escravizados com alguma deficiência que os impossibilitavam ao trabalho, como: “aleijado”, “quebrado das costas”, “estuporado”, “cegueira”, “coxo”, “gota coral”. Esses impedimentos poderiam ter sido adquiridos em acidentes nos trabalhos de eitos ou poderia ser uma deformação física de nascença.<sup>180</sup>

O número desses escravizados empregados no chamado serviço passivo, considerados não habilitados aos trabalhos mais pesado na Fazenda de Santa Cruz, era de 6% em 1815, em 1849 foi 6,5% desta população e em 1856 foi de 11,5%. São porcentagens relativamente

<sup>179</sup> PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. Op. Cit., p. 61.

<sup>180</sup> Ibidem, p. 58.

pequenas em vista do tamanho desta população escravizada e apontam para uma lógica que relacionava o valor da força de produção, ou seja, a avaliação dos escravizados segundo a sua capacidade de trabalho. Os males considerados pela administração eram apenas aqueles impeditivos ao trabalho de eito, tais como a “quebradura das costas”, o “aleijão” e a “cegueira”. As doenças que não podiam ser diagnosticada numa revista corporal sumária eram silenciadas, incluindo escravizados enfermos dos quais os sintomas não justificassem a classificação de “achacosos” e “valetudinários”, ou seja, sofrendo de alguma enfermidade.<sup>181</sup>

Segundo Pereira, a Fazenda possuía muitos escravizados cegos, anomalia que se distribuía por todas as faixas etárias e em ambos os sexos. Do total de 23 deformidades físicas, 10, ou seja, quase 50%, se relacionavam à cegueira, o que o leva a postular que o maior mal do qual padeciam os escravizados na Santa Cruz naquele momento era algum tipo de doença causadora de deficiência visual.<sup>182</sup> Quando o historiador analisa esse quantitativo segundo o sexo dos escravizados, verifica que dos 10 escravizados cegos, 7 são dos sexos feminino. Permitindo supor que as mulheres escravizadas na Fazenda de Santa Cruz, eram as trabalhadoras predominantes nas ocupações que causava esse mal, ou as próprias condições de vida nas senzalas poderiam em alguma medida corroborar com esse fato.<sup>183</sup>

Contudo, como bem apontado pelo historiador, o que tornava Fazenda de Santa Cruz um caso singular não é a existência de escravizados cegos, afinal a cegueira era uma doença comum entre os escravizados tanto no espaço urbano como no rural. Mas, sim, o tratamento dispensado a eles. Havia na Imperial Fazenda de Santa Cruz escravizadas destinadas ao cuidado dos escravizados cegos, denominadas como “amas de cegos”,<sup>184</sup> que em 1815 perfaziam um total de 10 escravizadas; em 1849, as “amas de cego e crianças” eram 27 escravizadas; e em 1856, as “amas de cegos e crianças” somavam 31 mulheres escravizadas. Essas escravizadas ficavam no hospital da fazenda cuidando diariamente destes cativos.<sup>185</sup>

Esse quantitativo de “amas de cegos e crianças” aponta para uma rede de cuidados, para com os escravizados idosos e crianças. As amas, ainda meninas, mas também mulheres e homens mais velhos, eram designados para cuidar das crianças, enquanto as mães e pais desempenhavam outros trabalhos nos campos e nas casas senhoriais.<sup>186</sup> Essa prática forjava laços de amizade e suporte mútuo entre os escravizados, marcados pelo gênero na divisão do trabalho.

Seja como for, o tamanho da comunidade de escravizados da Fazenda em relação à quantidade de escravizados impossibilitados ao trabalho no eito atesta a existência de um sistema de tratamento dos escravizados capaz de minimizar os males das enfermidades, formando uma ampla rede de apoio aos desvalidos.<sup>187</sup>

No século XIX a antiga figura dos padres jesuítas como senhores passou gradativamente a ser transmutada para a imagem do administrador, o qual, no que lhe concerne, devia a todo custo gerir os seus recursos o melhor possível. Alguns superintendentes buscaram os ensinamentos jesuíticos para estabelecer uma dominação mais segura, mediada pôr concessões e maiores margens de autonomia. No entanto, outros romperam com tradição, e imprimiram um caráter de revitalização dessa mão-de-obra. Buscaram imprimir um caráter mais firme na exploração dos escravizados, em prol de um aproveitamento e maximização dos resultados produtivos.<sup>188</sup>

---

<sup>181</sup> PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. Op. Cit., p. 63.

<sup>182</sup> Ibidem, p. 59.

<sup>183</sup> Ibidem, p. 59.

<sup>184</sup> Ibidem, p. 60.

<sup>185</sup> Ibidem, p. 61.

<sup>186</sup> Ibidem, p. 36.

<sup>187</sup> Ibidem, p. 63.

<sup>188</sup> Ibidem, p. 95.



Inácio José Garcia, por exemplo, administrador da Fazenda, no período de 1856-1867, é uma das administrações caracterizada pela violência e violação de “direitos” dos escravizados: “nesta administração, os escravizados foram: ameaçados, maltratados e surrados a vergalho, e no fim, encerrados em uma casa isolada, no final da estrada Morro do Ar, transformada em presídio”. “O hospital da Fazenda foi esvaziado, e a farmácia ficou sem remédios”.<sup>189</sup> A alimentação passou a ser usada como moeda de troca, passando a remunerá-los em suas folgas, sábados e dias santos, em troca de um pagamento. Deslocou escravizados para áreas em que antes não trabalhavam, ameaçando os de separá-los de suas famílias, e impôs serões, ou seja, trabalho realizado no âmbito da Fazenda após o jantar que se estendia até as vinte e uma horas. Também, proibiu, os empregados de se reunirem a noite e terem relações de amizade com os escravizados. O objetivo era aumentar a produtividade da Fazenda e alavancar a produção dos gêneros alimentícios.<sup>190</sup>

Os costumes da Fazenda, ainda estavam pautados na antiga estrutura jesuítica, a qual se fazia presente através dos costumes ligados ao ofício, a folga e à cura. No entanto, o sistema “perda/ganho” funcionou como um poderoso meio de exercer controle social a uma comunidade escravizada tão numerosa que trazia como anseio a consolidação ou ampliação de “direitos de propriedades.”<sup>191</sup> Contudo, o sistema era uma via de mão dupla: se por um lado era proveniente das estratégias dos senhores administradores, por outro tinham que lidar com as estratégias e negociações dos próprios escravizados.

Os escravizados souberam se apropriar dos preceitos do, como era chamado “tempo dos padres”, baseados num amplo sistema de cuidado para os doentes, mantendo-os e reivindicando-os na administração. Por isso, entendemos o acesso ao hospital como direitos negociados e conquistados nas relações de trabalho dos escravizados na Imperial Fazenda de Santa Cruz.

Nos contratos de trabalho foram encontrados 8 escravizados (as) recorrendo ao hospital, no período de 1862 a 1868. Quatro deles (as) foram declarados como doentes nas observações dos contratos, recolhidos da relação. Dois escravizados(as) faleceram em relação de contrato de aluguel.<sup>192</sup> Não podemos entender essas ações como um fato isolado e sem nenhuma importância. Acreditamos que este pode ser um dado indicativo sobre a forma de acesso ao hospital pelos escravizados, e para entender, como os senhores lidavam com “os motivos dos escravizados” para ausentar-se do trabalho.

Segundo Pereira, a importância do hospital não residia no fato de ser um local onde os escravizados poderiam receber cuidados terapêuticos, mas, sobretudo, por ser um lugar que concentrava benefícios no seu entorno, na medida que era o local onde os escravizados, poderiam deixar os seus filhos menores de sete anos, alimentar seus avós incapacitados para o trabalho e, logicamente, na possibilidade de cuidarem de si mesmo quando doentes.<sup>193</sup>

As crianças também estavam demarcadas nos serviços passivos da Fazenda. As que tinham mais de 7 anos podiam, por exemplo, retirar as ervas daninhas do campo e ajuntá-la em frente ao hospital. A “*esquadra dos mínimos*”, era totalmente composta de crianças, em número superior a duzentas, que eram empregadas na limpeza dos campos, arrancando ervas daninhas,

---

<sup>189</sup> FREITAS, Benedicto. Op. Cit., vol. III, p. 230.

<sup>190</sup> Idem. Op. Cit., vol. III, p. 230.

<sup>191</sup> Como direitos de propriedade, entendemos como aqueles que remetem ao campo da subsistência e da autonomia na gestão do tempo, do trabalho familiar e de seus frutos. (Direitos a um fogo e uma casa, A criação de animais, Terra, Caça, Lenha, água). CF. PEDROZA, Manoela; CALVACANTI, Juliana. Op. Cit., p. 242.

<sup>192</sup> Registro dos Escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz, Alugados a diversos e a si que devem seus aluguéis de 1862 a 1868. Fundo: Fazenda Nacional de Santa Cruz. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

<sup>193</sup> PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. Op. Cit., p. 190.

plantando as sementes, limpando as ruas e ajudando nos setores industriais, por exemplo, na olaria, recebendo durante as suas atividades uma ração de rapadura.<sup>194</sup>

Considerava-se criança para este trabalho, os que possuíssem de seis anos para cima. Segundo Freitas, os pais, para subtraírem os filhos dessa obrigação, escondiam as suas idades, para não obrigarem os mesmos ao trabalho, mas, em contrapartida, “também não se dava de comer aos filhos dos pais que assim agissem.” A alimentação destes escravizados também acontecia “*no caldeirão dos pobres*”.<sup>195</sup>

Segundo Carlos Engemann, a composição demográfica da Imperial Fazenda de Santa Cruz, estava marcada pela presença de crianças, um número maior do que o verificado em outras fazendas escravistas, e isso se manteve mesmo após a expulsão dos jesuítas. A partir da investigação dos inventários post-mortem dos grandes proprietários de escravizados falecidos entre 1810 e 1830, depositados o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Carlos Engemann calcula que a estrutura demográfica dos plantéis (com mais de 50 indivíduos) tinha a sua base relativamente menor que várias faixas etárias desta população, o que indicava um peso menor da infância. A causa dessa proporção de infantes poderia estar ligada a dois fatores básicos: baixa natalidade infantil e; morte prematura em grande escala. Outro dado importante a respeito destes cortes, é o equilíbrio em que se encontrava do ponto de vista sexual. A proporção entre meninas e meninos até dez anos, são praticamente as mesmas, ou seja, se por um lado, havia um pequeno crescimento endógeno que poderia levar à extinção desta população, levaria antes a um maior equilíbrio sexual.<sup>196</sup>

Flavio Gomes, Analisando a população escravizada em Vassouras no período de 1837-1840, aponta um aumento paulatino do contingente de crioulos via reprodução interna. A análise aponta para os seguintes padrões: 55% das crianças estão na faixa de 0 a 4, na faixa de 5 a 9 anos estavam 32%, e os 13% restantes na faixa de 10 a 14 anos. As consideráveis taxas de população crioula infantil na faixa de 0-4 anos indicam que a despeito do forte desequilíbrio numérico entre os sexos dos escravizados africanos e as altas taxas de mortalidade tanto adulta como infantil, já começava a desenvolver-se uma população escravizada crioula na região. Investigando isoladamente a população crioula adulta, o historiador verificou que 83% dessa população estavam na faixa de 15 a 40 anos, 17% na faixa de 41 a 59 anos e não existiam escravizados crioulos com mais de 60 anos.<sup>197</sup>

Assim, este resultado populacional pode ser visto a partir de outro ponto de vista, no que diz respeito à origem dos escravizados. Historiadores, como Flavio Gomes, Robert Slenes, Hebe Mattos, vem demonstrando que escravizados que viveram em médios e grandes planteis onde as comunidades de escravizados eram maiores e mais antigas, a taxa de masculinidade tendia a se equalizar. O impacto demográfico provocado pelo tráfico crescente de mão-de-obra escravizada africana foi crescente até a metade do século XIX, sobretudo no período de 1820 a 1849. Mas, principalmente, depois de 1850, com a cessão do tráfico, a reprodução vegetativa da população escravizada favoreceu o equilíbrio entre homens e mulheres escravizados.<sup>198</sup>

Nesse sentido, apontamos que a Fazenda de Santa Cruz tinha como característica populacional um forte equilíbrio sexual, grande contingente de crianças, equilíbrio etário entre homens e mulheres, alta porcentagem de casamentos e escravizados com mais de 60 anos.<sup>199</sup> Para Carlos Engemann é possível que o crescimento endógeno da população escravizada na

---

<sup>194</sup> FREITAS, Benedicto. Op. Cit., vol. II, p. 252.

<sup>195</sup> Ibidem, p. 255.

<sup>196</sup> ENGEMANN, Carlos, 2002. Op. Cit., p. 56-57.

<sup>197</sup> GOMES, Flavio dos Santos. *História de Quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro \_ século XIX*. 1992. 639f. Dissertação (Mestrado em História) \_ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992, p. 293.

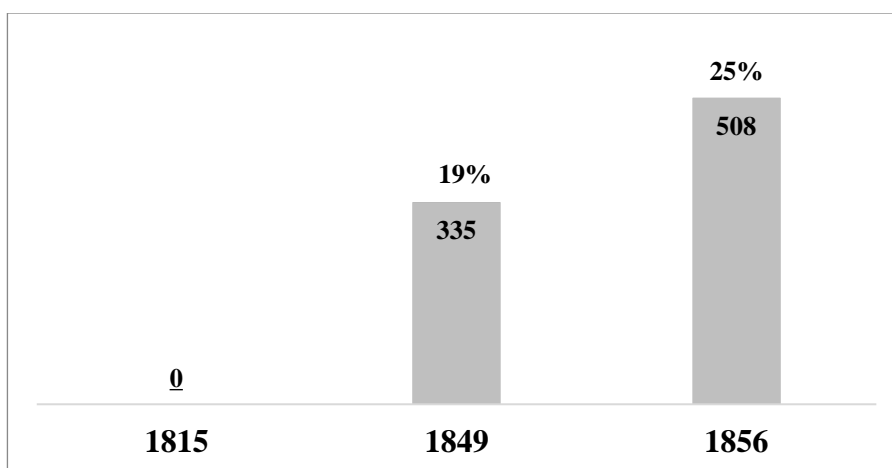
<sup>198</sup> Ibidem, p. 288.

<sup>199</sup> FREIRE, Jonis. Op. Cit., p. 188.

Fazenda tenha sido crucial para o incremento desse nível populacional. Em 1791, a Fazenda tinha a base da população escravizada claramente mestiça, criada dentro de seus limites e no seio de inúmeras famílias de escravizados. Ou seja, na Santa Cruz, a alimentação da população escravizada pelo tráfico teria um peso menor do que foi para a região agro fluminense em geral. A Fazenda pode ter se desenvolvido ao menos durante os anos próximos à 1791, como uma comunidade fechada no que diz respeito ao ingresso de estrangeiros. “Era um lugar de arraigados, chão de raiz”.<sup>200</sup>

Esse isolamento permitiu que a população da Fazenda somasse uma grande presença de crianças escravizadas de 0 a 14 anos, responsável por 40% da população. Além de apresentar escravizados com mais de 60 anos. O centro da propagação das gerações das famílias extensas, presente no inventário de 1756,<sup>201</sup> é composto por 36 grupos familiares, e neles todos estão presentes escravizados idosos, considerados todos que tenham acima de 60 anos.<sup>202</sup> No relatório de 1815, as crianças não foram apontadas na distribuição das ocupações. O relatório de 1849 aponta uma população com 335 crianças, isto é, 19% de uma população de 1.799 pessoas. Em 1856, no mapa mensal da população escravizada da Fazenda, as crianças eram 508 sujeitos, representavam 25% de uma população de 2.009 pessoas. (Gráfico 10).

**Gráfico 10 – Proporção de crianças escravizadas da Fazenda de Santa Cruz conforme os Mapas e Relatórios de 1815, 1849 e 1856**



Fontes: Distribuição dos escravos de serviço da Real Fazenda de Santa Cruz, 1815; Distribuição da escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, 1849; Mapa mensal da totalidade da escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz, 1856.

Esse equilíbrio possibilitou à comunidade escravizada da Fazenda uma forte estabilidade, e conseqüentemente extensas relações familiares. Segundo Robert Slenes, pelo menos em áreas e períodos em que eram recorrentes casamentos de cativos legalmente sancionados pela igreja Católica, a família escravizada nuclear estável, capaz de estabelecer linhagens por várias gerações, foi uma possibilidade majoritária realizada pelas mulheres escravizadas que viveram em unidades médias e grandes.<sup>203</sup> Para a Fazenda de Santa Cruz, a

<sup>200</sup> ENGEMANN, Carlos, 2002. Op. Cit., p. 60-61.

<sup>201</sup> Para a Fazenda de Santa Cruz, o primeiro desses inventários foi realizado no mesmo ano de expulsão dos padres jesuítas, 1759, permitindo aos historiadores um retrato da administração dos jesuítas naquela Fazenda. Ao longo do século XVIII pelo menos mais três inventários foram realizados, 1768, 1779, 1791, permitindo que o processo de transformação da propriedade seja acompanhado de forma singular.

<sup>202</sup> ENGEMANN, Carlos, 2002. Op. Cit., p. 104-105.

<sup>203</sup> SLENES, Robert. Op. Cit., p. 80.

estabilidade das famílias escravizadas é comprovada: representavam um elo de suma importância para a configuração da comunidade dos escravizados.

O grupo de escravizados no serviço passivo foi uma questão pertinente para a administração da Fazenda. Na segunda metade do século XIX, uma crítica constante dos funcionários desta propriedade era que o aluguel retirava a maioria dos escravizados do serviço da Fazenda, ficando nesta “*só os velhos, inválidos e crianças*”. Os mais enfáticos denunciavam que não havia sequer a mão-de-obra necessária para manter os serviços. Alegavam que os escravizados estavam sendo transferido em massa para a Corte e colocados a serviços da Família Real e de seus cortesãos.<sup>204</sup> No período Imperial, o sistema de aluguel foi o ponto na qual se convergiam todas as atenções e críticas.

### 2.2.2 O “serviço ativo”: “esquadras de ambulantes”, “carpinteiros”, “ferreiros”, “serralheiros”, “pedreiros”, etc.

O quantitativo de escravizados no serviço ativo da Fazenda diminuiu consideravelmente se comparamos a distribuição do relatório de 1815, que contabilizava 622 trabalhadores escravizados, 574 sujeitos formalmente no serviço da Fazenda. (Não podemos deduzir a porcentagem desse quantitativo, pois o relatório não apresenta o número total desta população escravizada, somente aquele percentual direcionado ao serviço ativo.) Enquanto em 1849, numa população total de 1.799 escravizados, 956 sujeitos, ou seja, 53% desta comunidade, estava voltada para o serviço ativo. Finalmente, em 1856, uma comunidade com 2.009 escravizados, 864 sujeitos, assim dizendo, 43% desta população foi direcionada para o serviço ativo da Fazenda. (Tabela 9).

**Tabela 9 \_ População total dos escravizados nas distribuições das ocupações, 1815, 1849, 1856.**

Período	População total	Serviço ativo	
		#	%
1815	–	574	–
1849	1.799	956	53%
1856	2.009	864	43%

Fontes: Distribuição dos escravos de serviço da Real Fazenda de Santa Cruz, 1815; Distribuição da escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, 1849; Mapa mensal da totalidade da escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz, 1856.

O que podemos observar é que ao longo da primeira metade do século XIX, o quantitativo de escravizados distribuídos nos serviços ativos da fazenda foi reduzido significativamente de forma oposta ao aumento da população escravizada da Fazenda. Durante a administração pública (Real e Imperial) a Fazenda de Santa Cruz foi progressivamente descaracterizada como unidade produtiva nos moldes tradicionais, para se acrescentar aos seus produtos outras fontes de lucros indiretos.<sup>205</sup> O deslocamento de mão de obra ou famílias para outras regiões, uma vez que a Santa Cruz se tornou propriedade da Coroa, foi um procedimento recorrente, subtraindo os escravizados dos serviços da Fazenda.<sup>206</sup>

Outra tendência, na contramão da população escravizada da região agrária fluminense, era que na Santa Cruz a proporção de homens em idade produtiva era menor do que a média

<sup>204</sup> PEDROZA, Manoela da Silva. Op. Cit., p. 292.

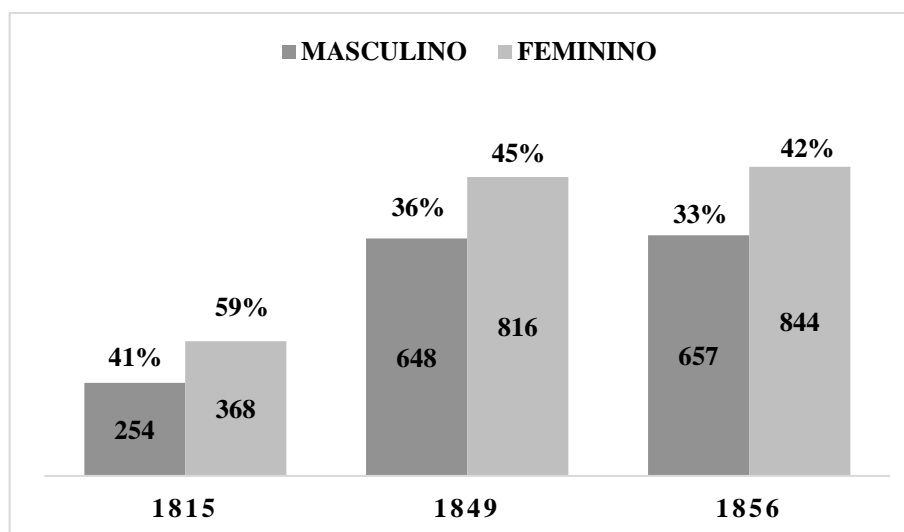
<sup>205</sup> Ibidem, p. 88.

<sup>206</sup> Ibidem, p. 85.

dos grandes plantéis fluminenses. A característica demográfica mais marcante da escravidão, a superabundância de homens em idade adulta, foi aqui invertida.<sup>207</sup>

Como podemos observar, as mulheres eram maioria nas relações de trabalho: em 1815, *mulheres (318) e raparigas (50)* somavam-se 368, isto é 59%, enquanto os *homens (193) e rapazes (61)* contabilizavam 254 indivíduos, 41% deste quantitativo. Já no *mapa de 1849*, as *mulheres (583) e raparigas (233)* somam 816 e são maioria nas distribuições das ocupações, representavam 45% dessa mão-de-obra, enquanto os “*homens (389) e rapazes (259)* somam 648 indivíduos, isto é 36%. No *mapa mensal de 1856*, as *mulheres (685) e raparigas (159)*”, somavam 844 pessoas, ou seja, 42% e se mantinham como maioria na distribuição das relações de trabalho. Os “*homens (446) e rapazes (211)*” somam 657, isto é 33% desta mão-de-obra. (Gráfico 11).

**Gráfico 11 – Distribuição dos escravizados no “serviço ativo” da Fazenda de Santa Cruz, nos Mapas e Relatórios de 1815-1856, por gênero dos escravizados.**



Fontes: Distribuição dos escravos de serviço da Real Fazenda de Santa Cruz, 1815; Distribuição da escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, 1849; Mapa mensal da totalidade da escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz, 1856.

No caso de plantéis laicos e privados, o volume populacional concentrado em homens em idade produtiva se devia ao tráfico atlântico, que buscava compor a propriedade escravizada por homens entre 15 e 30 anos.<sup>208</sup> No caso da Fazenda de Santa Cruz, os escravizados do sexo masculino em idade produtiva e, também, um considerável número de mulheres, cerca da mesma faixa etária, estava sendo transportados para fins que não eram unicamente a produção da dita Fazenda.<sup>209</sup>

Essa assimetria na distribuição das ocupações de homens e mulheres escravizados na Santa Cruz refletia o deslocamento de mão-de-obra para fora da Fazenda. No século XIX, a Fazenda de Santa Cruz, se tornou fornecedora de escravizados para o serviço de Sua Majestade, o Príncipe Regente D. Pedro II e para senhores particulares no entorno da região.<sup>210</sup> Ou seja, durante a sua administração pública, a Fazenda foi progressivamente descaracterizada como

<sup>207</sup> ENGEMANN, Carlos, 2002. Op. Cit., p. 63.

<sup>208</sup> Ibidem, p. 63.

<sup>209</sup> Ibidem, p. 63.

<sup>210</sup> PEDROZA, Manoela da Silva, 2018. Op. Cit., p. 470.

unidade produtiva nos moldes tradicionais, para se acrescentar aos seus produtos outras fontes de lucros indiretos, como o aluguel dos seus escravizados.<sup>211</sup>

### **2.2.3 Ocupações e ofícios na Fazenda de Santa Cruz**

Entender de que forma aconteceu essa descaracterização no “serviço ativo” da Fazenda de Santa Cruz como unidade produtiva nos moldes tradicionais é fundamental para compreender a configuração do sistema de aluguel na Fazenda de Santa Cruz na segunda metade do século XIX. Para capturar o perfil e a organização das ocupações destes escravizados, realizamos uma análise das ocupações distribuídas no “serviço ativo” da Fazenda nos mapas/relatórios de 1815, 1849 e 1856.

Nesta documentação observamos uma grande diversidade de ocupações, indo desde ofícios industriais, como carpinteiro, pedreiros e ferreiros, ou ofícios especializados como cirurgiões, barbeiros e enfermeiros até atividades não especializadas como amas de cegos, amas de crianças ou no armazém. Santa Cruz, era aparentemente autossuficiente, seus escravizados efetuavam e produziam tudo o que está necessitava. Para analisar estes arranjos de trabalho, sem implicar numa lista exaustiva das ocupações, seguiremos a divisão estabelecida pela pesquisadora Ilana Peliciari, que as dividiu em seis grandes grupos: atividades industriais e artesanais, transporte, agrícolas, especializados, não especializados e ocupações sem informações.

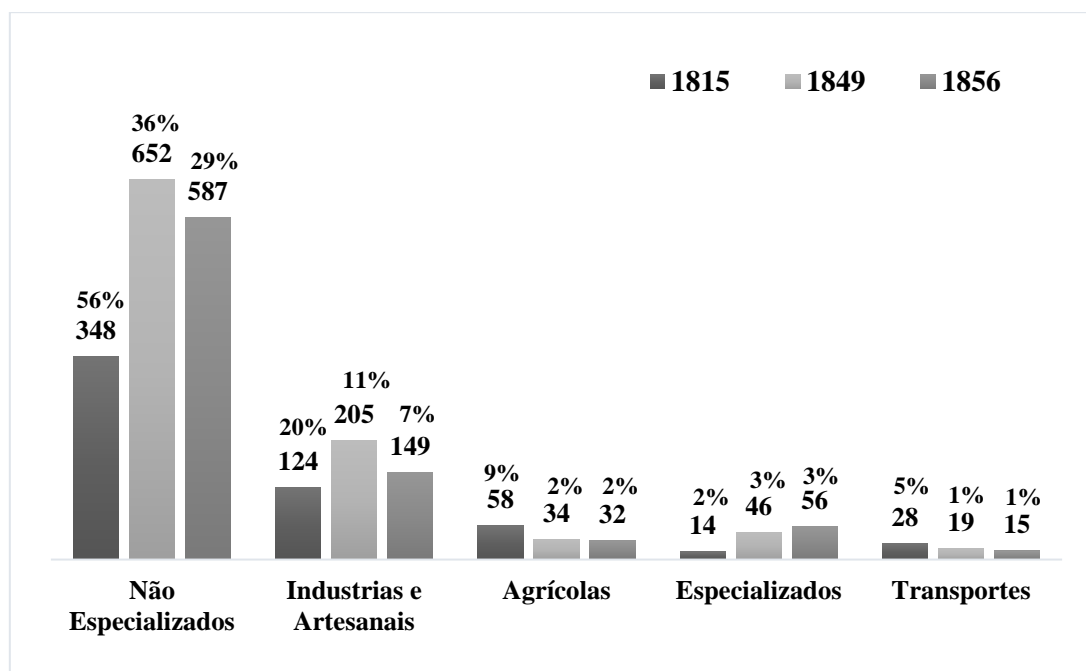
A demanda por atividades industriais e artesanais incluía, carpinteiros; pedreiros, ferreiros, tocador de fole, sapateiro, curtidores, manteigueiros, tecelões, oleiros e os aprendizes destas ocupações. Nos serviços não especializados estão as amas de cegos e crianças, guardas, sacristães, feitores, serventes, escravizados no armazém, nos caminhos, a dispor diariamente, na esquadra ambulante e no cercadinho. O serviço especializado incluía músicos, cirurgião, barbeiros, enfermeiros, parteiras, cavaliça e cozinheiros. Na agricultura incluem-se campeiros, hortelãos, limpeza de mandioca, na Lavoura de Portugal, na Cultura do chá. Finalmente nas atividades de transportes, carreiros, candeeiros e carroceiros.

No gráfico abaixo, organizamos as ocupações distribuídas nos três relatórios/mapas conforme a segmentação apontada, segundo o quantitativo dos trabalhadores distribuídos nas ocupações da Fazenda. (Gráfico 12).

---

<sup>211</sup> ENGEMANN, Carlos, 2002. Op. Cit., p. 74.

**Gráfico 12 - Distribuição dos escravizados por categorias ocupacionais na Fazenda de Santa Cruz, 1815-1856.**



Fontes: Distribuição dos escravos de serviço da Real Fazenda de Santa Cruz, 1815; Distribuição da escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, 1849; Mapa mensal da totalidade da escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz, 1856.

A partir dessa análise podemos apontar que as atividades “não especializadas” eram as ocupações que mais requisitavam mão-de-obra escravizada na Santa Cruz. No relatório de 1815, são doze ocupações ditas “não especializadas”, ou seja, que não requeriam algum tipo de qualificação especial: serventes (12), sacristão (3), guardas de roças (9), feitores (1), nos caminhos (50), no armazém (9), a dispor diariamente (243), amas de cegos (10), amas de crianças (11). No total contabilizavam 348 escravizados neste grupo de ocupações. Destes, 233 eram mulheres escravizadas e 30 eram raparigas, totalizavam 263, enquanto os homens escravizados correspondem a 85 indivíduos, sendo 77 homens e 8 rapazes. Essa classe de ofício representa 56% do total de trabalhadores da Fazenda em 1815 que perfazia uma população total de 622 escravizados distribuídos nas ocupações. (Tabela 10).

**Tabela 10 \_ Ocupações não especializadas por sexo dos escravizados no Relatório de 1815.**

OCUPAÇÕES NÃO ESPECIALIZADAS	Sexo				Total
	Hom.	Rpazes.	Mul.	Rapgas.	
Serventes de pedreiros	5	7	-	-	12
Sacristão	2	1	-	-	3
Guardas de roça	9	-	-	-	9
Feitores	1	-	-	-	1
Nos caminhos	2	-	40	8	50
No Armazém	1	-	8	-	9
A dispor diariamente	57	-	164	22	243
Amas de cegos	-	-	10	-	10
Amas de crianças	-	-	11	-	11
<b>TOTAL</b>	<b>77</b>	<b>8</b>	<b>233</b>	<b>30</b>	<b>348</b>

Fonte: Observações sobre a administração da Real Fazenda de Santa Cruz, pelo tenente-coronel Francisco da Silva Torres. Acompanhado uma relação dos escravos ao serviço naquela fazenda, 1815 \_ Biblioteca Nacional. CF. ENGEMANN, Carlos. Op. Cit., 2002, p. 63.

Em 1849, são seis ocupações “não especializadas”: sacristão (2), no armazém (2), feitores (17), esquadras de ambulantes (602), amas de cegos e crianças (27), tambor (2). Nesses arranjos de trabalho estavam alocados 652 trabalhadores escravizados, sendo 511 escravizadas do sexo feminino, divididas em mulheres (359) e raparigas (152); enquanto os escravizados do sexo masculino perfaziam 141, divididos em homens (52) e rapazes (89). Representavam 36% do percentual dos trabalhadores escravizados de uma população total de 1.799 pessoas. (Tabela 11).

**Tabela 11 \_ Ocupações não especializadas por sexo dos escravizados no Relatório de 1849.**

OCUPAÇÕES NÃO ESPECIALIZADAS	Sexo				Total
	Hom.	Rpazes.	Mul.	Rapgas.	
Sacristão	2	-	-	-	2
No Armazém	1	1	-	-	2
Feitores	8	-	9	-	17
Esquadras de Ambulantes	39	88	323	152	602
Amas de cegos e crianças	-	-	27	-	27
Tambor	2	-	-	-	2
<b>TOTAL</b>	<b>52</b>	<b>89</b>	<b>359</b>	<b>152</b>	<b>652</b>

Fonte: Mapa da totalidade da Escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz, 30/06/1849. Arquivo do Museu Imperial. Petrópolis.

No mapa mensal de 1856, são 5 ocupações ditas não especializadas são: sacristães (4), no armazém (2), feitores (15), esquadras de ambulantes (535), amas de cegos e crianças (31), estão distribuídas entre 587 escravizados, sendo 485 escravizadas, divididas em mulheres (345) e raparigas (140), e 102 escravizados do sexo masculino, divididos em homens (35) e rapazes (67). Representavam 29% dos trabalhadores distribuídos nas ocupações de uma população total de 2.009 pessoas. (Tabela 12).

**Tabela 12 \_ Ocupações não especializadas por sexo dos escravizados no Mapa mensal de 1856.**

OCUPAÇÕES NÃO ESPECIALIZADAS	Sexo				Total
	Hom.	Rpazes.	Mul.	Rapgas.	
Sacristão	4	-	-	-	4
No Armazém	1	1	-	-	2
Feitores	4	-	11	-	15
Esquadras de Ambulantes	26	66	303	140	535
Amas de cegos e crianças	-	-	31	-	31
<b>TOTAL</b>	<b>35</b>	<b>67</b>	<b>345</b>	<b>140</b>	<b>587</b>

Fonte: Mapa mensal da totalidade da escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz, 1856. Arquivo do Museu Imperial. Petrópolis.

Este quadro ocupacional de atividades não especializados, estava composto, principalmente por mulheres escravizadas, nas “esquadras de ambulantes”. Em 1815, elas representavam 38% do percentual dos trabalhadores a dispor diariamente ou nos caminhos, enquanto os homens e rapazes perfaziam 9%. Em 1849, as esquadras de ambulantes eram formadas por 475 mulheres e raparigas, isto é, 26% enquanto os homens e rapazes perfaziam 127 escravizados, isto é 7%; em 1856, eram 443 mulheres, ou seja, 22%, enquanto 92 homens e rapazes escravizados, perfaziam 5% desta classe de ofício. (Tabela 13).



**Tabela 13 \_ Esquadras ambulantes nas distribuições das ocupações da Fazenda de Santa Cruz, 1815, 1849, 1856.**

Período	Ocupações	Homens		Mulheres	
		#	%	#	%
1815	A dispor diariamente e nos caminhos	59	9%	234	38%
1849	Esquadras de ambulantes	127	7%	475	26%
1856		92	5%	443	22%

Fontes: Distribuição dos cravos de serviço da Real Fazenda de Santa Cruz, 1815; Distribuição da escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, 1849; Mapa mensal da totalidade da escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz, 1856.

Os serviços nas esquadras de ambulantes eram direcionados, principalmente, às lavouras da fazenda, seja “nos arrozais”, “como nas lavouras feitas pelos lavradores de Portugal”, na plantação de “capim e cafezais”. As mulheres trabalhadoras nas “esquadras de ambulantes”, preenchiam as faltas que houver neste partido”, assim como no “serviço de campo”, “visto o grande número de gente que fica determinado neste partido”.<sup>212</sup>

Assim, as mulheres escravizadas da Fazenda de Santa Cruz eram as responsáveis pelo trabalho grosso da fazenda. Elas superavam os homens em número de “esquadras” de trabalho e executavam as ocupações mais pesadas do plantio e da colheita. Eram elas também aquelas “a dispor diariamente” e “nos caminhos” prestando socorro maior de braços nos serviços extraordinário e nas tarefas rurais e domésticas.

O outro lado desta moeda estava na concentração de ocupações industriais e artesanais na Santa Cruz. Opostamente às ocupações não especializadas, aqui temos uma maioria de escravizados do sexo masculino. Em 1815 eram 82 *homens e rapazes*, isto é 13% de uma população total de 622 pessoas, distribuídos por atividades industriais que incluíam: carpinteiros (39); pedreiros (11), curtidores (8), oleiros (8), ferreiros (5), sapateiro (4), tecelões (4), tocadores de fole (2) e manteigueiros (1). (Tabela 14).

**Tabela 14 \_ Ocupações industriais e artesanais por sexo dos escravizados no Relatório de 1815.**

INDUSTRIAIS E ARTESANAIS	SEXO		#
	Homens	Rapazes	
Carpinteiros	20	19	39
Pedreiros	6	5	11
Curtidores	8	-	8
Oleiros	8	-	8
Ferreiros	5	-	5
Sapateiros	1	3	4
Tecelões	4	-	4
Tocadores de fole	2	-	2
Manteigueiros	1	-	1
<b>TOTAL</b>	<b>55</b>	<b>27</b>	<b>82</b>

Legenda: os aprendizes foram contabilizados nos quantitativos dos ofícios aprendidos

Fonte: Observações sobre a administração da Real Fazenda de Santa Cruz, pelo tenente-coronel Francisco da Silva Torres. Acompanhado uma relação dos escravos ao serviço naquela fazenda, 1815 \_ Biblioteca Nacional. CF. ENGEMANN, Carlos. Op. Cit., 2002, p.63.

<sup>212</sup> FREITAS, Benedicto, Op. Cit., vol. III, p. 93-94.

Desse quantitativo, 42 homens e rapazes escravizados estavam apontados como aprendizes das funções de carpinteiros, pedreiros e sapateiros, 27 estava na faixa etária de rapazes e 15 eram homens. Nenhuma mulher e/ou rapariga foi sinalizada como aprendiz dos ofícios industriais e artesanais.<sup>213</sup> (Tabela 15).

**Tabela 15 \_ Aprendizes de ofícios industriais e artesanais no Relatório de 1815.**

<b>Aprendizes</b>	Homens	Rapazes	Total
<b>Carpinteiros</b>	14	19	33
<b>Pedreiros</b>	-	5	5
<b>Sapateiros</b>	1	3	4
<b>Total</b>	15	27	42

Fonte: Observações sobre a administração da Real Fazenda de Santa Cruz, pelo tenente-coronel Francisco da Silva Torres. Acompanhado uma relação dos escravos ao serviço naquela fazenda, 1815 \_ Biblioteca Nacional. CF. ENGEMANN, Carlos. Op. Cit., 2002, p.63.

As *mulheres e raparigas* escravizadas eram 41, estavam distribuídas nas funções como: nas oficinas de teares (35), na olaria (5) e no fabrico de manteiga (1). Representavam 6,5% do percentual distribuídos nestas ocupações especializadas. (Tabela 16).

**Tabela 16 \_ Ocupações industriais e artesanais no Relatório de 1815.**

<b>INDUSTRIAIS E ARTESANAIS</b>	<b>SEXO</b>		<b>#</b>
	Mulheres	Raparigas	
<b>Oficina de Teares</b>	15	20	35
<b>Na olaria</b>	5	-	5
<b>No fabrico de manteiga</b>	1	-	1
<b>TOTAL</b>	21	20	41

Fonte: Mapa da totalidade da Escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz. 30/06/1849. Arquivo do Museu Imperial. Petrópolis.

As oficinas de teares era uma ocupação presente no cotidiano da mão-de-obra feminina de Santa Cruz, mulheres, crianças e idosos podiam garantir a sua alimentação nesse serviço. As mulheres escravizadas também estavam inseridas nos serviços da olaria e no fabrico de manteiga, em menor quantidade, talvez como auxiliares destas funções

Em 1849, são 160 *homens e rapazes* escravizados, distribuídos por funções que incluíam: carpinteiros (53), pedreiros (39), oleiros (28), ferreiro e serralheiros (18), cavouqueiros (9), falquejador e serradores (9), curtidores (2), lombilheiros (2) e tanoeiros (2). Representavam 9% de trabalhadores distribuídos nos ofícios especializados de uma população total de 1.799 pessoas. Enquanto as *mulheres e raparigas* eram 43, isto é 2%, todas nos teares. (Tabela 17) (Tabela 18).

<sup>213</sup> Observações sobre a administração da Real Fazenda de Santa Cruz, pelo tenente-coronel Francisco da Silva Torres. Acompanhado uma relação dos escravos ao serviço naquela fazenda, 1815 \_ Biblioteca Nacional. CF. ENGEMANN, Carlos. Op. Cit., 2002, p.63.

**Tabela 17 \_ Distribuição das ocupações industriais e artesanais dos escravizados do sexo masculino no Relatório de 1849.**

INDUSTRIAIS E ARTESANAIS	SEXO		#
	Homens	Rapazes	
<b>Carpinteiros</b>	31	22	53
<b>Pedreiros</b>	32	7	39
<b>Oleiros</b>	20	8	28
<b>Ferreiros e serralheiros</b>	16	2	18
<b>Cavouqueiros</b>	9	-	9
<b>Falquejador e serradores</b>	9	-	9
<b>Curtidores</b>	2	-	2
<b>Tanoeiros</b>	2	-	2
<b>TOTAL</b>	121	39	160

Fonte: Mapa mensal da totalidade da escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz, 1856. Arquivo do Museu Imperial. Petrópolis.

**Tabela 18 \_ Distribuição das ocupações industriais e artesanais dos escravizados do sexo feminino no Relatório de 1849.**

INDUSTRIAIS E ARTESANAIS	SEXO		#
	Mulheres	Raparigas	
<b>Nos Teares</b>	43	-	43

Fonte: Mapa mensal da totalidade da escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz, 1856. Arquivo do Museu Imperial. Petrópolis.

Assim, podemos observar que a mão-de-obra masculina era a maioria empregada nas atividades Industriais e artesanais (160), mas havia um quantitativo relevante de mulheres escravizadas nos teares (43). Analisando as relações de trabalho no censo de 1872, Flavia Fernandes, aponta que as “costureiras”, cujo número absoluto para a cidade do Rio de Janeiro, era de 1.384, era uma categoria formada apenas por mulheres. Além disso, a maioria das mulheres classificadas como costureiras trabalhava, provavelmente, em oficinas, não por acaso foram elas classificadas no censo como parte das “profissões manuais ou mecânicas”, próximas aos chamados operários.<sup>214</sup> Podemos supor ser essa atividade, os teares, um ofício manual e mecânico, predominantemente feminino na Santa Cruz.

Em 1856, o quantitativo direcionados aos ofícios industriais artesanais eram todos de *homens e rapazes*, somam 149 escravizados, nos seguintes arranjos de trabalho: pedreiros (37), carpinteiros (36), oleiros (26), ferreiros e serralheiros (20), fabrico de chá (13), falquejador e serradores (5), curtidores (4), cavouqueiros (3), tanoeiros (3) e lombilheiros (2). Representavam 7% do total de uma população de 2.009 pessoas distribuídas por ofícios industriais e artesanais. (Tabela 19).

<sup>214</sup> SOUZA, Flavia Fernandes. Op. Cit., p. 126

**Tabela 19 \_ Distribuição das ocupações industriais e artesanais por sexo dos escravizados no Mapa Mensal de 1856.**

INDUSTRIAIS E ARTESANAIS	SEXO		#
	Homens	Rapazes	
<b>Pedreiros</b>	23	14	37
<b>Carpinteiros</b>	18	18	36
<b>Oleiros</b>	15	11	26
<b>Ferreiros e serralheiros</b>	9	11	20
<b>Fabrico de Chá</b>	2	11	13
<b>Falquejador e serradores</b>	5	-	5
<b>Curtidores</b>	3	1	4
<b>Cavouqueiros</b>	3	-	3
<b>Tanoeiros</b>	1	2	3
<b>Lombilheiros</b>	1	1	2
<b>TOTAL</b>	80	69	149

Fonte: Mapa mensal da totalidade da escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz, 1856. Arquivo do Museu Imperial. Petrópolis.

Esses dados demonstram, que a Fazenda de Santa Cruz apresentou uma prática continuada de qualificação e especialização dos seus escravizados, selecionando os escravizados do sexo masculino e aplicando-os a ofícios mecânicos, debaixo da doutrina, e insinuação de bons mestres, formando com este expediente um congregado de hábeis carpinteiros, ferreiros, serralheiros, pedreiros, etc., para se ocuparem indefectivelmente nas obras reais e serviços a particulares no entorno da região.<sup>215</sup>

Mesmo após a expulsão dos jesuítas, a prática dos ofícios qualificados continuou a ser ensinada e praticada de forma costumeira entre o plantel escravizado. A administração dos padres serviu como baliza para a sucessão pública com relação à mão-de-obra escravizada. Segundo Peliciari, à Coroa, após o confisco, deu seguimento as muitas práticas dos antigos proprietários, inclusive o seu processo de qualificação e remuneração.<sup>216</sup> A prática dos ofícios industriais e artesanais continuou a ser ensinada e praticada costumeiramente.<sup>217</sup> Os filhos dos escravizados, por exemplo, eram encaminhados para atividades especializadas desde a infância:

Quanto aos filhos, chegados à idade apropriada, eram encaminhados às oficinas (13). Os mais inteligentes, aplicados em aprenderem de maior habilidade: ourivesaria, reparação de maquinário, decoração, pintura, santeiros e outros ofícios delicados, que promoveram o engrandecimento material e artístico da Fazenda. Às meninas reservavam funções compatíveis com as suas aptidões: geralmente fiavam o grosso tecido para o vestuário do pessoal, incluídos os idosos, enfermos e gestantes. Localizada nos fundos do salão do Convento, a oficina de fiação possuía quatro teares, tendo ao lado uma pequena varanda para serviços auxiliares.<sup>218</sup>

Esse ambiente sugere uma política continuada de estímulo a qualificação dos escravizados na Fazenda de Santa Cruz. O plano de revitalização da Fazenda, estava orientado, principalmente, para o resgate da política administrativa de qualificação dos escravizados, ensinando os homens e rapazes mais jeitosos, e de provada habilidade a arte dos ofícios

<sup>215</sup> ENGEMANN, Carlos; RODRIGUES, Claudia; AMANTINO, Marcia. Os jesuítas e a ilustração na administração de Manoel Martins de Couto Reis da Real fazenda de Santa Cruz (Rio de Janeiro, 1793-1804). In: ENGEMANN, Carlos (org.); AMANTINO, Marcia (org.). *Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da Coroa*. Rio de Janeiro: Eduerj/Faperj, 2013, p. 301.

<sup>216</sup> ROCHA, Ilana Peliciari. Op. Cit., p. 204.

<sup>217</sup> Ibidem, p. 204.

<sup>218</sup> FREITAS, Benedicto. Op. Cit., vol. I, p. 178.

mecânicos, e direcionando-os para os serviços reais, obras públicas, arsenais, trem e casas de armas, etc.<sup>219</sup>

Assim, na Santa Cruz, um elevado percentual da comunidade escravizada, principalmente, escravizados do sexo masculino, detinha algum conhecimento ocupacional especializado. Em 1815, eram 20% de uma total de 622 pessoas distribuídas nos serviços da Fazenda. Em 1849, eram 11% de uma população total de 1.799 pessoas. Em 1856 perfaziam 7% de uma população total de 2.009 pessoas.<sup>220</sup> (Tabela 20).

**Tabela 20 \_ Percentual de qualificação dos escravizados na distribuição das ocupações, 1815, 1849, 1856.**

Período	População total	Ofícios industriais e artesanais		
		Hom.	Mul.	#
1815	622	82	41	20%
1849	1.799	160	43	11%
1856	2.009	149	-	7%

Fontes: Distribuição dos cravos de serviço da Real Fazenda de Santa Cruz, 1815; Distribuição da escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, 1849; Mapa mensal da totalidade da escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz, 1856.

A política administrativa, parece ter obtido resultados positivos. Na Fazenda de Santa Cruz vigorava um sistema ruro-fabril, ou misto, assim, além das atividades agrícolas e a pecuária, atividades principais, havia uma parte essencialmente fabril e manufatureira, representada por um complexo de oficinas de trabalho: ferraria, tecelagem, carpintaria, olaria; fábrica de cal, fábrica de farinha, descasca de arroz, curtume, engenhocas de aguardente, engenho de açúcar (em construção), estaleiro onde se fabricavam canoas, há também a referência de oficina de prata lavrada, um açougue, uma pescaria na ilha da pescaria, outra na barra do rio Guandu e outra na foz do Itaguaí.<sup>221</sup>

Essa divisão do trabalho produtivo na Fazenda reflete o deslocamento de mão-de-obra para “fora da Fazenda”, tanto os escravizados que detinha algum conhecimento qualificado, quanto os não qualificados, as mulheres nas esquadras ambulantes, passaram a ser destacados para suprir as demandas por mão-de-obra na região e seu entorno.<sup>222</sup>

## 2.2.4 Transformações nos processos produtivos da Fazenda

No início do século XIX, colocou-se em prática o início do desmonte da Fazenda de Santa Cruz nos moldes de produção: todas as plantações para o comércio foram abandonadas, cana, fumo, arroz e outros deixaram de ser uma preocupação administrativa: os escravizados passaram a ser deslocados para as demandas dos estabelecimentos públicos e senhores privados na cidade do Rio de Janeiro e Província Fluminense.<sup>223</sup>

Entender de que forma aconteceu essa descaracterização da Fazenda de Santa Cruz como unidade produtiva nos moldes tradicionais é fundamental para compreender o perfil ocupacional dos escravizados no sistema de aluguel. A estrutura de trabalho no interior da Santa

<sup>219</sup> ENGEMANN, Carlos, 2002. Op. Cit., p. 88.

<sup>220</sup> Ibidem, p. 89.

<sup>221</sup> NEWTON, José. Se perpetue a Companhia nessas partes: materialidade da Fazenda de Santa Cruz no tempo da expulsão dos jesuítas. In: ENGEMANN, Carlos (org.); AMANTINO, Marcia (org.). *Santa Cruz: de legado dos Jesuítas a pérola da Coroa*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013, p. 88-89.

<sup>222</sup> PEDROZA, Manoela da Silva, 2018. Op. Cit., p. 469-470.

<sup>223</sup> Ibidem, p. 469-470.

Cruz apoiava-se na divisão entre pecuária e agricultura. No entanto, ao longo da administração pública da Fazenda (Real e Imperial), o predomínio dessas funções decresceu razoavelmente.

No relatório da mão-de-obra da fazenda, datado de 1815, apenas 34 escravizados estão destacados para a atividade pecuária. *Eram 26 homens escravizados, auxiliados por 8 rapazes na função de “campeiros”*. Aparentemente este grupo podia dar conta de cuidar dos milhares das cabeças de gado criadas ali.<sup>224</sup> Nas atividades agrícolas encontravam-se *4 centeiros enterreiros*,<sup>225</sup> *2 hortelãos, 7 na horta e 11 mulheres colhendo mamonas, somavam 24 escravizados(as)*. (Tabela 21).

**Tabela 21 \_ ocupações agrícolas por sexo dos escravizados no relatório de 1815.**

OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS	Sexo				Total
	Hom.	Rpazes.	Mul.	Rapgas.	
Campeiros	26	8	-	-	34
Centeiros enteireiros	4	-	-	-	4
Hortelãos	2	-	-	-	2
Na Horta	-	-	7	-	7
Colhendo Mamona	-	-	11	-	11
<b>TOTAL</b>	32	8	18	-	58

Fonte: Observações sobre a administração da Real Fazenda de Santa Cruz, pelo tenente-coronel Francisco da Silva Torres. Acompanhado uma relação dos escravos ao serviço naquela fazenda, 1815 \_ Biblioteca Nacional. CF. ENGEMANN, Carlos. Op. Cit., 2002, p. 63.

Somando-se as duas atividades presumíveis, pecuária e agricultura, as ocupações chegavam a 58 trabalhadores, eram responsáveis por 9% do potencial da mão-de-obra de uma população total de 622 escravizados distribuídos nos seus serviços, ou seja, não abrangiam nem 10% da mão-de-obra escravizada da Fazenda de Santa Cruz.<sup>226</sup> Em 1849 esse quantitativo ainda menor, apenas, *25 homens e 9 rapazes distribuído nos “serviços de campo”*, isto é 2% de uma população de 1.799 pessoas. Em 1856, são *27 homens e 5 rapazes na função de “campeiros”*, isto é 2% de uma população de 2.009 escravizados. Além disso, no relatório de 1849 e mapa mensal de 1856, as atividades agrícolas, propriamente ditas, não são apontadas, somente a atividade pecuária. (Tabela 22).

**Tabela 22 \_ Ocupações agrícolas distribuída pelos sexos dos escravizados, 1849, 1856.**

PERÍODO	OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS	Sexo				Total
		Hom.	Rpazes.	Mul.	Rapgas.	
1849	Serviços do campo	25	9	-	-	34
1856	Campeiros	27	5	-	-	32

Fontes: Distribuição da escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, 1849; Mapa mensal da totalidade da escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz, 1856.

Segundo Carlos Engemann, uma explicação possível para esse quadro ocupacional, poderia ser o período de plantio ou colheita. Fora dessa demarcação, os escravizados da lavoura, poderiam estar ociosos. Somando-se os escravizados “a dispor diariamente” e nas “esquadras ambulantes” com os escravizados nas ocupações centrais da fazenda, teríamos no máximo 50% dos escravizados direcionados às atividades econômicas primárias da Fazenda de Santa Cruz na primeira metade do século XIX.<sup>227</sup> Essa divisão de trabalho na produção agrícola da Fazenda refletia sobretudo o deslocamento de mão-de-obra para fora da Fazenda e estava diretamente

<sup>224</sup> ENGEMANN, Carlos, 2002. Op. Cit., p. 85.

<sup>225</sup> Aquele que aplanar a terra para fazer canteiros.

<sup>226</sup> ENGEMANN, Carlos, 2002. Op. Cit., p. 85.

<sup>227</sup> Ibidem, p. 88.

ligada ao aluguel dos escravizados e como esse sistema foi tornando-se uma proveitosa fonte de renda para a administração no decorrer do XIX.

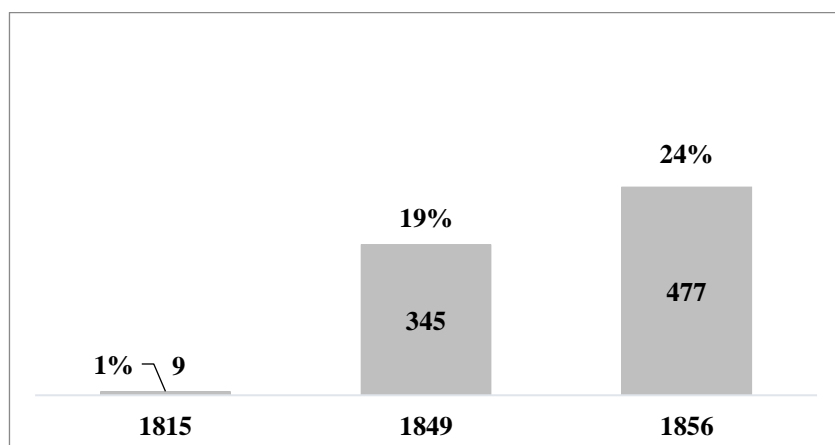
Como veremos, as “esquadras de serviços” e “esquadras de reservas” incluem as principais ocupações no qual as mulheres escravizadas da Fazenda de Santa Cruz serão alugadas na segunda metade do século XIX. Este direcionamento se dá sobretudo em vista do abandono das ocupações ligadas à agricultura, desse modo, os escravizados distribuídos nestas funções, principalmente, as “esquadras ambulantes” são direcionadas para o sistema de aluguel no entorno da Santa Cruz.

### 2.2.5 Deslocados para as Quintas e outras Repartições da Coroa Imperial

Na distribuição das ocupações dos escravizados nas documentações podemos apontar que a Fazenda de Santa Cruz serviu como suporte de mão-de-obra destacados “nas Quintas, Paços, e outras Repartições da Coroa Imperial”. Consideramos esses dados no relatório/mapa para 1815, 1849 e 1856, e observamos que os deslocamentos para fora da Fazenda aumentaram consideravelmente ao longo da primeira metade do século XIX.

No relatório de 1815, um número ínfimo, isto é 1,4%, é descrito “com os empregados”, 6 homens e 1 mulher; e 1 mulher escravizada foi descrita como “no Paço”. Acreditamos que estes escravizados poderiam estar sendo direcionado para atividades fora da Fazenda, utilizados no uso privado por empregados nas suas próprias propriedades ou nas atividades do Paço Imperial. No relatório de 1849, observamos que 345 escravizados, 19% do total de 1.799 pessoas, estavam sendo deslocados nas “Quintas e outras”. Em 1856, o deslocamento nas “Quintas, Paços e outras Repartições da C. I” expandiu para 477 escravizados desta população, 24% de uma população total de 2.009 pessoas. No mapa mensal de 1856, chama atenção que as crianças também aparecem como deslocadas para Quintas, somavam 90 crianças. (Gráfico 13).

**Gráfico 13 – Escravizados deslocados para Quintas, paços e outras Repartições Imperiais, 1815-1856.**



Fontes: Fonte: Distribuição dos escravos de serviço da Real Fazenda de Santa Cruz, 1815; Distribuição da escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, 1849; Mapa mensal da totalidade da escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz, 1856.

No século XIX a Fazenda de Santa Cruz tornou-se fornecedora de escravizados para o serviço de Sua Majestade, o Príncipe Regente D. Pedro II e para senhores particulares no entorno da região.<sup>228</sup> Esses homens e mulheres escravizados trabalharam em diversos

<sup>228</sup> PEDROZA, Manoela da Silva, 2018. Op. Cit., p. 470.

estabelecimentos públicos, fábricas, como a Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, em Sorocaba e a Fábrica de Pólvora da Estrela, no Rio de Janeiro; fazendas nacionais, como as Fazendas Nacionais do Piauí; para a Corte, no Arsenal da Marinha, na Quinta da Boa Vista; nas Colônias Militares das fronteiras; e nas obras públicas, em geral.<sup>229</sup>

Em “*Escravos da Nação*”: *O Público e o Privado na Escravidão Brasileira, 1760-1876*, Ilana Peliciari discute a questão dos aluguéis dos escravizados a partir do ponto de vista dos espaços públicos na relação da escravidão brasileira. Analisando a Fazenda de Santa Cruz, a historiadora conclui que o deslocamento de trabalhadores escravizados foi prática comum e argumenta que a Fazenda foi uma das principais fornecedoras de mão-de-obra, principalmente por ser uma das propriedades pertencente ao Estado com maior população escravizada.<sup>230</sup>

A hipótese construída é sobre “a formação de um mercado público de escravizados ou uma ramificação do mercado interno de escravizados para atender às peculiaridades do Estado como senhor”. No entanto, a maior característica que se nota no modelo deste comércio pelo poder público é a ausência de uma orientação para com o procedimento: “são autorizações pontuais, num ambiente que se destaca pelo descuido estatal”.<sup>231</sup>

Neste ambiente, formou-se uma rede informal entre os estabelecimentos do Estado Imperial. Apesar da dispersão das repartições públicas pelo território brasileiro, isso não impediu a comunicação entre elas. Entre as trocas e favores, estava a circulação dos próprios escravizados de nação, que podiam ser transferidos e trocados entre os diversos estabelecimentos. Seja por necessidades, por atividades profissionais exercidas pelos escravizados, pelos laços familiares da comunidade escravizada, pela sazonalidade de produções, pelo controle das fronteiras, construções de obras públicas ou pelo início de algum novo empreendimento.<sup>232</sup>

Por exemplo, em fevereiro de 1832, a Nacional Quinta da Boa Vista, residência oficial do Imperador, tinha a seu serviço um pouco mais da metade dos escravizados vindos de outros estabelecimentos. Entre eles, a Província do Piauí, a Província do Rio Grande e a Fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro; e no mesmo período, a Quinta do Caju contava com 31 escravizados pertencentes à Fazenda de Santa Cruz.<sup>233</sup>

Outro, um processo de empréstimo, envolvia a Fábrica de Ipanema, Fazenda de Santa Cruz, Fazenda Nacionais do Piauí e a Fábrica de Pólvora da Estrela. Em ofício de 26 de fevereiro de 1844, o diretor da Fábrica de Ipanema respondeu a uma proposta do Presidente de Província de São Paulo. A proposta correspondia à troca de escravizados residentes da Santa Cruz, que lá se encontravam vindo das Fazendas Nacionais de Piauí, mas que se encontravam na Fábrica de Pólvora da Estrela. Ou seja, os escravizados que estavam nesta fábrica não pertenciam a elas, e, ainda, propunha-se nova troca, retornando os escravizados a seu local de origem, a Fazenda de Santa Cruz.<sup>234</sup>

A autonomia destes estabelecimentos estava intimamente relacionada à falta de um projeto único com relação ao patrimônio estatal. A rede informal, que era frágil, mas constante, foi então marcada por um funcionamento fragmentado, desorganizado e com disputas recorrentes.<sup>235</sup> Não havia um controle único vindo do Estado. Ao contrário, vigorava a autonomia local dos administradores, sujeita a uma prestação de contas formal ao governo

---

<sup>229</sup> ROCHA, Ilana Peliciari. Op. Cit., p. 26

<sup>230</sup> Ibidem, p. 136.

<sup>231</sup> Ibidem, p. 22.

<sup>232</sup> Ibidem, p. 134.

<sup>233</sup> Ibidem, p. 136.

<sup>234</sup> Ibidem, p. 137.

<sup>235</sup> Ibidem, p. 157



Imperial. Desta forma, as discordâncias não eram excepcionais, mas recorrentes e duradouras, aparentemente introduzidas no cotidiano dessas transações.<sup>236</sup>

A maior característica que se nota no modelo deste comércio pelo poder público é a ausência de uma orientação para com o procedimento: “são autorizações pontuais, num ambiente que se destaca pelo descuido estatal. Ora o Estado comprava, ora vendia, ao mesmo tempo, em que alugava escravizados privados, também locava o próprio escravizado público”.<sup>237</sup>

No entanto, a ausência de orientação apontada pela historiadora contrasta com a organicidade que observamos na documentação sobre o comércio e aluguel na Fazenda de Santa Cruz, cuja administração exigia uma intensa compilação e controle dos aluguéis, formalizando uma série de registros contábeis. O rígido controle econômico a qual os escravizados alugados foram submetidos possibilita pensar ser o aluguel uma importante fonte de renda para a administração, o que exigia a sua manutenção sistemática e medição do desempenho da sua produção.

Outra característica importante é que na documentação analisada nesta pesquisa para a segunda metade do século XIX, não são anotados os deslocamentos dos escravizados para os estabelecimentos públicos, mas sim, o aluguel para fins privados. Os dados no “*registro dos escravos alugados a diversos e a si, de 1862-1868*”, apresentam as locações de escravizados para senhores particulares no entorno de Santa Cruz e os aluguéis dos escravizados alugados a si, mas não para outros estabelecimentos do próprio Estado Imperial.

Encontramos alguns vestígios deste deslocamento público na documentação. Num contrato de aluguel, datado de maio de 1864, foram deslocados um quantitativo de 25 escravizados do sexo masculino. Dezenove deles estão distribuídos entre os ofícios da 3ª Esquadra (ambulantes) e seis no ofício de campeiro. Diferentes das outras anotações, que não registram o local dos aluguéis dos escravizados, a Imperial Quinta da Boa Vista aparece no título da locação, talvez pela proximidade com o Imperador, D. Pedro II, que assumia o papel de senhor.<sup>238</sup>

Os aluguéis desses escravizados para a Imperial Quinta da Boa Vista, confirmam os deslocamentos dos escravizados da Fazenda de Santa Cruz entre os estabelecimentos públicos que forneceram os seus escravizados aos serviços do Imperador, entre eles a Província do Piauí e a Província do Rio grande.<sup>239</sup> Contudo, o que se observa de forma geral nesta documentação, é a formação de um mercado de escravizados públicos para atender às demandas de senhores particulares no entorno de Santa Cruz.

A divisão na produção da Fazenda: ocupações não especializadas ocupadas por uma maioria de mulheres escravizadas nas esquadras ambulantes, ofícios industriais e artesanais ocupados por uma maioria de homens, e o abandono das ocupações voltadas as atividades agrícolas, refletia sobretudo no sistema de aluguel dos escravizados no decorrer do XIX. Essa estrutura de trabalho foi deslocada para os aluguéis privados no entorno da Santa Cruz. Como veremos, as mulheres nas “esquadras de serviços” e “esquadras de reservas” são as principais ocupações no qual as mulheres escravizadas da Fazenda de Santa Cruz serão alugadas. Enquanto os homens e rapazes escravizados passam a ser alugados por seus ofícios qualificados nas ocupações industriais e artesanais.

---

<sup>236</sup> ROCHA, Ilana Peliciari. Op. Cit., p. 158.

<sup>237</sup> Ibidem, p. 60.

<sup>238</sup> Arquivo Nacional (RJ). Fundo Fazenda Nacional de Santa Cruz, cód. 1022, v. 9; doc. 208: “Registro dos escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz, alugados a diversos e a si que devem seus aluguéis. 1862-1868.

<sup>239</sup> ROCHA, Ilana Peliciari. Op. Cit, p. 136.

## **CAPÍTULO III. ALUGADOS A DIVERSOS E A SI: ALUGUEL DE ESCRAVIZADOS NA IMPERIAL FAZENDA DE SANTA CRUZ. (1860-1870).**

Neste capítulo, analisamos a organização dos registros de alugueis na fonte: *Registros de aluguel de escravos, alugados a diversos e a si de 1862 a 1868*, através de suas categorias de informações: época do aluguel; nome dos escravos; classe de ofício; nome dos que alugaram; preço do aluguel; nome dos fiadores; época de vencimento; observações; dívidas e pagamentos.<sup>240</sup> A partir deste contrato de trabalho investigamos o sistema de aluguel de escravizados alugados a diversos e a si, como experiência de trabalho na segunda metade do século XIX.

### **3.1. Os Registros dos Aluguéis dos Trabalhadores Escravizados na Imperial Fazenda de Santa Cruz. (1860-1870).**

O sistema de aluguel dos escravizados foi uma importante fonte de renda para a Fazenda de Santa Cruz no período Imperial, sob a tutela do Estado brasileiro. Neste período a estrutura administrativa da Fazenda foi completamente modificada, foi alçada a Superintendência e, sob novo regimento, respondia à Mordomia-Mor da Casa Real, prestando contas diretamente ao Erário Régio.<sup>241</sup>

A documentação sobre o sistema de aluguel dos escravizados da Imperial Fazenda de Santa Cruz abarca a segunda metade do século XIX e levantada a partir do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, no Fundo Nacional da Fazenda de Santa Cruz, em que se encontra o dossiê: “*Alugados a diversos*”, na série: “*Escravos e subsérie: Comércio e Aluguel de Escravos*”.<sup>242</sup> Uma vez encontrados os acervos, recorreremos à digitalização dos registros de locação e, finalmente, à composição de uma base de dados nominativa em conjunto com a leitura das categorias de informações da fonte.<sup>243</sup>

O *Registro dos escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz, alugados a diversos e a si que devem seus alugueis (1862-1868)*, é um livro manuscrito que contém informações sobre os alugueis dos sujeitos escravizados. Os arranjos de trabalho mencionam uma intensa rede de alianças com outros sujeitos, como os fiadores e alugadores, para os anos de 1862 a 1868. As categorias do contrato de aluguel são organizadas num formato de uma planilha constituída de onze campos: época do aluguel; nome dos escravos; classe de ofício; nome dos que alugaram; preço do aluguel; nome dos fiadores; época de vencimento; observações (recolhimento, folga, hospital, fuga); dívidas; pagamentos. (Este contrato de trabalho dos escravizados pode ser visualizado no Anexo 8).

As informações sobre quem produzia os registros dos contratos de alugueis e como isso acontecia não foram encontradas, não constando nenhuma assinatura na documentação. É mencionado no decorrer da fonte a existência de um cobrador, no entanto, o mesmo não assina o livro. A nossa hipótese é a de que o cobrador era o responsável pela composição das tabelas, visando o controle e cobrança dos alugueis. De acordo, com o memorialista Benedito Freitas,

---

<sup>240</sup> Esta organização dos campos dos contratos podem ser visualizadas nos anexos da pesquisa.

<sup>241</sup> COSTA, Thales Gustavo Tardivo. Op. Cit., p. 60.

<sup>242</sup> Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

<sup>243</sup> SOUZA, Amanda. C. E. Alugados a diversos e a si: Escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz (1862-1868). In: *Seropédica em Foco: Diálogos históricos e historiográficos*. 1 ed. Seropédica: Edur, v.1, p. 23-36, 2021.

ao discorrer sobre a estrutura da composição da administração da Fazenda, o cobrador foi um cargo afiançável e presente na estrutura administrativa.<sup>244</sup>

O contrato de aluguel possui três categorias nominativas: os nomes dos escravizados, os nomes dos alugadores e dos fiadores, por serem estes os principais sujeitos que compõem a relação de trabalho do contrato de aluguel de escravizados da Fazenda de Santa Cruz. Os escravizados correspondem a um grupo de 209 sujeitos (esses nomes podem ser visualizados no Anexo I), 100 homens e 109 mulheres (deduzido pelo prenome), separados segundo a classificação das atividades que exerciam. Os alugadores dessa mão-de-obra compõem na documentação uma rede de 46 nomes, sendo 40 homens e 6 mulheres, enquanto os fiadores, que atestavam a fiabilidade do contrato, compõem uma lista nominativa com 57 nomes, sendo 45 homens e 6 mulheres. (Esses nomes podem ser visualizados no anexo II).<sup>245</sup> (Tabela 23).

**Tabela 23 - Categorias nominativas no contrato de aluguel: escravizados, alugadores e fiadores, 1862-1868.**

Categorias nominativas	Masculino	Feminino	Total
<b>Escravizados</b>	100	109	209
<b>Alugadores</b>	40	6	46
<b>Fiadores</b>	51	6	57

**Fonte:** Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

O cruzamento nominativo desses nomes com outras documentações acrescenta ricas informações sobre o perfil desses sujeitos e suas experiências em diversos outros contextos políticos, econômicos e sociais na sociedade do século XIX, sendo o conjunto das suas ações atribuído às redes de relação de trabalho do aluguel.<sup>246</sup>

Se contabilizarmos o último dado quantitativo da população escravizada do plantel da Fazenda de Santa Cruz, o Mapa Mensal de 1856, correspondente a uma população de 2.009 escravizados,<sup>247</sup> teríamos 10% dos escravizados sendo alugados no período estudado, correspondendo aos 209 escravizados alugados nos contratos dos aluguéis. (Gráfico 14).

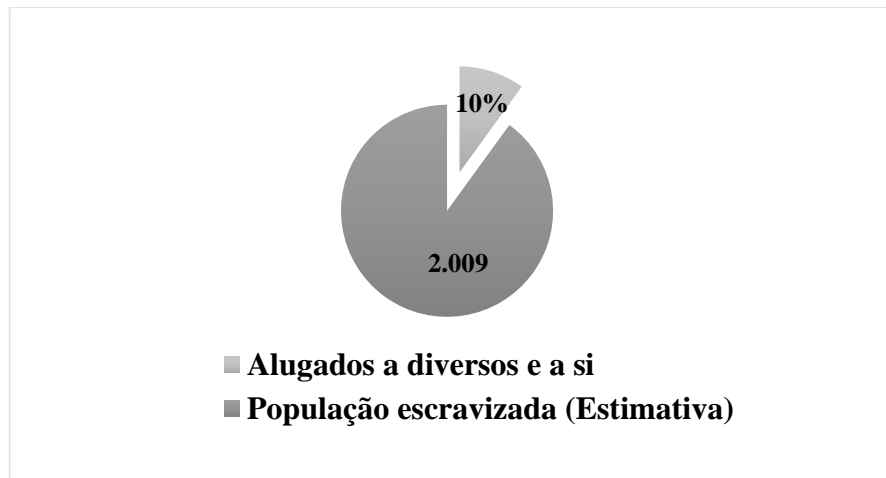
<sup>244</sup> FREITAS, Benedicto. Santa Cruz, vol. I. Op. Cit., p. 29.

<sup>245</sup> Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

<sup>246</sup> GINZBURG, Carlo; D'AGUIAR, Rosa Freire; BRANDÃO, Eduardo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Editora Companhia das Letras, 2007.

<sup>247</sup> Mapa mensal da totalidade da escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz, 1856. Arquivo do Museu Imperial. Petrópolis.

**Gráfico 14 - Proporção de escravizados homens e mulheres alugados pela Imperial Fazenda de Santa Cruz. (1862-1868).**



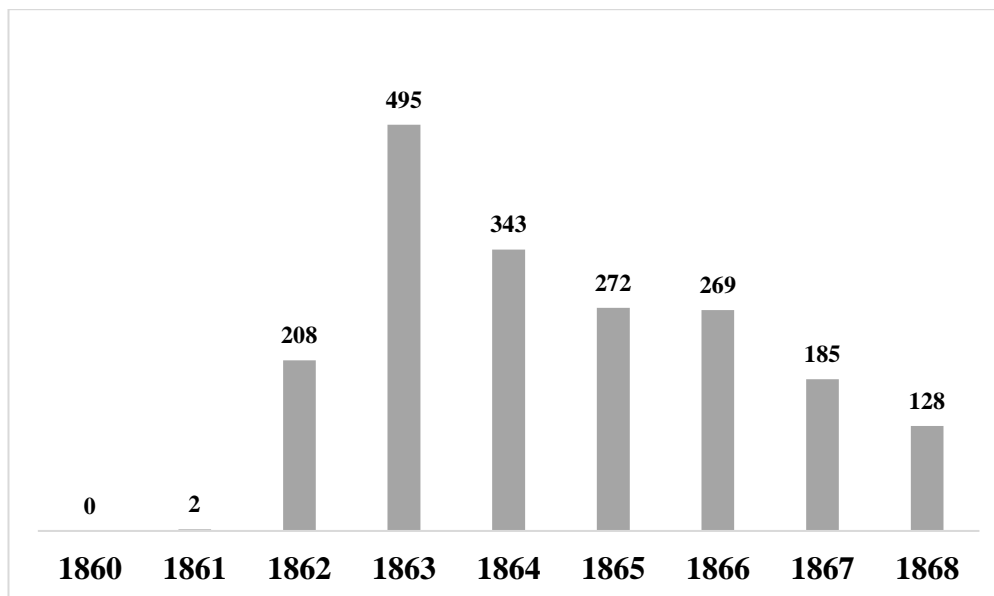
Fonte: Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

Esse quantitativo faz referência ao aluguel para fins privados, portanto, não estão aí contabilizados os deslocamentos para as Quintas, Paços e outras Repartições da Coroa Imperial. Quanto à duração dos aluguéis, a categoria “*Época de aluguel*” demarca a data inicial dos aluguéis dos escravizados, lançados mensal e anual. A categoria “*época de vencimento*” demarca o vencimento, ou seja, refere-se ao período no qual o escravizado é recolhido da relação de contrato e volta a Fazenda de Santa Cruz.

Nessas categorias encontramos um total de 1.900 aluguéis registrados na documentação, no período de 1862 a 1868. Como podemos verificar no Gráfico 15, no ano de 1860 nenhum aluguel foi lançado no registro; em 1861, o registro informou dois aluguéis. No ano de 1862, temos a ocorrência de 208 aluguéis; no ano de 1863, contabilizamos 495 aluguéis; em 1864, foram registrados 343 aluguéis, maior índice apontado na verificação; em 1865, são 272 aluguéis; em 1866, contabilizamos 269 aluguéis; em 1867, são 185 aluguéis e por fim em 1868, 128 aluguéis foram registrados.<sup>248</sup> (Gráfico 15).

<sup>248</sup> Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

**Gráfico 15 \_ Época do Aluguel dos escravizados da Imperial Fazenda de Santa Cruz (1860-1868).**



Fonte: Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

A frequência quantitativa dos alugueis no período investigado pode ser significativo ao ilustrar o sistema de aluguel como um comportamento recorrente a um meio social ou a um instante particular. Por isso, apontamos como aprofundamento do estudo do sistema de aluguel na Fazenda o termo “comércio e aluguel” de escravizados na Imperial Fazenda de Santa Cruz. Entre as razões da escolha do termo, encontra-se o seu uso disseminado nos documentos do período estudado. Porém, também um ambiente de locações dos ofícios dos escravizados, para os serviços Reais, estabelecimentos públicos e senhores privados no entorno da região. Além disso, a dinâmica da circulação dos alugueis evidencia uma relação comercial: aos ofícios dos escravizados eram estabelecidos preços e estes valores eram contabilizados mensalmente pela administração da Fazenda.<sup>249</sup>

No século XIX, Santa Cruz, foi descaracterizada como Fazenda nos moldes tradicionais de produção, para se acrescentar aos seus produtos outras fontes de lucros indiretos. Os alugueis dos seus escravizados foram uma destas fontes de lucro, tornando-se uma proveitosa renda. *O sistema de alugados a diversos*, tratava-se, sobretudo, do aluguel para fins privados. Os nomes nas categorias “nomes dos alugadores” remetem a senhores no entorno da Santa Cruz: fazendeiros, lavradores e comerciantes. Esses senhores pagavam um aluguel pelos serviços destes escravizados.

A fiscalização do pagamento do aluguel era feita por um cobrador ligado ao órgão administrativo da Fazenda Imperial, seguindo os cumprimentos das leis do regulamento da Fazenda de Santa Cruz com relação ao trabalho dos escravizados.<sup>250</sup> No entanto, é importante afirmar que a quantia recebida pelo ofício realizado pelo trabalhador escravizado não retornava para este. Este valor era direcionado à administração da Fazenda. Ou seja, ainda que estejamos

<sup>249</sup> Os escravizados eram alugados mensalmente, sendo o tempo na relação estabelecido pelo alugador da relação, o que determinava tempos diferenciados para permanência na relação de trabalho.

<sup>250</sup> FREITAS, Benedicto. Santa Cruz, vol. I. Op. Cit., p. 225.

lidando com categorias que relacionem valores e preços as ocupações dos escravizados, não podemos considerar esse valor de troca como salário.

Assim, boa parte dessa mão-de-obra foi alugada a particulares no entorno de Santa Cruz. A outra parte estava *alugada a si*. Alugar-se a si, significava pagar a superintendência para trabalhar nas suas próprias ocupações, ou seja, a estrutura, organizativa da Imperial Fazenda, permitia a alguns escravizados(as) usufruir integralmente do seu tempo de trabalho. Essa foi uma estratégia bem aproveitada pelas mulheres escravizadas, pois apenas elas aparecem como alugadas a si nos registros dos aluguéis no período analisado. Nesses contratos os “nome dos fiadores” funcionou sobretudo como um nome de confiança que pudesse se responsabilizar pelos pagamentos dos aluguéis das escravizadas que pretendiam viverem de si.

Essa estratégia relacional se deu diretamente pelo manejo dos seus ofícios, ou seja, a partir dos seus trabalhos, tinham condição de pagar pelo próprio aluguel. Está foi uma opção viável, por exemplo, para Maria das Dores, alugada a si, alocada na (9ª) esquadra e (1º) esquadra, ocupações voltadas para a agricultura, serviços domésticos e comércio. Para tanto, a escravizada estabeleceu relação com o fiador Antônio José da Motta.

A pista mais aproximada sobre o fiador Antonio Jose da Motta se encontra no *Almanak Administrativo, Mercantil, Civil e Industrial*, para o ano de 1863. O nome do fiador, aparece na designação da Casa Imperial relativa a Imperial Fazenda de Santa Cruz, qualificado no rol de *Feitores*. Assim, na função daquele que supervisiona o trabalho dos sujeitos escravizados, podemos inferir a sua relação com o comércio de aluguel de escravizados na Imperial Fazenda de Santa Cruz, para o período de 1862 a 1868. Além disso, Antonio José da Motta foi um importante fazendeiro na região de Valença, Freguesia da Nossa Senhora da Glória Seu nome apresentou-se no rol de Fazendeiros no Almanak de forma contínua, informando a movimentação na administração dos seus empreendimentos. O fazendeiro foi também um homem de negócio na região de Valença, seu nome é anotado na lista de *Casas de Negócios, Fazendas, Ferragem, Molhados e Louças*.<sup>251</sup>

Nos contratos dos aluguéis, do quantitativo de 109 mulheres alugadas, 45 estabeleceram relação de aluguel como alugadas a si. Seja como for, para exercerem essa modalidade de aluguel, necessitavam de alguém de confiança que assumisse a posição de fiador do aluguel para garantir que, caso elas não cumprissem com as obrigações do contrato de locação, eles seriam responsáveis pelos débitos, dando maior segurança à relação de contrato. A fiabilidade pode ter sido uns dos principais papéis desempenhados por fiadores como Antônio José da Motta e outros.

Os nomes dos fiadores nos contratos de aluguéis, além de representarem um seletivo grupo de letrados numa sociedade analfabeta, pertenciam a um grupo que pode ser denominado como “principais da terra”, homens de “bom nascimento”, pertencentes às famílias tradicionais, aptos a assumir cargos administrativos na Imperial Fazenda de Santa Cruz.<sup>252</sup> Constatamos que parte dos fiadores nas relações de trabalho de aluguéis, faziam parte da estrutura administrativa da fazenda, por exemplo, escrivães, encarregados dos detalhes da escravatura, administradores de setores de trabalhos como a olaria e o curtume, encarregados e feitores, etc. Estavam se relacionando diretamente com as Esquadras de Serviços e Esquadras de Reservas, composta por uma maioria de mulheres escravizada. Esses homens também estavam participando dos contratos dos aluguéis das escravizadas alugadas a si. Ou seja, esses senhores poderiam estar sendo diretamente beneficiados pela mão-de-obra feminina da Fazenda de Santa Cruz, especializada nos trabalhos dos cultivos agrícolas, serviços domésticos e comércio de alimentos.<sup>253</sup>

---

<sup>251</sup> Almanak Administrativo, Mercantil, Civil e Industrial. Rio de Janeiro. 1844-1885. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/313394x/19766>>. Acesso em 6 jun. 2021.

<sup>252</sup> COSTA, Thales Gustavo Tardivo. Op. Cit., p. 65.

<sup>253</sup> Pretendemos aprofundar os estudos sobre os nomes nas categorias fiadores na agenda de pesquisa no doutorado.

A possibilidade de alugar-se a si, pode ter significado para essas mulheres escravizadas uma oportunidade de resgatar a liberdade com um pecúlio acumulado com o trabalho remunerado durante a escravidão, o que foi amplamente explorado pela historiografia. Um bom exemplo, desta autonomia pode ser encontrado no trabalho de Fabiane Popinigis. No artigo: “*Aos pés dos pretos e pretas quitandeiras*”: experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro mercado público de Desterro - 1840-1890, a historiadora analisa a configuração social dos trabalhadores do primeiro mercado público de Desterro, capital da província de Santa Catarina.<sup>254</sup>

No período de 1840-1890, trabalhadores negros, libertos e escravizados estavam concentrados nos ramos do comércio ambulante, com predominância das mulheres nas funções, até meados da década de 1850. As mulheres quitandeiras, eram uma esmagadora maioria atuando no Mercado Público, mas também podiam ser encontradas estendendo as suas tendas e panos fora do prédio do mercado, vendendo legumes, frutas, doces, peixe seco e comida preparada para servir aos escravizados ao ganho.<sup>255</sup>

Muitas exerceriam a função pagando impostos para permanecer na praça do mercado. Com relação aos pagamentos feitos, a historiadora investiga que entre 1854 e 1855, cinco pagamentos foram realizados por mulheres e nove por homens, sem referências explícitas, as condições sociais ou a cor dos envolvidos, com exceção do caso da preta liberta Ana da Costa Pereira, que pagava imposto mensal de 6.4000 sobre “mascates”, que podia ser definido como aquele que vendia gêneros não alimentícios, nacionais ou estrangeiros e para isso pagavam impostos.<sup>256</sup> Alguns dos escravizados(as) analisados pela historiadora estavam a serviço dos seus senhores ou senhoras, mulheres viúvas ou solteiras, numa relação de dependência mútua que permitia certa autonomia e algum poder de barganha para os escravizados. No entanto, muitos outros, como, por exemplo, Maria Mina, que trabalhava como quitandeira, pagavam os seus próprios impostos, que vinham demarcados a partir do seu próprio nome ao invés do registro em nome da proprietária.<sup>257</sup>

Essa incidência aponta para o alto nível de autonomia conquistado pelos escravizados (as) nas suas relações de trabalho, não sendo impossível que conseguissem acumular pecúlio suficiente para compra da própria alforria. Estratégia comprovada por Popinigis, Maria Mina conseguiu comprar a sua alforria em 1860, com um empréstimo do Capitão Clemente Gonçalves, presidente da Câmara municipal de Desterro, em 1851. Além de conseguir pagar por sua alforria, chegou a acumular pecúlio para libertar outro escravizado, em 1883.<sup>258</sup>

Isso certamente implicava na existência de laços de solidariedade fora da escravidão, o conhecimento de um ofício e o acesso à oportunidade melhores de trabalho.<sup>259</sup> Na Fazenda de Santa Cruz a circulação de mulheres escravizadas em virtude do trabalho alugado foi uma experiência concreta que se operou segundo uma rede de relacionamentos complexos, envolvendo trabalho, parentesco e compadrio.

O historiador João Batista Correa no livro: *Escravidão e Liberdade na Imperial Fazenda de Santa Cruz. (1856 – 1891)*, cruzou os nomes das escravizadas alugadas a si com os dados dos registros paroquiais de batismo dos escravizados no Curato de Santa Cruz, para os anos de 1823 a 1857.<sup>260</sup> Nessa operação metodológica o historiador apreende que as escravizadas

---

<sup>254</sup> POPINIGIS, Fabiane. " Aos pés dos pretos e pretas quitandeiras": Experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro Mercado Público de Desterro \_ 1840-1890. *Afro-Ásia*, n. 46, p. 193-226, 2012, p. 197.

<sup>255</sup> Ibidem, p. 206.

<sup>256</sup> Ibidem, p. 116.

<sup>257</sup> Ibidem, p. 218.

<sup>258</sup> Ibidem, p 218.

<sup>259</sup> LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 289-326, 2005.

<sup>260</sup> CORREA, João Batista. Op. Cit., p. 68-77 passim.

realizaram várias alianças, tanto comerciais, como consanguíneas e de parentesco ritual. Ele observa também que os nomes de alguns fiadores desta relação de trabalho anotados nos registros das locações, constavam, na maioria das vezes, como padrinhos das escravizadas alugadas a si.<sup>261</sup> Segundo o pesquisador, os escravizados alugados da Santa Cruz escolhiam manter relações de apadrinhamento, na sua maioria, com homens livres ligados à administração da fazenda, o que os proporcionava alianças que os levavam “para cima”. Também buscavam padrinhos que fossem escravizados domésticos ou os que possuíssem algum ofício e fossem alugados por meio destes, o que caracterizava uma solidariedade horizontal.<sup>262</sup>

A distribuição dos escravizados *alugados a diversos e a si*, é marcada pela questão de gênero, uma vez que alguns membros do sexo masculino, ao exercerem um ofício qualificado, passavam certo tempo fora da fazenda, alugados para particulares e deslocados para as Quintas e outras repartições Imperiais. Essa mobilidade proporcionava-lhes outras formas de ganho e relações sociais, sobretudo extra cativoiro. Enquanto as mulheres nas esquadras de serviço e esquadras de reservas foram predominantemente alugadas a si, associadas a uma forte rede de “fiadores”. Essa estratégia, no que lhe concerne, proporcionava a elas maior autonomia e negociação. Elas promoviam o estreitamento dos laços com membros do próprio plantel e com indivíduos livres próximos à fazenda.<sup>263</sup>

Tais diferenças entre o local de trabalho, redes de relações e gênero determinaram que as experiências de trabalho entre homens e mulheres escravizados na Santa Cruz diferissem muito, sobretudo, para alugar-se a si, ou simplesmente circular pela cidade e freguesias rurais. Com certeza a experiência para aqueles alugados na cidade diferia daqueles alugados para trabalhar na zona rural. A partir da análise da categoria “classe de ofícios” algumas dessas diferenças ficam mais evidentes, apontando “não só para o gênero dos trabalhadores, mas também o gênero do trabalho” e como ele foi demarcado no sistema de aluguel dos escravizados da Imperial Fazenda.<sup>264</sup>

### **3.2 A Categoria “Classes de Ofícios” no Contrato de Aluguel de Trabalhadores Escravizados da Imperial Fazenda de Santa Cruz. (1860-1870).**

As chamadas “*classes de ofícios*” estavam organizadas em turmas, contabilizadas num número de 34 ocupações. Organizamos essas ocupações dentro de seis grupos de atividades: esquadras de serviço, esquadras de reserva, ofícios industriais e artesanais, não especializados, atividades agrícolas, ofícios especializados; e atividades de transporte.

A divisão nas classes de ofícios ficaram assim representadas: esquadras de serviço, 10 ocupações, composta de 104 escravizados; esquadras de reserva, 10 ocupações, composta por 35 escravizados; industriais e artesanais, 6 ocupações, composta por 40 escravizados; não especializados, 5 ocupações, composta por 35 escravizados; agrícolas, 1 ocupação, composta por 4 escravizados; ofícios especializados, 1 ocupação, composta por 3 escravizados; e por fim, atividades de transporte, 1 ocupação, com 1 escravizado.

Ao analisar a amostragem das ocupações na categoria classes de ofícios observa-se, primeiramente, uma divisão nas relações de trabalho. Além da divisão das esquadras de serviços e esquadras de reservas, nativa na documentação analisada, pode se ver um grupo de ofícios

---

<sup>261</sup> CORREA, João Batista. Op. Cit., p. 68-77 passim.

<sup>262</sup> Ibidem, p. 68-77 passim.

<sup>263</sup> PEDROZA, Manoela; CALVACANTI, Juliana. Op. Cit., p. 254.

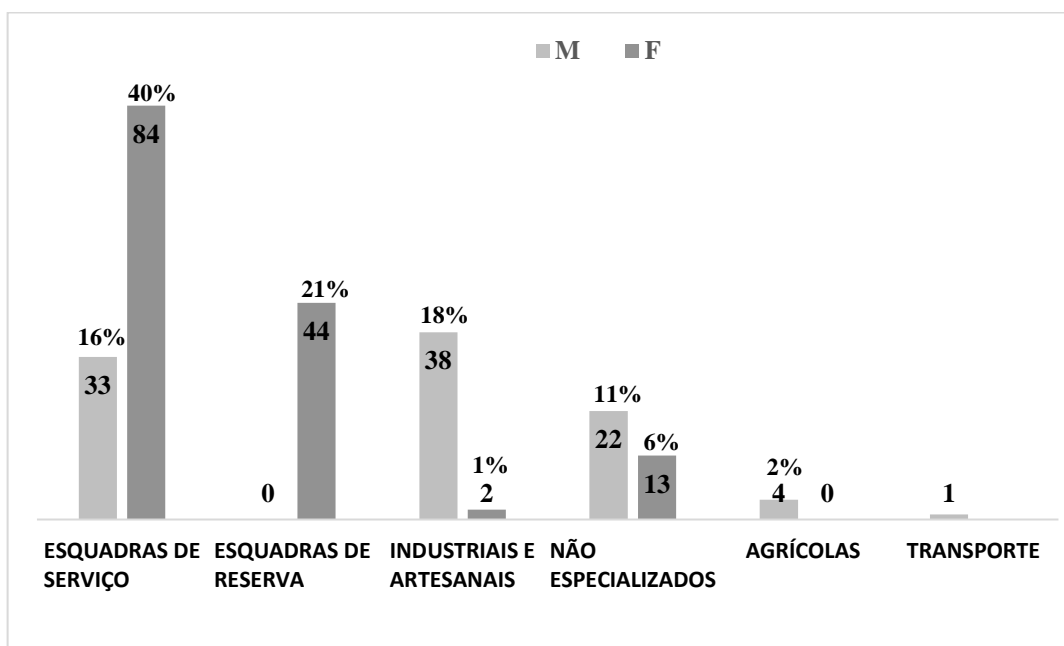
<sup>264</sup> PÉREZ, Inés. Gênero e desigualdade no mercado de trabalho: a diferenciação dos choferes particulares do serviço doméstico na Argentina. In: POPINIGIS, Fabiane (org.); AMARAL, Deivison (org.). Trabalhadores e trabalhadoras: capítulos de história social. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2022, p. 292.



industriais e artesanais, ofícios não especializados, ofícios especializados, atividades agrícolas e atividades de transporte.

A segunda clivagem é uma divisão por gênero das ocupações. As esquadras de serviços e esquadras de reservas são predominantemente ocupadas por mulheres, com uma pequena parcela de homens escravizados nesta atividade. Por outro lado, os ofícios que exigiam algum grau de qualificação e aprendizagem, como os ofícios industriais e artesanais, era composto por escravizados do sexo masculino, com uma ínfima parcela de mulheres escravizadas. (Gráfico 16).

**Gráfico 16 \_ “Classe de ofícios” nos contratos dos alugueis por sexo dos escravizados da Imperial Fazenda de Santa Cruz. (1862-1868).**



Fonte: Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

O gráfico 16 demonstra, sobretudo, o resultado das transformações nas relações de trabalho na Fazenda de Santa Cruz ao longo da primeira metade do século XIX. As mulheres das esquadras ambulantes foram deslocadas para as esquadras de serviços e esquadras de reservas, alugadas para ofícios voltados a agricultura, limpezas de valas e rios, serviços domésticos e comércio volante. Com os alugueis das mulheres nas esquadras de serviços e esquadras de reservas, que representava 61% desta mão-de-obra, os alugueis dos homens escravizados com ofícios qualificados, principalmente aqueles relacionados a ocupações industriais e artesanais, estes escravizados representavam 18% dos trabalhadores alugados. No gráfico também podemos observar a descaracterização da Fazenda enquanto fim produtivo voltado para agricultura, apenas quatro escravizados foram alugados para estas ocupações, eram todos campeiros, atividade ligada a pecuária.

Nessa sistematização, podemos apontar que as ocupações nas esquadras de serviço eram as mais requisitadas nas locações dos alugueis, já que empregavam 117 escravizados, divididas por subunidade de diferentes funções denominadas esquadras de serviços. Este quadro ocupacional estava composto, principalmente, por mulheres escravizadas, elas equivalem a 84 indivíduos deste quantitativo. Enquanto apenas 33 homens escravizados são designados, preferencialmente, na terceira esquadra de serviço. Em seguida, as esquadras de reservas,

também numeradas em dez repartições de trabalho. As mulheres também são a maioria nas esquadras de reservas, 44 mulheres escravizadas. Na verdade, não há nenhum homem escravizado alocado nestas ocupações. Por outro lado, há uma concentração de escravizados do sexo masculino alugados nos ofícios industriais e artesanais. O quantitativo de escravizados alugados nestas funções era de 40 indivíduos. Aqui temos uma maioria de escravizados do sexo masculino: são 38 homens distribuídos por atividades industriais que incluíam carpinteiros, cesteiros, falquejadores, oleiros e pedreiros. As mulheres escravizadas eram 2, uma costureira e uma oleira.

### 3.3. Esquadras de Serviços

As Esquadras de Serviço estavam divididas num total de dez numerações referentes às funções desempenhadas: 1ª Esquadra de Serviço; 2ª Esquadra de Serviço; 3ª Esquadra de Serviço; 4ª Esquadra de Serviço; 5ª Esquadra de Serviço; 6ª Esquadra de Serviço; 7ª Esquadra de Serviço; 8ª Esquadra de Serviço; 9ª Esquadra de Serviço e Esquadra do Cercadinho.

Verifica-se na tabela abaixo, a composição quantitativa por gênero na classe de ofício. Estavam compostas por 117 escravizados em relação de contrato de aluguel. Os homens corresponderam a 33 escravizados, alocados a 3ª esquadra de serviço (serviço de ambulantes). As mulheres escravizadas estavam alocadas num quantitativo de 84 mulheres distribuídas nas diversas funções das esquadras de serviços. (Tabela 24).

**Tabela 24 \_ Classe de ofícios das Esquadras de Serviço nos registros dos aluguéis por quantidade e sexo dos escravizados da Imperial Fazenda de Santa Cruz. (1862-1868).**

ESQUADRAS DE SERVIÇOS	Sexo	
	M	F
1ª ESQUADRA DE SERVIÇO	-	5
2ª ESQUADRA DE SERVIÇO	-	1
3ª ESQUADRA DE SERVIÇO	33	1
4ª ESQUADRA DE SERVIÇO	-	2
5ª ESQUADRA DE SERVIÇO	-	8
6ª ESQUADRA DE SERVIÇO	-	3
7ª ESQUADRA DE SERVIÇO	-	20
8ª ESQUADRA DE SERVIÇO	-	22
9ª ESQUADRA DE SERVIÇO	-	21
ESQUADRA DO CERCADINHO	-	1
<b>TOTAL</b>	<b>33</b>	<b>84</b>

Fonte: Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

#### 3.3.1 A organização dos trabalhadores escravizados em esquadras

As esquadras foram uma divisão de trabalho sistematizada no tempo dos padres jesuítas, quando administradores da Fazenda (1567-1759). Essa organização foi recuperada pelo Superintendente Leonardo Pinheiro de Vasconcelos quando administrou a Fazenda no período de 1808-1815. Segundo o Superintendente, os escravizados se encontravam indisciplinados e não trabalhavam o quanto deveriam, por isso a administração da Fazenda deveria pensar uma nova forma de governar o trabalho destes sujeitos. Assim, sugeriu a divisão de trabalho nas esquadras do tempo dos padres, e propôs que os escravizados fossem divididos em grupos de

cem, e cada grupo tomaria “assento e morada nas suas competentes fazendas, com pena de exemplar castigo se delas se apartassem sem permissão do seu feitor”.<sup>265</sup>

A estratégia foi separar os escravizados em turmas, denominadas “esquadras”, que pudessem ser espalhadas e que não se encontrassem, formando plantéis menores sob vigilância estrita dos novos feitores, por ele nomeados. Nesse sentido, os escravizados deveriam desocupar as suas casas no centro de Santa Cruz e morar nos estabelecimentos em que trabalhariam. Para que a sua ordem fosse cumprida e para que os escravizados pudessem ser contidos nas suas possíveis revoltas e fugas, o Superintendente pediu um destacamento de trinta homens armados, justificando que, de “outro modo, ninguém se atreveria a separar os escravizados do local de Santa Cruz”.<sup>266</sup>

A organização se dava sobretudo por lugares físicos nos quais os escravizados estariam alocados, separando as suas funções por “esquadras”, numa pequena subunidade dos escravizados da Fazenda, composta por um quantitativo de até 100 escravizados(as), colocadas sobre a vigilância de um Feitor(a). Contendo cada uma das esquadras de serviço a sua função delimitada segundo a sua subunidade.

### 3.3.2 Esquadra das taipas e esquadra das valas

Cada uma dessas subdivisões nas esquadras de serviços tinha funções específicas. Boa parte era encaminhada para a conservação das obras e defesa dos campos, atividade que era conhecido pela expressão “saúde dos campos”: as taipas eram reconstruídas e reforçadas nos pontos mais atingidos pela erosão provocada pelas grandes chuvas, os rios e valões desobstruídos, as suas margens eram totalmente limpas e acertadas, e as estivas, pontilhões e pontes eram inteiramente reparados.<sup>267</sup> As “Esquadras das Taipas” e a “Esquadra das Valas”, por exemplo, cuidavam da limpeza do complexo mecanismo hidráulico da região, desenvolvido pelos padres jesuítas para drenar toda a água das lagoas, dos pântanos e lagos e canalizar os rios que passavam pela sua gigantesca propriedade.<sup>268</sup>

Na margem esquerda do Rio Guandu, elaboraram um canal, “o Itá” e, na direita, outro, o “São Francisco”: os dois Canais, ao lado dos dois grandes rios, Guandu e Itaguaí, formavam uma hidráulica ligada à várias valas e pequenos canais que mantinham praticamente toda a extensão da propriedade banhada por água doce e controlada no seu volume por diques e comportas. Com dez quilômetros de extensão, a Vala da Goiaba, a Vala do Cação Vermelho e a Vala do Piloto. Outras valas e pequenos canais foram abertos mais tarde.<sup>269</sup> (Figura 2).

---

<sup>265</sup> PEDROZA, Manoela da Silva. Op. Cit., p. 288-289.

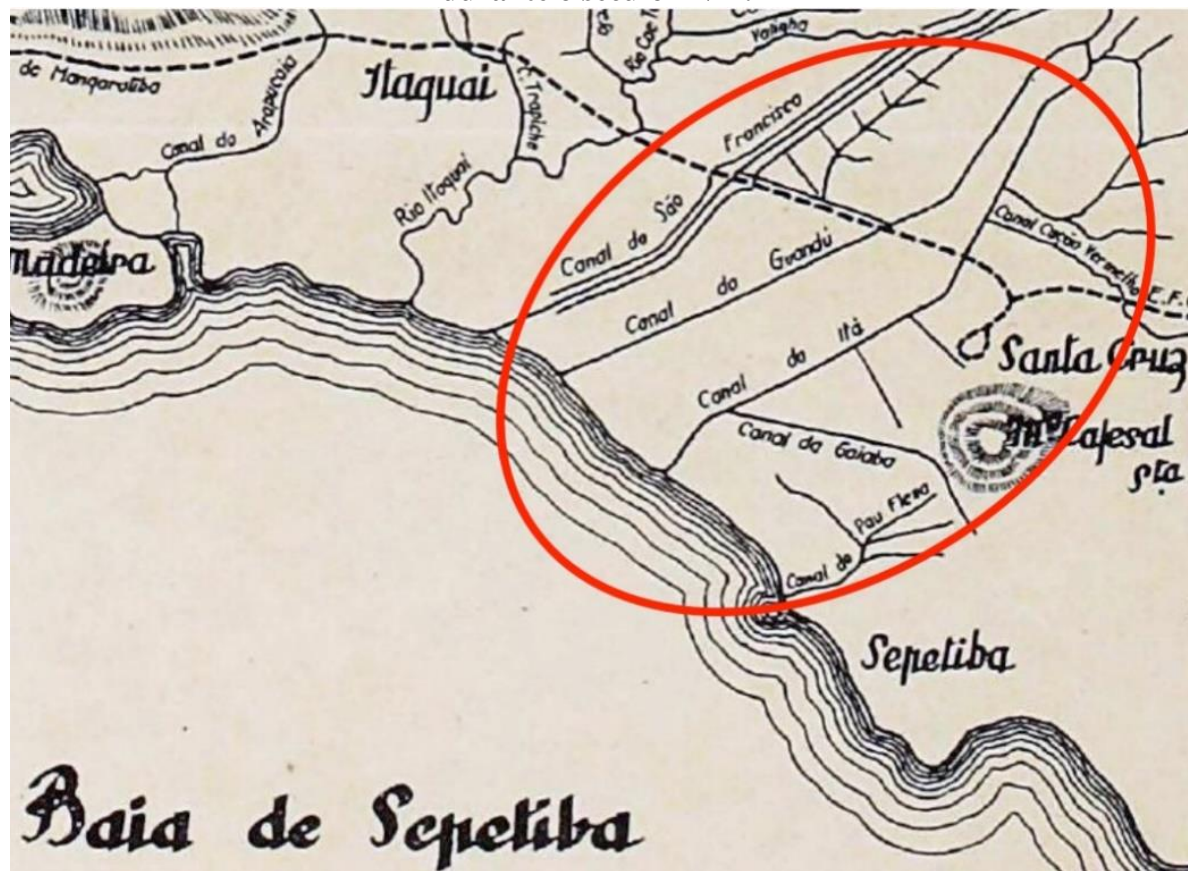
<sup>266</sup> Ibidem, p. 289.

<sup>267</sup> Ibidem, p. 132.

<sup>268</sup> AMANTINO, Marcia; COUTO, Ronaldo. De “curral dos padres” a gigantesca Fazenda de Santa Cruz. In: ENGEMANN, Carlos (org.); AMANTINO, Marcia (org.). *Santa Cruz: de legado dos Jesuítas a pérola da Coroa*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013, p. 23.

<sup>269</sup> PEDROZA, Manoela da Silva. Op. Cit., p. 153.

**Figura 2 \_ Canais e caminhos construídos pelos jesuítas na Fazenda de Santa Cruz durante o século XVII.**



Fonte: PEDROZA, Manoela da Silva. Capítulos para uma história social da propriedade da terra na América Portuguesa e Brasil. O caso dos aforamentos na Fazenda e Santa Cruz (Capitania do Rio de Janeiro, 1860-1870). 2018. 663f. Tese (Doutorado) \_ Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018, p. p. 153

Os dois maiores diques de terras estavam localizados no Rio Itaguaí, o da “Taipa Grande” (o mais extenso, com sete quilômetros) e depois no Rio Guandu, o da “Taipa do Frutuoso” (com mil e seiscentos metros). Ambas as estruturas tinham uma altura elevada em terra e pedra capaz de impedir inundações. Além dessas estruturas, existia uma ponte com comportas para controlar as águas e evitar inundações.<sup>270</sup> Assim, boa parte das esquadras de serviços da Fazenda de Santa Cruz foram deslocadas para limpeza e desobstrução dos rios e valas, e obras nas taipas.<sup>271</sup>

### 3.3.3 Esquadras nas hortas e lavouras

Outra parte das esquadras era direcionada a labuta na agricultura e atividades braçais no campo. A Fazenda de Santa Cruz contava com algumas roças: uma “área grande, chamada Arrozal”, duas roças de algodão, a “do Frutuoso” e do “Curral Falso”, e duas de Mandioca, em “Piranema” e da “Flecheira” e outra dita roça do “Curral Falso” plantada de Bananeiras.<sup>272</sup>

<sup>270</sup> AMANTINO, Márcia; COUTO, Ronaldo. Op. Cit., p. 23.

<sup>271</sup> FREITAS, Benedicto. Op. Cit., vol. II, p 252.

<sup>272</sup> NEWTON, José. Op. Cit., p. 86.

Além disso, as terras da Fazenda eram submetidas às feitorias. A feitoria de Bom Jardim, foi auferida por Pedro Dias Paes Leme, o marques de São João marcos; A feitoria de Santarém tornou-se importante lavoura de café, e Peri-Peri, que após o aniquilamento do quilombo valão da Areia, ocorrido logo após a expulsão dos jesuítas, foi construído uma fábrica de farinha, adquirida pelo Coronel Ignácio de Andrade Souto Maior Rondon, comandante Geral das Milícias do Litoral e proprietário da fazenda do Mato Alto, em Guaratiba.<sup>273</sup>

A principal feitoria de Santa Cruz, foi a Feitoria do Leme, ficava num local situado nas terras vizinhas do morro do Leme, abrangendo os campos de São Marcos e limitava-se com a rua dos Bambus, após o Príncipe do Grão-Pará. Com o seu bem-organizado departamento, além da sua principal lavoura, à mandioca, plantou-se um extenso cafezal nas suas elevações e um cultivo de arrozal nas suas terras baixas atingidas pelas águas. Também produziu com sucesso feijão, guando, amendoim, mamona, amoreira, milho, afora, legumes e hortaliças. Mas, a mandioca absorvia inteiramente a maioria das atividades do Leme. O grande mandiocal de S. Marcos, contou com setenta escravizados cuidando da sua limpa e dos inúmeros valados dividindo as suas quadras.<sup>274</sup>

Anexo a Feitoria do Leme, havia um pequeno engenho de açúcar funcionando a todo o vapor. Integrando o pequeno parque açucareiro, o engenho de aguardente, com alambique possuindo capelo e tubo de cobre, torneira de bronze, com produção estimada em quinze pipas por safra. O seu canal estendia-se desde o “Morro dos Veados”, hoje conhecido como “Morro Redondo”, descendo ao campo do “Paraguai”, região atualmente denominada “Jaqueira”.<sup>275</sup> Quanto a fiação do algodão, matéria-prima da reforma agroindustrial da Fazenda, vinha do “Sítio da Capoeira Velha”, em terras hoje conhecidas como “Morro Grande”, elevação terminando nos baixos próximos a Curral Falso e com prolongado dorso cortado pela antiga Estrada Real.<sup>276</sup> A Fazenda contava também com uma “Fábrica de Fiação” no Leme.<sup>277</sup>

Nas terras altas foram estabelecidos a denominada “lavouras ricas”. Uma das regiões escolhidas foi o “Morro do Café”. Ali, após estudos efetuados pela “Comissão de Melhoramento da Fazenda,”<sup>278</sup> foi iniciada uma extensa e progressiva lavoura de café com dez mil mudas, cujos resultados superaram os cálculos revistos. A seguir foram plantadas mais oito mil oitocentas mudas, com produção crescente ainda em 1888. Segundo Benedicto Freitas, essa lavoura contou com a introdução de mão-de-obra de imigrantes lavradores nas suas atividades de campo.<sup>279</sup> Outra lavoura que contou com mão-de-obra imigrante foi um local denominado “Frutuoso”, cuja denominação vem da abundância das frutas na região. Em fevereiro de 1815, foi ali localizado um grupo de camponeses espanhóis, constituído de oito famílias com quarenta e cinco pessoas, inclusive crianças.<sup>280</sup>

Havia uma intensa e grande lavoura, “lavoura grossa”, como se dizia, principalmente, arroz, nas regiões baixas dos campos de São João Grande e São João Pequeno, ao que parece a plantação de arroz, foi uma das mais antigas atividades agrícolas da Fazenda, remontando a Cristóvão Monteiro (primeiro possuidor de sesmarias nas terras de Santa Cruz), com as suas

---

<sup>273</sup> FRIDMAN, Fania. Uma cidade nova no Rio de Janeiro. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 22, n.1, p. 139-152, 2009, p 151.

<sup>274</sup> FREITAS, Benedicto. Op. Cit., vol. II, p. 190-191.

<sup>275</sup> Ibidem, p. 191.

<sup>276</sup> Ibidem, p. 183.

<sup>277</sup> Ibidem, p. 183.

<sup>278</sup> Objetivando criar uma agricultura especializada em cada região escolhida, atendendo às condições geoclimáticas respectivas e adaptação do gênero de cultura indicado, criou-se uma “Comissão de Melhoramentos” na Fazenda. Está era presidida pelo Superintendente Visconde do Rio Seco, o Coronel Engenheiro Francisco Cordeiro, como técnico de obras e os Administradores das Feitorias de Santarém e Bom Jardim, assessorando a escolha de locais apropriados a cada espécie de cultivo. FREITAS, Benedicto. Op. Cit., vol. II, p. 181.

<sup>279</sup> FREITAS, Benedicto. Op. Cit., vol. II, p. 182.

<sup>280</sup> Ibidem, p. 187.

“rosas de arroz no Curral Falso”.<sup>281</sup> A lavoura de arroz também foi difundida nos brejos do Caçador, nos baixos de Curral Falso e nas terras de Piauí, nos campos de São Miguel, próximo ao Curtume e a relativa distância deste, na baixada do Leme, com produção recolhida na sua Feitoria. Destaca-se, ainda, que para o beneficiamento de cereais existia o “Batalhão do Pilar”, turma de escravizados e indígenas na tarefa de descascar café e arroz em grandes pilões de madeira, já utilizados largamente pelos jesuítas. Para o beneficiamento do grão foi construído um amplo engenho, providenciado por Visconde do Rio Secô.<sup>282</sup>

Em 1862, foi iniciada uma vasta plantação de guando, iniciando-se na atual rua Álvaro Alberto até o Mirante e adjacências, ocupava 16 escravizados na sua manutenção e colheita, quando não aumentava o número de mão-de-obra. Em terras situadas nos fundos do palácio, na parte mais baixa, existiam largas faixas cultivadas com aveia, cevada e ervilhas.<sup>283</sup>

Acreditamos que essas e outras lavouras nas Feitorias de Santa Cruz e adjacências contavam com a mão-de-obra das esquadras de serviço e esquadras de reservas, composta pelas famosas “Reúnas”, o que significava do Rei, como eram denominadas as escravizadas da Fazenda de Santa Cruz, que constituíam os ágeis braços das lavouras, muito conhecidas por sua qualidade de labuta do campo, tornando-se imprescindíveis no trato da terra na região.<sup>284</sup>

### 3.3.4 Esquadra de serviço domésticos

Além da agricultura e conservação dos campos, uma parte das esquadras de serviços também poderia estar sendo direcionada aos serviços domésticos. Segundo Benedicto Freitas: a “(7ª) Esquadra”, era composta por “raparigas” de 14 a 20 anos, fornecidas aos serviços particulares do Palácio de São Cristóvão sob as ordens de princesas Imperiais, Damas de Honras e Altas dignitárias em serviço no Paço da Boa Vista.”<sup>285</sup> Essas escravizadas eram destinadas aos serviços internos do Palácio de Santa Cruz e da Quinta da Boa vista. Outras eram destacadas para servir as damas e em muitos solares como amas dedicadas. Segundo Freitas possuíam escravizados da Fazenda de Santa Cruz os Barões de Piraquara, do Pilar, o Conde de Itaguaí, o Visconde de Magé e o de Sapucaí, o Marquês de São João Marcos e tantos outros.<sup>286</sup> Esses senhores aparecem como alugadores e fiadores de escravizados no período analisado nesta pesquisa.

Os serviços domésticos incluíam um amplo universo de trabalhadores que não estavam empregados apenas nos lares e nas casas, mas também estabelecimentos de prestações de serviços, como “criados e criadas” de quarto, camareiras e “moços” de hotéis, casas de pastos ou hospedarias, os quais, em última instância, também executavam atividades “domésticas”. É possível que neste grupo estivessem incluídos aqueles e aquelas classificadas como “criados e jornaleiros”, como cativos alugados para o serviço doméstico, “criados de servir”, escravizados “ao ganho”, sobretudo no comércio ambulante e no transporte de cargas.<sup>287</sup>

Na (7ª) Esquadra de serviço contabilizamos os aluguéis de 19 escravizadas. Os preços dos aluguéis foram estabelecidos em 3.000 réis a diária e 10.000 réis mensais. Dois alugadores participavam da rede de trabalho: José Pedro da Motta Saião (Barão do Pilar) e Joaquim Jose

---

<sup>281</sup> FREITAS, Benedicto. Op. Cit., vol. II, p. 185.

<sup>282</sup> Ibidem, p. 186.

<sup>283</sup> Ibidem, p. 187.

<sup>284</sup> Ibidem, p. 253.

<sup>285</sup> Ibidem, p. 252.

<sup>286</sup> Ibidem, p. 264.

<sup>287</sup> SOUZA, Flavia Fernandes. Op. Cit., p. 127.

de Azevedo. Três das escravizadas alugam-se a si: Ana Generoza (1867), Lucia Maria (1868), Luzia da Conceição (1867/ 1868). A rede de fiadores estava composta por 10 nomes.<sup>288</sup>

### 3.3.5 Esquadra do cercadinho

Outra esquadra, a do “cercadinho”, ficava num local denominado “Morro do Chá”, espaço preferido dos padres para as suas leituras e meditações. Teve a sua formação inicial como um parque cultural e posteriormente área de lazer. Durante as obras do novo Palácio, o sítio foi transformado em local de repouso do Rei, que às vezes almoçava ali numa mesa de pedra, com assentos de madeiras construídos pelos jesuítas. Data de 1814 a criação de um horto nesse local, idealizado pelo Conde da Barca, conhecido protetor das artes e da ciência e entusiasta da botânica. O Rei, D. João VI, ordenou então a construção de um jardim-viveiro aos cuidados do Conde.<sup>289</sup>

O jardim ostentava uma grande variedade de plantas medicinais, ornamentais e um sem-número de árvores frutíferas.<sup>290</sup> Foi o preferido de D. João. Quando se precisava de escravizados para quaisquer obras, retiravam-se de todas as esquadras, menos da existente no famoso parque. O Superintendente Visconde do Rio Secô (1817-1821), escrevendo certa vez ao administrador da Fazenda, autorizava a retirada de uma serviçal para ficar à disposição do Campeiro-mor, de qualquer esquadra, mas observou prudente: “Salvo do Cercadinho que neste caso não me meto”.<sup>291</sup>

### 3.3.6 Esquadra de ambulantes

A terceira esquadra, ou esquadra de ambulantes, era uma turma destinada a suprir as demandas nas esquadras fixas, mas com obrigações definidas: trabalhar nos arrozais, descarregar materiais em Sepetiba, Itaguaí, prestar socorros apontados nos departamentos, conduzir manteiga e a correspondência do serviço Real e Imperial, atuar no expediente do Paço da cidade e vice-versa. Em ocasião de chuva, os homens escravizados desta esquadra eram direcionados para a plantação de capim.<sup>292</sup>

Podemos verificar, de forma geral, pelo considerável quantitativo de mulheres direcionadas às funções das esquadras de serviço, que essas ocupações eram direcionadas, principalmente a elas, as famosas, reúnas. De qualquer maneira, é interessante observar que, embora haja uma recorrente predominância numérica de mulheres nas esquadras de serviços, há também um significativo contingente do sexo masculino, 33 homens escravizados designados, preferencialmente na (3<sup>o</sup>) Esquadra de Serviço, relacionada como “de ambulantes”.

### 3.6.7 Esquadras de reservas

As mulheres também são a maioria nas esquadras de reservas: 44 mulheres escravizadas. A função das “Esquadras de Reservas” era suprir o serviço extraordinário e dar socorro para as demais esquadras de serviços. Essas esquadras também estavam numeradas em dez repartições de trabalho: 1<sup>a</sup> Esquadra de reserva; 2<sup>a</sup> Esquadra de reserva; 3<sup>a</sup> Esquadra de reserva; 4<sup>a</sup> Esquadra de reserva; 5<sup>a</sup> Esquadra de reserva; 6<sup>a</sup> Esquadra de reserva; 7<sup>a</sup> Esquadra de reserva; 8<sup>a</sup> Esquadra

<sup>288</sup> Registro dos Escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz, Alugados a diversos e a si que devem seus aluguéis de 1862 a 1868. Fundo: Fazenda Nacional de Santa Cruz. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

<sup>289</sup> FREITAS, Benedicto. Op. Cit., vol. II, p 171.

<sup>290</sup> Ibidem, p. 172.

<sup>291</sup> Ibidem, p. 172.

<sup>292</sup> FREITAS, Benedicto. Op. Cit., vol. III, p. 93.

de reserva; 9ª Esquadra de reserva; 10ª Esquadra de reserva. Na tabela abaixo, verifica-se que estavam compostas por 44 escravizadas em relação de aluguel. (Tabela 25).

**Tabela 25 \_ Classe de ofícios das Esquadras de Reserva nos registros dos aluguéis por quantidade e sexo dos escravizados da Imperial Fazenda de Santa Cruz. (1862-1868).**

CLASSE DE OFÍCIOS	Sexo	
	M	F
1ª ESQUADRA DE RESERVA	-	24
2ª ESQUADRA DE RESERVA	-	11
3ª ESQUADRA DE RESERVA	-	2
4ª ESQUADRA DE RESERVA	-	1
5ª ESQUADRA DE RESERVA	-	1
6ª ESQUADRA DE RESERVA	-	1
7ª ESQUADRA DE RESERVA	-	1
8ª ESQUADRA DE RESERVA	-	1
9ª ESQUADRA DE RESERVA	-	1
10ª ESQUADRA DE RESERVA	-	1
<b>TOTAL</b>	0	44

Fonte: Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

As mulheres escravizadas, diferente dos homens alugados por seus ofícios especializados, eram alugadas basicamente para o trabalho grosso na agricultura (atividade na qual eram as especialistas), nas atividades domésticas ou para atividades do comércio volante. Não temos nessa relação a visão homogênea e normativa da mulher relacionada ao cuidado e fragilidade. Assim, concordamos com Ângela Davis, as mulheres escravizadas antes das construções sociais sobre o seu sexo, eram avaliadas no seu papel como trabalhadoras, todos os aspectos de suas existências são ofuscados pelas relações de trabalho.<sup>293</sup>

Os registros de aluguéis dessas mulheres apontavam para relações clientelares “fora da fazenda” com comerciantes, fazendeiros e lavradores na região fluminense, mas de forma geral, evidenciavam relações de plantéis e senhores mais próximos à Santa Cruz. Por meio do aluguel, muitas dessas mulheres escravizadas promoviam o estreitamento dos laços com membros do próprio plantel e com indivíduos livres próximos à Fazenda.<sup>294</sup>

### **3.6.8 Esquadras de serviços nas lavouras e comércio volante na cidade do Rio de Janeiro e província Fluminense.**

A nossa hipótese, é que parte das esquadras, entre outras atividades, estavam sendo alugadas para trabalharem nas propriedades de fazendeiros e lavradores no entorno de Santa Cruz. As lavouras desses senhores poderia estar contando com a mão-de-obra das esquadras de serviços e esquadras de reservas, mão-de-obra composta pelas famosas “Reúnas”.<sup>295</sup>

Apontamos também para o envolvimento das mulheres escravizadas alugadas a si, ou seja, que pagavam o seu aluguel a Fazenda para trabalhar nas suas próprias ocupações, usufruindo integralmente do seu tempo de trabalho, no comércio volante de alimentos. Algumas delas, estabeleceram fortes alianças clientelares com fiadores desta relação de contrato de trabalho. O nome do fiador, de forma geral, foi uma modalidade usada, entre fiadores e mulheres escravizadas nas esquadras de serviços. Nesse sentido, o fiador podia ser tanto uma segurança para os pagamentos dos aluguéis pelas escravizadas, mas também poderia estar

<sup>293</sup> DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Boitempo Editorial, 2016.

<sup>294</sup> PEDROZA, Manoela; CALVACANTI, Juliana. Op. Cit., p. 254.

<sup>295</sup> FREITAS, Benedicto. Op. Cit., vol. II, p. 253.



representando uma relação de clientela ou de dependência das relações de serviço dessas escravizadas alugadas a si.

O comércio e aluguel de escravizados foi marcado pela questão de gênero. Além das ocupações, a distribuição dos aluguéis entre particulares, o aluguel de si, as redes de alianças formalizadas e até mesmo a circulação desses escravizados nas ruas do Rio de Janeiro ou freguesias rurais da Província Fluminense, foram interseccionadas por critérios de raça, etnicidade e gênero nos mundos do trabalho.

### 3.4 Ofícios Industriais e Artesanais: Pedreiros, Carpinteiros, etc.

Além das ocupações nas esquadras de serviço e de reserva, há uma concentração de escravizados alugados nos ofícios industriais e artesanais. A partir desses dados podemos confirmar os resultados da política de qualificação dos escravizados da Fazenda na primeira metade do século XIX na divisão dos ofícios industriais e artesanais no registro de escravizados alugados para o período de 1862 a 1868. Os ofícios industriais e artesanais incluíam, carpinteiros; cesteiro, falquejador, oleiro e pedreiros. O quantitativo de escravizados alugados nestas funções era de 40 indivíduos. Aqui temos uma maioria de escravizados do sexo masculino, são 38 homens e de apenas 2 mulheres, uma costureira e uma oleira. (Tabela 26).

**Tabela 26 \_ Classe de ofícios industriais e artesanais nos registros dos aluguéis por quantidade sexo dos escravizados da Imperial Fazenda de Santa Cruz. (1862–1868).**

INDUSTRIAIS E ARTESANAIS	Sexo	
	M	F
<b>PEDREIRO</b>	15	-
<b>OLEIRO</b>	12	1
<b>CARPINTEIRO</b>	9	-
<b>CESTEIRO</b>	1	-
<b>COSTUREIRA</b>	-	1
<b>FALQUEJADOR</b>	1	-
<b>TOTAL</b>	38	2

Fonte: Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

Os homens estavam distribuídos como carpinteiro (9), cesteiro (1), falquejador (1), oleiro (12) e pedreiro (15), o que sugere que os ofícios ao qual os escravizados eram treinados não eram escolhas aleatórias. Uma vez, que pedreiros (15), oleiros (12) e carpinteiros (9) eram possivelmente os profissionais mais procurados no abastecimento de mão-de-obra Real e para os serviços nas propriedades de fazendeiros, lavradores e comerciantes no entorno de Santa Cruz.

Segundo a historiadora Mary C. Karasch, uma das ocupações mais comuns dos escravizados e libertos especializados eram os ofícios relacionados à construção e ao reparo, inclusive o de pedreiro. Eles faziam de tudo: “cortavam troncos e serravam madeiras, colocavam tijolos e telhas, decoravam com entalhes madeiras e terraços, faziam móveis e coches.”<sup>296</sup> Após a chegada da família Real ao Brasil no ano de 1808, uma série de mudanças foi realizada na capital, demandando várias obras para ajustá-la a seu novo status. Nesse sentido, a mão-de-obra escravizada especializada da Fazenda foi deslocada para obras de

<sup>296</sup> KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 277.

interesse de Sua Alteza Real e a Fazenda de Santa Cruz tornou-se fornecedora de escravizados especializados para diversas obras públicas, dentro e fora da Fazenda.<sup>297</sup>

Um exemplo desse deslocamento, foi a reforma do Real Palácio de Santa Cruz, edifício-sede do Real Paço de Santa Cruz. As obras iniciais da sua recuperação foram realizadas em 1809, após a primeira estadia de D. João, possivelmente mal acomodado, uma vez que depois da expulsão dos antigos residentes, os padres jesuítas em 1759, o edifício não sofreu nenhuma alteração e se apresentava quase abandonado. O responsável pela reforma foi o Conde de Barca, enviando o conhecido Mestre das Obras Reais José Feliz de Oliveira, notável pela construção da “Casa de Detenção” da cidade.<sup>298</sup>

Quanto à mão-de-obra escravizada necessária foram 23 carpinteiros, 7 aprendizes, 14 pedreiros, 3 aprendizes, 11 falquejadores, 9 cavouqueiros, 3 aprendizes, 15 carreiros, 91 serventes trabalhadores, inclusive 30 mulheres dirigidas por um Feitor, constituíram uma vigorosa “frente de trabalho” para o início das obras. Observa-se um grande uso da mão-de-obra especializada da Fazenda para o projeto do Palácio chegar à sua conclusão em 1818.<sup>299</sup> Boa parte dos escravizados com ofícios industriais e artesanais foram empregados fora da Fazenda, em outras instalações reais como o Palácio Imperial, o Palácio de São Cristóvão e a Quinta da Boa Vista.<sup>300</sup>

Contudo, gostaríamos de apontar que os contratos no qual constavam os nomes dos alugadores desta relação de trabalho, estavam relacionados, sobretudo, a mão-de-obra especializada na Santa Cruz, os escravizados do sexo masculino com ofícios de pedreiro, carpinteiro e oleiros. Podemos inferir que alugar um escravizado com ofício especializado agregava valor, por sua utilidade na propriedade, direcionando-os a outras funções necessárias, sem que fosse necessário deslocar escravizados destinados à lavoura para essas funções.

### **3.5 Os Escravizados Oleiros na Fazenda de Santa Cruz**

Na Fazenda de Santa Cruz havia um proveitoso parque industrial administrado rigorosamente, e nelas empregava-se a mão-de-obra escravizada da Fazenda, aqueles cujas aptidões fossem subordinadas ao zelo e disciplina profissional. Um dos maiores estabelecimentos industriais da Fazenda de Santa Cruz foi a sua Olaria, era um dos mais antigos canteiros de trabalho. Foi construída nas imediações do “Frutuoso”, bem próxima a “Ponte-Represa do Guandu”, era um edifício sólido, totalmente de telha vã, medindo cerca de oitenta metros de comprimento por vinte e três de largura. Situada no centro da área destinada às atividades de transformação e beneficiamento agropecuário, satisfatoriamente abastecida de água e matéria-prima de superior qualidade. Construiu-se também uma serraria “de água” no Ribeirão das Lages.<sup>301</sup>

A sua produção se sobressaía do conjunto industrial da Fazenda pelo volume e variedade de produção. Inicialmente, produziu-se ali o adôbe, categoria de tijolo cru, seco sob a ação dos raios solares, telhas, conhecidas como “telha-de-canal”, muita louça de uso geral e, depois, diversos tijolos, todos maciços e de considerável peso, ladrilhos, lajotas e lajões. A olaria da Fazenda formava, assim, a cerâmica da época e que devido ao aprimorado maquinário e demais equipamentos, tornou-se famosa por seus produtos concretizados com material disputado, retirado de uma região de ótima argila, a “tabatinga preta”, bastante compacta e muito resistente ao fogo.<sup>302</sup>

<sup>297</sup> ENGEMANN, Carlos, 2002. Op. Cit., p. 88.

<sup>298</sup> FREITAS, Benedicto. Op. Cit., vol. II, p. 106-107.

<sup>299</sup> Ibidem, p. 111.

<sup>300</sup> ROCHA, Ilana Peliciari. Op. Cit., p. 12.

<sup>301</sup> FREITAS, Benedicto. Op. Cit., vol. I, p. 162.

<sup>302</sup> Ibidem, p. 162.

Em 1817, a Olaria recebeu substancial transformação, nesse momento, era conhecida por “Olaria dos Hespanhóis” em razão de um núcleo de lavradores dessa nacionalidade, existente nas suas proximidades. Nessa época, durante as grandes obras do Paço de Santa Cruz, deu-se início a construção de um amplo edifício para abrigar as atividades da olaria e do curtume, construindo-se um armazém para toda a produção. O Deputado Rafael e Carvalho em 1837, no seu “Relatório”, declarou: “... O Armazém de que serve de depósito a esta Olaria é grande e de sobrado, e tem mais ar de Palácio que de Armazém”.<sup>303</sup>

Na segunda metade do século XIX, foi acrescentada a Olaria da fazenda uma “Seção de Modelos Delicados”, denominação dada aos objetos e utensílios de apresentação esmerada, caprichosamente decorados e artisticamente adornados. A cerâmica doméstica decorada tinha grande aceitação nos mercados, considerada “mercadoria de luxo”.<sup>304</sup> Nota-se no quadro de funcionários da Fazenda um “Mestre de Obras Delicadas”. Cargo ocupado por Francisco Marques da Cruz, um exímio pintor, marceneiro e entalhador, a ele devia-se muitas das obras especializadas existentes no Palácio Imperial do Paço de Santa Cruz.<sup>305</sup> Francisco Marques da Cruz, também participou dos contratos dos alugueis dos escravizados da Fazenda, era fiador.

Na olaria trabalhavam: um mestre, sete oficiais, um aprendiz, oito serventes, dez mulheres, um carreiro e o seu ajudante. Segundo Benedicto Freitas, os escravizados eram responsáveis pela pesada tarefa de amassar o barro com os pés, preso um deles a forte corrente ligada a um cepo de quinze quilos.<sup>306</sup> Dada a perfeição dos trabalhos, muitos dos seus oleiros trabalhavam alugados, em localidades próximas, na Fábrica de Seropédica, Depósitos de Olarias e outros estabelecimentos interessados. A Superintendência enviava escravizados para a Corte, de modo a aperfeiçoarem-se na cerâmica artística.<sup>307</sup>

A indústria de cerâmica demonstrou certa concentração nos alugueis, os escravizados oleiros da Imperial Fazenda de Santa Cruz, foram bem requerida: foram 7 alugadores anotados nos registros dos alugueis ao longo da década de 1860. Um desses alugadores foi *Dumesnil, Leroyer & C*, proprietário de um depósito dos produtos de olaria, na fazenda grande, em Irajá. Podemos conhecer um pouco mais dessa indústria, por anúncios de grandes periódicos como o *Jornal do Commercio*.

No anúncio, no ano 1865, observamos que o alugador era proprietário do depósito dos produtos da Olaria de *Dumesnil, Leroyer & C*, localizado na rua da Saúde n. 152, em um lugar denominado Fazenda Grande. O local reunia um grande conjunto de serviços, os proprietários dos prédios, os empreiteiros de obras, engenheiros, donos de oficinas de fundição, assim como os donos de armazéns em louça. Vendiam-se diversos produtos: “tijolos de fogo, tão bons como o da Inglaterra e Hamburgo, e talvez mais resistentes; tijolos para alicerces; tijolos para arcos; telhas,oringas de dois bicos e quartinhas, panelas, vasos, canos para chaminés, pilastras, etc.”

Os produtos de olaria eram fabricados “com excelente barro”. Além, de serem “manipulados por pessoas muito entendidas da arte de cerâmica”. Certamente, os escravizados da Fazenda de Santa Cruz, faziam parte do grupo de pessoas entendidas sobre essa arte. No ano de 1862, o alugador *Dumesnil & L*, alugou através da Fazenda, os trabalhos de um grupo de 17 escravizados: 6 oleiros, 1 pedreiro e 10 ambulantes. O contrato de aluguel desse grupo de escravizados, no ano de 1862, permite um olhar peculiar para a relação de trabalho de aluguel. Foram deduzidos da conta dos pagamentos, os sábados e domingos, os dias de fugas, pequenos gastos, dias de soleira. Sendo esta subtração realizada conforme os hábitos de cada um dos

---

<sup>303</sup> FREITAS, Benedicto. Op. Cit., vol. I, p. 228.

<sup>304</sup> Ibidem, p. 229.

<sup>305</sup> Ibidem, p. 230.

<sup>306</sup> Ibidem, p. 163.

<sup>307</sup> FREITAS, Benedicto. Op. Cit., vol. II, p. 230.

escravizados na relação de trabalho.<sup>308</sup> Por meio deste contrato de aluguel percebemos uma relação de trabalho imbuída de negociações, conflitos e muitos “abatimentos” no pagamento e dívidas do aluguel, tudo devidamente lançado no registro de trabalho, dando a entender que a relação entre alugadores e o cobrador da Imperial Fazenda acontecia de forma próxima e conversada.

### 3.6 Ofícios Não especializados: Ambulantes, Feitores e Enxadas

Para os ofícios “não especializados” podemos visualizar cinco atividades: ambulantes, enxada, feitor, senhor de obra, atividades que, de modo geral, não requeriam qualificação de ofício ou qualificações para a atuação no local de trabalho. (Tabela 27).

**Tabela 27 \_ Classe de ofícios não especializados nos registros dos aluguéis por quantidade e sexo dos escravizados da Imperial Fazenda de Santa Cruz. (1862–1868).**

NÃO ESPECIALIZADOS	Sexo	
	M	F
AMBULANTES	14	-
ENXADA	1	12
FOICE	4	-
FEITOR	1	1
SENHOR DE OBRA	1	-
<b>TOTAL</b>	21	13

Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

O ofício de ambulante pode ser parte da dita “esquadra de ambulante”, mas também pode estar representando o ofício de vendedor de porta em porta. Essa foi uma atividade bastante comum envolvendo escravizados de todas as idades e de ambos os sexos, que podia ser feita em tempo parcial ou integral. Uma das mais importantes operações dos ambulantes era a venda de todos os tipos de alimentos, frescos ou preparados, como frutas e verduras, aves e ovos, carne, etc.<sup>309</sup> Contrariamente ao que mostra a historiografia, sobre o predomínio de mulheres nesta atividade, foram encontrados 14 homens, mas nenhuma mulher nos registros de aluguel para a Fazenda.

Ao contrário, a classe de ofício da “enxada” estão alocadas 12 mulheres no ano de 1862, e apenas um homem. Foram alugados por José Maria Esteves, um nome que apareceu recorrentemente na lista de “Fazendeiros e Senhores de Engenho”, num local denominado “Braz de Pinna” na Freguesia de Nossa senhora da apresentação do Irajá.<sup>310</sup> Talvez, fosse esse o local para qual as escravizadas (os) foram alugadas (os) para trabalhar com a enxada. O grupo de trabalho era composto pelo feitor Jacintho Pereira e as escravizadas Angelica de Jesus, Anna de Jesus, Francisca de Ramos, Joaquina da Gloria, Luiza da Conceição, Marcolina das Dores, Maria de Alleluia, Maria de Jesus, Maria do Rosario, Maria dos Passos, Senhorinha de

<sup>308</sup> Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. “Alugados a diversos”. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Fundo: Fazenda Nacional de Santa Cruz. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

<sup>309</sup> KARASCH, Mery. Op. Cit., p. 284-185.

<sup>310</sup> Almanak Administrativo, Mercantil, Civil e Industrial. Rio de Janeiro. Anos de 1860-1870. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394x/19766>. Acesso em 6 jun. 2021.

Assumpção e Silveria Pereira. Com elas o “Moleque” José Pedro, também alocado na classe de ofício de “enxada”.<sup>311</sup>

Já o ofício de “Feitor”, geralmente ocupado por homens, também tinha participação feminina na Santa Cruz, com a presença da escravizada, Pulqueria Maria. A escravizada foi alugada nessa função no período de 1862 a 1867, chegando a ocupá-la como alugada a si no ano de 1867.<sup>312</sup> As mulheres no ofício de “feitora” eram designadas para vigiar o ponto das esquadras, pois o “feitor” devia fazer parte dos trabalhos da mesma, denominadas de Feitoras das esquadras, tinham por obrigação obedecer ao segundo administrador, e diariamente notificá-lo sobre o acontecido nas Esquadras, e das faltas que tiveram a dita.<sup>313</sup>

### 3.7 Ofícios Especializados: Práticas de Cura no Hospital da Fazenda de Santa Cruz.

Existia ainda um setor de serviços que incluía os ofícios especializados: na cavalaria, entre os músicos e aprendizes de músicos, os pintores, etc. No entanto, os ofícios especializados na Fazenda de Santa Cruz estavam, sobretudo, relacionados à prática de cura. Essa “turma” era destinada ao serviço do hospital da Fazenda: cirurgiões, barbeiros, enfermeiros, parteiras.<sup>314</sup>

Segundo Benedicto Freitas, os escravizados eram os próprios cirurgiões do hospital, e eram mestres na arte de flebotomia (sangria); os enfermeiros também eram escravizados e os melhores entre eles eram escolhidos para serem os cirurgiões. Tal função estava subordinada diretamente ao superintendente da Fazenda, ou ao administrador, estando às ordens do dito de qualquer capataz. Para este ofício recebiam um soldo pequeno, mas certo. Durante a formação ficariam à mercê do hospital e seriam sustentados pelo “caldeirão dos pobres” e mesmo após formado, o cirurgião escravizado permanecia se alimentando ali.<sup>315</sup>

O quadro de ocupações no hospital da fazenda demonstra a hierarquia entre as funções desempenhadas, o posto mais alto é o de cirurgião, ocupado por um escravizado do sexo masculino, seguido por dois escravizados barbeiros, logo após mais dois escravizados enfermeiros, só depois, as mulheres escravizadas, quatro enfermeiras e duas parteiras.<sup>316</sup>

Segundo Júlio César Medeiros da Silva Pereira, essa hierarquia refletia as diferenças entre os gêneros, mas também demonstram que os cuidados terapêuticos exercidos sob a anuência da administração da Fazenda, era um ofício eminentemente masculino e especializado, cabendo a eles a função de cura e às demais, o cuidado.<sup>317</sup> O lugar reservado para as mulheres escravizadas nas práticas de cura, expresso por sua maioria nas distribuições, estavam relacionados ao cuidado dos escravizados no serviço ativo na Fazenda. Elas cuidavam

---

<sup>311</sup> Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. “Alugados a diversos”. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Fundo: Fazenda Nacional de Santa Cruz. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

<sup>312</sup> Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

<sup>313</sup> FREITAS, Benedicto. Op. Cit., vol. II, p. 94.

<sup>314</sup> Os padres jesuítas construíram o hospital da Fazenda para atender os escravizados doentes, em 1700. Na ocasião, esse espaço hospitalar era “*uma vasta repartição com fronteiras de tijolo e coberto por telhas. Duas grandes salas separadas, uma para cada sexo. Em caso de emergência ou epidemia pública dispunha de pavilhões anexos.*” Em 1820 o espaço se transformaria em uma construção de dois andares com a melhor madeira de lei, com paredes amplas e altas que reservariam vinte e seis janelas no segundo pavimento e trinta e duas no térreo. Os doentes eram separados por sexo e faixa etária e com uma enfermaria para cada um destes. Não só os escravizados eram tratados ali, mas todos os residentes da Fazenda, bem como viajantes, que neste caso, pagariam pelo atendimento. CF. PEREIRA, 2011, 169.

<sup>315</sup> PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. Op. Cit., p. 88

<sup>316</sup> Ibidem, p. 79.

<sup>317</sup> Ibidem, p. 79.

das crianças recém-nascidas enquanto as suas mães estavam no eito ou em outros afazeres, guiavam cegos pela fazenda, confortando-os ao final da vida e davam à luz a novas vidas ao mundo.<sup>318</sup>

Mesmo os escravizados envolvidos nos ofícios especializados no hospital da Fazenda também foram alugados. Nos contratos de aluguéis encontramos três escravizados com ofícios de barbeiros: Justino do Espírito Santo, João de Santa Anna, alugados por 30.000 réis mensais, para Antonio José Tavares, um fazendeiro e lavrador de café no município de Angra dos Reis e Campos. E o escravizado João da Costa alugado por 30.000 réis mensais para a firmar Lenoir & Ramos.<sup>319</sup>

Segundo Mary C. Karasch, o ofício de barbeiro era realizado por um homem, quase sempre negro, que cortava barbas e cabelos, mas que também poderia trabalhar como cirurgiões, sangradores, dentistas e músicos, tocando violino ou clarinete para os seus clientes. Esses barbeiros sangradores, usavam sanguessugas para extrair sangue, para tratar doenças e até realizar pequenas cirurgias. Devido à falta de médicos na época, eles eram frequentemente o único recurso de homens e mulheres pobres e escravizados.<sup>320</sup>

### 3.8 Atividades de Transporte: Cocheiros

Por último, apontamos aquelas ocupações relacionadas ao setor de transportes, ligadas sobretudo aos condutores de veículos, como, carreiros e candeeiros, o primeiro era aquele que condizia o carro de boi, um tipo de transporte muito utilizado na Santa Cruz e entorno; os candeeiros, iam ao carro de boi segurando um candeeiro, objeto destinado a iluminar, sendo alimentado por algum fluido combustível como azeite, óleo, querosene, gás, etc.; os carroceiros e os cocheiros. Entre, carroceiros e cocheiros, havia certa diferença: enquanto os primeiros participavam do transporte e abastecimento da cidade ao nível individual e artesanal, os cocheiros de aluguel estavam ligados às firmas de importação e exportação e às empresas que prestavam serviços urbanos de coches e carruagens.<sup>321</sup>

Nos contratos dos aluguéis, trata-se de um cocheiro, o escravizado Alexandre do Carmo, alugado por João Pereira de Almeida, um negociante no município de Araruama; e João Marciano de Carvalho, professor de primeiras letras no Curato de Santa Cruz.<sup>322</sup> No contrato de trabalho do escravizado, na categoria de observações, ficamos sabendo que ele fugiu no dia 1 de julho de 1863, enquanto estava em relação de aluguel com o professor João Marciano de Carvalho. Acreditamos que permaneceu pouco tempo nesta situação, pois voltou a ser alugado, os pagamentos dos aluguéis são contabilizados até 24 de setembro do mesmo ano de 1863.<sup>323</sup>

Mesmo que possamos pressupor o ato de fuga como banal, acreditamos que ele seja indicativo de novos ventos na estrutura de trabalho da Fazenda de Santa Cruz. Segundo João José Reis, a fuga era a unidade básica de resistência no sistema escravista. O abandono do trabalho é um desafio radical, um ataque frontal e deliberado ao direito de propriedade do seu

---

<sup>318</sup> PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. Op. Cit., p. 79.

<sup>319</sup> Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

<sup>320</sup> KARASCH, Mery. Op. Cit., p. 279.

<sup>321</sup> TERRA, Paulo Cruz. Tudo que transporta e carrega é negro? Carregadores, cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1824-1870). 2007. 120f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007, p. 22.

<sup>322</sup> Almanak Administrativo, Mercantil, Civil e Industrial. Rio de Janeiro. Anos de 1860-1870. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/313394x/19766>>. Acesso em 6 jun. 2021.

<sup>323</sup> Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

senhor. “Ausências”, “ameaças” e “fugas”, impunham grandes prejuízos a seus senhores, mas o conflito também abriam espaço para a negociação.<sup>324</sup>

As fugas reivindicatórias não pressupõem um rompimento radical com o sistema, mas sim um aviso, cujos riscos eram mais ou menos previsíveis na complexa negociação/resistência. Correspondiam às reivindicações por melhores condições de trabalho e vida ou por qualquer outra questão específica. Tinham uma duração previsível, curtíssima, de um ou dois dias, escapadelas no fim de semana, por isso, fazia parte do cálculo do administrador esperar cerca de três dias antes de qualquer processo de busca. Muitas das vezes os escravizados voltavam por si próprios após o curto período de autonomia e descanso.<sup>325</sup>

No relatório de 1849, aparece na distribuição das ocupações um pequeno grupo de escravizados “desertados” e “presos em correção”, eram 17 homens e 1 mulher. Em 1856 são 7 homens, 1 rapaz e 1 rapariga, “desertados”; e 6 homens escravizados “presos em correção”. Esse quantitativo pode ser uma resposta à intensificação dos mecanismos de controle da Administração da Fazenda no século XIX: fugir tornou-se uma alternativa quando o aumento do serviço e a regulamentação quebravam a antiga ordem das coisas.<sup>326</sup>

Nos contratos de aluguéis, duas ausências foram comunicadas: os escravizados saíram do local da relação de aluguel e os alugadores informaram a ausência a fazenda. Também foram contabilizados os avisos de três fugas no tempo de contrato. A análise dessas pistas mais aprofundada pode apontar na direção de que, ao longo dos anos, os escravizados acionaram uma relação dosada, entre o respeito aos seus direitos a partir de ameaças, a estrutura das relações de trabalho na Fazenda e seu entorno.

### **3.9 As Mulheres Escravizadas se Transmutam em Esquadras de Serviços, Esquadras de Reservas... Os Homens Escravizados em Pedreiros, Carpinteiros, Oleiros, Barbeiros...**

Podemos observar que apenas uma mulher foi alugada para trabalhar na olaria, a escravizada Quitéria Francisca, alocada na classe de ofício da olaria no ano de 1862 e 1863, tendo por fiadora, Dona Rosa do Paço. Supomos que o ofício de oleiro era uma atividade predominante masculina, e que as poucas mulheres escravizadas nessa ocupação não podiam se considerar detentoras do ofício. Já o ofício de “costureira”, era uma ocupação presente no cotidiano da população feminina de Santa Cruz. Mas, a única escravizada na classe de ofício de costureira, foi Maria do Nascimento, alugada a si, ou seja, pagava seu aluguel a administração para exercer seu ofício.

Assim, podemos observar que a mão-de-obra feminina empregada nas atividades Industriais e artesanais, como a escravizada Maria do Nascimento, costureira ou Quitéria Maria, na Olaria, eram poucas, pois, a maioria das mulheres escravizadas de Santa Cruz estava empregada nas esquadras de serviços e esquadras de reservas, deixando a aprendizagem dos ofícios industriais e artesanais para os homens escravizados.

De forma geral, os ofícios industriais e artesanais estavam direcionados aos escravizados do sexo masculino. Os homens escravizados, foram inseridos em um ambiente econômico profissional, principalmente artesanal, de pedreiros, carpinteiros, oleiros, etc. Essa especialização, significava certo tempo fora da Fazenda, longe das suas famílias e roças. A especialização foi um dos motores da dinâmica de deslocamento e de interação entre os estabelecimentos públicos, mas estes escravizados também foram deslocados para trabalharem

---

<sup>324</sup> REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. Companhia das letras, 2009.

<sup>325</sup> Ibidem.

<sup>326</sup> PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. Op. Cit., p. 191.

nas propriedades privadas de fazendeiros e comerciantes no entorno de Santa Cruz. O serviço público e privado, em razoável escala, retirava do cotidiano da fazenda uma grande parte dos escravizados do sexo masculino em idade produtiva.<sup>327</sup>

As “atividades não especializadas”, ao contrário do que sugere o termo, não prescindem de uma preparação e conhecimento para as prestações desses serviços nos mundos do trabalho. Afinal, essas trabalhadoras passavam por um processo de “formação profissional” que incluía, geralmente, práticas de aprendizado, muitas vezes ocorridas desde a infância. Em geral, esse processo envolvia experiências de aprendizado que incluíam a atuação de crianças e de jovens como aprendizes em alguns ambientes de trabalho domésticos.<sup>328</sup>

No relatório da Fazenda de Santa Cruz, datado de 1815, observamos que as mulheres escravizadas desempenharam, principalmente, atividades gerais. Em 1815, do total de 360 mulheres, aproximadamente metade aparecem a dispor diariamente, ou seja, exercendo atividades complementares à fazenda; 14% aparecem nos caminhos, 9,7% aparecem nas oficinas de teares e depois, em torno de 0,3% a 3,1%, aparecem no fabrico da manteiga, na olaria, no armazém, com empregados, no Paço, como enfermeiras, parteiras, amas de cegos, amas de crianças, na horta, colhendo mamona, paridas ou por parir.<sup>329</sup> Em 1856, outra relação de distribuição das ocupações na fazenda, indica que do total de 267 mulheres, 40,8% estavam na limpeza da mandioca, 23,2% eram feitoras, 10,5% estavam no cercadinho e 8,2% trabalhavam na olaria. E seguem-se outras atividades indicadas com percentual reduzido, como servente, na horta, na escola de música, no serviço do hospital e como guardas em diferentes postos.<sup>330</sup>

O historiador Carlos Engemann postula que o acesso a praticamente todos os ofícios, exceto a música, era negado às mulheres escravizadas. Poderiam ter trabalhos específicos como ser ama de crianças e cegos, enfermeira, trabalhar na olaria, ou no fabrico de manteiga, ser parteiras, ou trabalhar nos teares. Mas, ainda assim, não eram consideradas detentoras dos ofícios do seu trabalho.<sup>331</sup>

Podemos concluir também que as mulheres escravizadas de Santa Cruz, diferente dos homens escravizados, alugados por seus ofícios industriais e artesanais, eram alugadas basicamente nas esquadras de serviços e esquadras de reservas. As mulheres escravizadas eram responsáveis por 72% dos trabalhos das esquadras de serviços e esquadras de reservas, distribuídas, principalmente, para os trabalhos nas lavouras, atividade para a qual eram mais demandadas, enquanto os homens correspondiam a 28%. Nesse sentido podemos concluir que os trabalhos nas esquadras correspondia sobretudo às mulheres escravizadas da Fazenda de Santa Cruz, enquanto os homens correspondiam a 99% nos ofícios industriais, artesanais e especializados nas classes de ofícios. Eles se encontravam trabalhando em outras unidades, sobretudo aquelas localizadas nas propriedades de fazendeiros e lavradores no entorno de Santa Cruz, passando certo tempo fora da Fazenda. A especialização significava, portanto, o deslocamento para outros lugares distante de Santa Cruz, para melhor ou para pior.

Assim, o gênero é inserido neste trabalho como uma categoria de análise que possibilita a compreensão de construções sociais das diferenças sexuais nas relações de trabalho, refletindo sobre os significados dessas demarcações de sexos, tanto para os indivíduos envolvidos como para as divisões que estruturam e organizam os mundos do trabalho na escravidão, ou seja, as referências que distribuem e controlam o acesso diferencial às ocupações nas classes de

---

<sup>327</sup> ENGEMANN, Carlos; RODRIGUES, Claudia; AMANTINO, Marcia. Op. Cit., p. 302.

<sup>328</sup> SOUZA, Flavia Fernandes. Op. Cit., p. 176.

<sup>329</sup> Observações sobre a administração da Real Fazenda de Santa Cruz, pelo tenente-coronel Francisco da Silva Torres. Acompanhado uma relação dos escravos ao serviço naquela fazenda, 1815 – Biblioteca Nacional. CF. ENGEMANN, Carlos. Op. Cit., 2002, p. 63

<sup>330</sup> ROCHA, Ilana Peliciari. Op. Cit., p. 203.

<sup>331</sup> ENGEMANN, Carlos, 2002. Op. Cit., p. 92.



ofícios.<sup>332</sup> Analisar a categoria de classe de ofício nos contratos de aluguel é fundamental para compreender as experiências desses trabalhadores e trabalhadoras e das relações estabelecidas entre eles e outros sujeitos (como os fiadores e alugadores) no contexto das transformações sociais ocorridas no Brasil e no processo de ordenação dos mundos do trabalho da segunda metade do século XIX.

---

<sup>332</sup> SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995, p. 84.

## CONCLUSÃO

Acontece uma sinergia quando chegamos à conclusão de uma pesquisa. Compreendemos que temos uma história, que conversamos com alguns sujeitos, descobrimos seus nomes, os nomes de seus filhos, afilhados, etc. Contamos nesta dissertação a história de um grupo de trabalhadores escravizados que viveram na Santa Cruz, numa grande Fazenda, no interior do Rio de Janeiro.

As terras da Fazenda de Santa Cruz se estendiam pela província Fluminense, contudo, os seus escravizados não gostavam de se afastar de Santa Cruz, o coração da propriedade, ali estavam localizados o seu Paço Imperial e a habitação de mais de 2.000 escravizados. Por isso, iniciamos esta história por Santa Cruz, que se tornou Curato em 1832, cujos limites iam da Fazenda do Piauí ao rio Tingui, e incluíam os bairros de “Santa Efigênia, Cantagalo de Dentro e Curral Falso”.

Para acompanhar o cotidiano de toda essa gente que vivia na Fazenda e seu entorno, nós adentramos na documentação paroquial da Capela de Santa Cruz, uma documentação que nos permitiu uma boa olhadela nas frestas das relações sociais. Nesta documentação perguntamos por seus nomes. De forma geral, apontamos três tipos de estrutura nominativa: 1. Um nome de batismo cristão; 2. Nomes compostos; 3. Uma estrutura nominativa com três nomes. Com isso em mente, encontramos a seguinte resposta, que resumimos abaixo.

O costume do nome e sobrenome foi um vocabulário local da Fazenda de Santa Cruz. Os escravizados da Fazenda apresentaram o maior resultado para essa estrutura nominativa. Enquanto, os escravizados, propriedade de outros senhores no entorno, não participaram deste costume, usavam nas suas relações apenas o nome de batismo cristão. Mas, esses escravizados, possivelmente, dividiram um cotidiano, compartilharam laços de sociabilidade, parentesco ritual, além de trabalharem lado a lado. Já a estrutura com três nomes, apontava, sobretudo, para os significados de liberdade, aparentemente ter um sobrenome, podia afastar ou disfarçar, estigmas da escravidão. Os nomes completos, traziam mais respeito e credibilidade aos sujeitos escravizados, libertos e forros, os diferenciando da condição e signos escravistas.

No entanto, a resposta que podemos oferecer a esta questão é mais interpretativa do que conclusiva, ao procurar se aproximar-se deste costume, os nomes e sobrenomes dos escravizados na Santa Cruz, o que encontramos foi uma imensa teia de relações sociais, que não são “fixas”, pois, “movimentam-se” a todo o tempo. Desse modo, a resposta não é apenas intergeracional e entrelaçada por múltiplas teias de alianças, mas também construída no âmbito das relações dos indivíduos e a coletividade próxima, no lugar que habitam, a Fazenda de Santa Cruz.

Depois dessa apresentação, voltamos para os nomes de um grupo menor, 209 escravizados alugados pela Imperial Fazenda de Santa Cruz, na segunda metade do século XIX. Verificamos as contingências nominativas na categoria “nomes dos escravos”, um campo presente no contrato de aluguel desses sujeitos. Ainda que parcial, o levantamento permitiu estabelecer quais foram os sobrenomes mais manipulados nas relações de trabalho dos escravizados: 23 sobrenomes foram usados por mais da metade do grupo analisado, indicando que os sobrenomes foram empregados por até mais de dois indivíduos na Fazenda e assinalando uma complexa rede de parentesco ritual articulada as relações de trabalho.

Os escravizados se apropriaram dos sobrenomes e neste processo elaboravam a imagem de “servos de Santo Inácio”, uma representação que conseguia amortecer parte dos conflitos inerente a nova administração Estatal. Na sua estrutura nominativa, reforçavam seus costumes, que remontava ao “tempo dos padres”, moldando com saudosismo, o que simbolizava a sua devoção, crenças e piedades, mas, também fazia parte das suas negociações e estratégias.

Analisamos, também, relatórios, mapas e regimentos para observar como estava organizada as relações de trabalho na Santa Cruz. A partir dessa documentação, apresentamos uma estrutura de ordenação dos arranjos de trabalho da Fazenda no século XIX: 1. O “serviço passivo” e o “serviço ativo” na Fazenda; 2. Um suporte de mão-de-obra deslocados para estabelecimentos públicos; 3. Um grupo de escravizados alugados a diversos: fazendeiros, lavradores e comerciantes; e alugados a si, um grupo de 45 mulheres escravizadas que pagavam o seu aluguel a Fazenda.

Nos deslocamentos para fora da Fazenda apontamos que a estrutura de deslocamentos para Quintas, Paço e outras Repartições da Coroa Imperial, foi, prática comum na primeira metade do século XIX, demarcado nos mapas e relatório de distribuição das ocupações dos escravizados na Fazenda. Contudo, a documentação que analisamos, na segunda metade do século, 1862-1868, não são anotados os deslocamentos públicos, salvo algumas exceções, a maioria dos contratos de aluguéis, dizem respeito ao aluguel para fins privados, senhores particulares no entorno de Santa Cruz e escravizadas alugadas a si.

Assim, apontamos como estrutura de comércio e aluguel de escravizados na segunda metade do século XIX: um grupo de escravizados alugados a diversos: fazendeiros, lavradores e comerciantes; e alugados a si, escravizadas que pagavam o seu aluguel a Fazenda, para usufruírem do seu tempo de trabalho. O sistema de alugados a diversos e a si, foi um comércio, sobretudo, voltado para senhores particulares: fazendeiros, lavradores e comerciantes na cidade do Rio de Janeiro e Província Fluminense.

Como aprofundamento desta pesquisa, apontamos que se faz necessário relacionar o comércio e aluguel de escravizados na Santa Cruz ao contexto mais amplo das mudanças sociais, políticas e econômicas no Brasil do século XIX. Nesse sentido, o contexto de reorganização da escravidão e das relações de trabalho é um problema de pesquisa promissor para entender às relações de proximidade, distanciamentos, continuidades, rupturas e/ou imbricações, entre o trabalho livre e o trabalho escravizado e as diversas formas de exploração dos arranjos de trabalho no século XIX.

Os escravizados da Fazenda, são atingidos pelas leis graduais de liberdade na década de 1870 e 1880. Com a emancipação dos escravizados da Imperial Fazenda de Santa Cruz, de fato, em 1871, observamos outra face desta relação de trabalho: a efetiva liberdade permitida pela lei prolongou a experiência da tutela por mais 6 anos.<sup>333</sup> No entanto, o mercado de comércio e aluguel dos escravizados parece ter entrado num lento colapso: a partir da década de 1870, o grupo de trabalhadores analisados passam a fazer parte de uma indistinta massa de libertos, tratados como “vadios e preguiçosos” nas documentações da administração da Fazenda.

Por isso, circunscrevemos o período de análise de 1850 a 1890, como fundamental para aprofundar a investigação das relações de trabalho na Santa Cruz: 1. O período de ápice do comércio e aluguel dos escravizados da Fazenda, nas décadas de 1850 a 1860; 2. A sua desorganização a partir da década de 1870 e 1880, com enfoque privilegiado nas políticas de emancipação e debates sobre o trabalhador liberto. O comércio e aluguel de escravizados na Imperial Fazenda de Santa Cruz, pode ser uma importante chave de acesso para o entendimento mais detalhado das transformações das relações de trabalho no processo mais geral de pós-emancipação no Brasil e nas Américas.

---

<sup>333</sup> BRASIL. Lei N. 2.040 de 28 de setembro de 1871. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim2040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm)>. Acesso em: 05/ set. 2022.

## FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

Registro paroquiais da Freguesia de Santa Cruz, livro AP227 - Livro de batismo de Escravos de Santa Cruz 1859-1889. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, 1860-1870.

### JORNAL (ONLINE)

Almanak Administrativo, Mercantil, Civil e Industrial. Rio de Janeiro. Ano, 1844-1885. Disponível em: < [Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro \(RJ\) - 1844 a 1885 - DocReader Web \(bn.br\)](#) >. Acesso em: 6 jun. 2021.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro. Ano 1865\ Ed. 00037 (1). 6 fev. p. 4. Notícia intitulada: Rua da Saúde 152. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_05/8170](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_05/8170)>. Acesso em 6 jun. 2021.

### ARTIGOS, TESES E LIVROS

AMANTINO, Marcia; COUTO, Ronaldo. De “curral dos padres” a gigantesca Fazenda de Santa Cruz. In: ENGEMANN, Carlos (org.); AMANTINO, Marcia (org.). *Santa Cruz: de legado dos Jesuítas a pérola da Coroa*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013.

AMANTINO, Marcia. Os escravos da companhia de Jesus no Rio de Janeiro e em Córdoba (Argentina) no momento dos sequestros de seus bens (1759 e 1767). *R. IHGB*, Rio de Janeiro, a. 175 (464): 19-222, 2014.

COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro. Espaços negros: "cantos" e "lojas" em Salvador no Século XIX. *Cantos e toque. Suplemento do Caderno CHR*, p. 23-27, 1991.

COSTA, Thales Gustavo Tardivo. *Entre Administradores, Juntas e Vice-Reis: uma história administrativa da Real Fazenda de Santa Cruz, Rio de Janeiro (1760 a 1804)*. 2019. 177f. Dissertação (Mestrado em História) \_ Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

CORREA, João Batista. *Escravidão e Liberdade na Imperial Fazenda de Santa Cruz*. 1856-1891. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2017.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Boitempo Editorial, 2016.

ENGEMANN, Carlos. *Os Servos de santo Inácio a serviço do Imperador: Demografia e relações sociais entre a escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ. (1790-1820)*. 2002.

Dissertação (Mestrado em história social) \_ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

ENGEMANN, Carlos. De Escravos dos padres a escravos do rei: a transição da administração da Fazenda de Santa Cruz e seu impacto na população e nas práticas sociais dos escravos (1759-1820). In: ENGEMANN, Carlos (org.); AMANTINO, Marcia (org.) *Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da Coroa*. Eduerj, Rio de Janeiro, 2013.

ENGEMANN, Carlos; RODRIGUES, Claudia; AMANTINO, Marcia. Os jesuítas e a ilustração na administração de Manoel Martins de Couto Reis da Real fazenda de Santa Cruz (Rio de Janeiro, 1793-1804). In: ENGEMANN, Carlos (org.); AMANTINO, Marcia (org.). *Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da Coroa*. Rio de Janeiro: Eduerj/Faperj, 2013.

FRAGA, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: Histórias de escravos e libertos na Bahia, 1870 – 1910*. 2004. 353f. Tese (Doutorado) \_ Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2004.

FREIRE, Jonis. Legados da administração jesuítica: comunidades e família entre os cativos da Fazenda de Santa Cruz, século XVIII. In: ENGEMANN, Carlos (org.); AMANTINO, Marcia (org.) *Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da Coroa*. Eduerj, Rio de Janeiro, 2013.

FREITAS, Benedicto. *Santa Cruz: fazenda Jesuítica, Real e Imperial, vol. I: Era Jesuítica (1567-1759)*. Rio de Janeiro, Edição do Autor, 1985.

FREITAS, Benedicto. *Santa Cruz: fazenda jesuítica, real, imperial. Vice-reino e Reinado (1760-1821)*. Rio de Janeiro: Ed. Do autor, vol. II, 1986.

FREITAS, Benedicto. *Santa Cruz: fazenda jesuítica, real, imperial*. Rio de Janeiro: Ed. Do autor, vol. III, 1987.

FRIDMAN, Fania. De chão religioso a terra privada: o caso da Fazenda de Santa Cruz. *Cadernos Ippur*, v. 16, n. 1, p. 311-343, 2002.

FRIDMAN, Fania. Um cidade nova no Rio de Janeiro. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 22, n.1, p. 139-152, 2009.

GUDEMAN, Stephen F; SCHWARTZ, Stuart B. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: *Escravidão e invenção da liberdade*. Editora Brasiliense, 1988.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In:\_\_\_\_\_. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1991.

GINZBURG, Carlo; D'AGUIAR, Rosa Freire; BRANDÃO, Eduardo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Editora Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Flavio dos Santos. *História de Quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro \_ século XIX*. 1992. 639f. Dissertação (Mestrado em História) \_ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

HACKENBERG, Carla Casper. *Famílias em cativo: uma negociação entre escravos e proprietários na fazenda Cabussú, Rio de Janeiro (1780-1830)*. 1997. 195f. Dissertação (Mestrado em História) \_ Curso de Pós-graduação em História. Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudos sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila de Rio Grande (1738-1763)*. 2006. 474f. Tese (Doutorado em História) –Programa do Instituto de Ciências Sociais e de Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, 2006.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 289-326, 2005.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; POPINIGIS, Fabiane. (Outros) trabalhadores livres no atlântico oitocentista. *Mundos do Trabalho*, v. 3, n. 6, p. 1-6, 2011.

MARQUES, Rachel dos Santos. *Por cima da carne seca: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c. 1750-1820)*. 2011, 174 f. Dissertação (Mestrado em História) \_ Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A administração do trabalho escravo nos manuais de fazendeiro do Brasil Império, 1830-1847. *Revista de História*, n. 137, p. 95-111, 1997

MANSUR, André Luis. *O velho Oeste carioca: História da ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro (De Deodoro a Sepetiba) do século XVI aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2008.

MATOSO, Kátia de Queirós. *Ser Escravo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2013.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. 3. Ed. Campinas: SP: Editora Unicamp, 2013.

NADALIN, Sérgio Odilon. *A demografia numa perspectiva histórica*. São Paulo: ABEP, 1994.

NEWTON, José. Se perpetue a Companhia nessas partes: materialidade da Fazenda de Santa Cruz no tempo da expulsão dos jesuítas. In: ENGEMANN, Carlos (org.); AMANTINO, Marcia (org.). *Santa Cruz: de legado dos Jesuítas a pérola da Coroa*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013.

OLIVEIRA, Vinícius Pereira de. O estudo de trajetórias escravas como possibilidade historiográfica: o caso do africano Manoel Congo (Rio Grande do Sul/Brasil, século XIX). In: *Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, v. 2, 2005.

PEDROZA, Manoela; CALVACANTI, Juliana. Roceiros do imperador: direitos, alianças e redes entre famílias escravas na crise do escravismo (Fazenda de Santa Cruz, 1858-1876). In: AMANTINO, Márcia (org.); ENGEMANN, Carlos. (org.). *Santa Cruz: de legado dos jesuítas à pérola da Coroa*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. Uerj/Faperj, 2013.

PEDROZA, Manoela da Silva. *Capítulos para uma história social da propriedade da terra na América Portuguesa e Brasil. O caso dos aforamentos na Fazenda e Santa Cruz (Capitania do Rio de Janeiro, 1860-1870)*. 2018. 663f. Tese (Doutorado) \_ Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

PÈREZ, Inés. Gênero e desigualdade no mercado de trabalho: a diferenciação dos choferes particulares do serviço doméstico na Argentina. In: POPINIGIS, Fabiane (org.); AMARAL, Deivison (org.). *Trabalhadores e trabalhadoras: capítulos de história social*. Jundií-SP: Paco Editorial, 2022.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *Trabalho, folga e cuidados terapêuticos: a sociabilidade escrava na Imperial Fazenda Santa Cruz, na segunda metade do século XIX*. 2011. 306f. Tese (Doutorado) \_ História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011.

PIERRE, BOURDIEU. A ilusão biográfica. In: JANAÍNA, AMADO; MARIETA, FERREIRA (coord.). *Usos e abusos da história oral*. 8 ed. Rio de Janeiro. Editora: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

POPINIGIS, Fabiane. " Aos pés dos pretos e pretas quitandeiras": Experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro Mercado Público de Desterro \_ 1840-1890. *Afro-Ásia*, n. 46, p. 193-226, 2012.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. Companhia das letras, 2009.

REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROCHA, Ilana Peliciari. *Escravos da Nação: o público e o privado na escravidão brasileira, 1760-1876*. 2012. 331f. Tese (Doutorado) \_ Departamento de História Econômica da Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

RUIZ, Ricardo Muniz de. A Família Escrava no Império do café-Itaguahy-SÉC XIX. In: *XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas*, 2014, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, p. 1-10, 2014.

SANTOS, Armindo. O Parentesco no Feminino em Portugal: a memória do nome de família e a sua outorga aos filhos. *Etnicex: revista de estudos etnográficos*, n. 5, p. 39-51, 2013.

SCOTT, Rebecca J; HÉBRARD, Jean M. *Provas de liberdade: uma odisseia atlântica na era da emancipação*. Campinas: Unicamp, 2014.

SILVA, Rafael Domingos Oliveira da. "Negrinhas' e 'Negrinhos'" visões sobre a criança escrava nas narrativas de viajantes (Brasil, século XIX). *Revista de História*, Salvador, v. 5, p. 107-134, 2013.

SLENES, Robert. Na senzala uma flor: *Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. 2º ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011.

SOUZA, Amanda C. E. Alugados a diversos e a si: Escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz (1862-1868). In: *Seropédica em Foco: Diálogos históricos e historiográficos*. 1 ed. Seropédica: Edur, v.1, p. 23-36, 2021.

SOUZA, Amanda C. E. Aluga-se: escravizados, alugadores e fiadores na Imperial Fazenda de Santa Cruz. In: *20º Encontro de História da Anpuh-Rio: 1822/2022: 200 anos de História e Historiografia*, 2022, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2022.

SOUZA, Antonio Nascimento. *Memória e história política de Santa Cruz: vista através dos pequenos jornais de bairros*. (Processo Administrativo nº 12/100.579.2003) \_ Trabalho apresentado ao Instituto Municipal de Arte e Cultura \_ RIO ARTE como exigência contratual, Rio de Janeiro, 2005.

SOUZA, Flavia Fernandes. *Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores (cidade do Rio de Janeiro, 1850 – 1920)*. 2017. 583f. Tese (Doutorado em História) \_ Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2017.

TELLES, Lorena Féres da Silva. *Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX)*. 345f. Tese (Doutorado) \_ Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. São Paulo, 2018.

TERRA, Paulo Cruz. *Tudo que transporta e carrega é negro? Carregadores, cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1824-1870)*. 2007. 120f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

THOMPSON, Edward P. A economia moral da multidão Inglesa no século XVIII. In: \_\_\_\_\_. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIANA, Iamara da Silva. *Corpos escravizados que histórias conta? Revista Transversos: O corpo na história e a história do corpo*, Rio de Janeiro, v. 05, n. 05, p. 107-123, 2015.

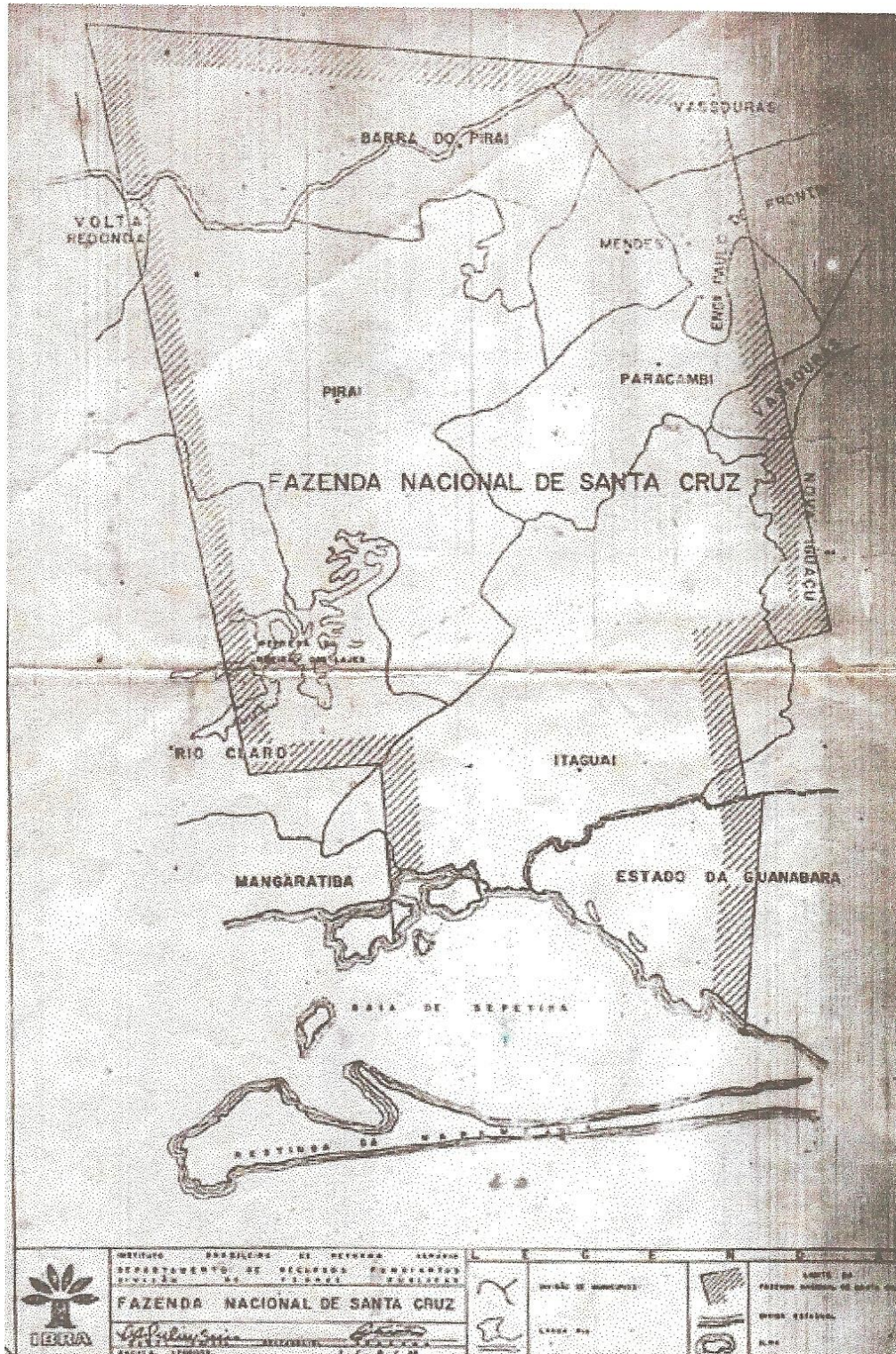
VIANA, Sônia Bayão Rodrigues. *A Fazenda de Santa Cruz e a crise do sistema colonial (1790-1815)*. *Revista de História*. 1974. p. 64-96, 1974.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *A gente da Felisberta: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense na pós-emancipação (c. 1847–tempo presente)*. 2013. 475f. Tese (Doutorado em História) \_ Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2013.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os nomes da liberdade: experiências de autonomia e práticas de nomeação em um município da serra rio-grandense nas duas últimas décadas do século XIX*. 2007. 338f. Dissertação (Mestrado em História) \_ Unidade Acadêmica de pesquisa e Pós-graduação. Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio do Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2007.



Anexo 1 \_ Mapa da Fazenda Nacional de Santa Cruz, com os limites conforme o tombo dos jesuítas, de 1731 (indicando sua área sobre os municípios atuais).



Fonte: PEDROZA, Manoela da Silva. Capítulos para uma história social da propriedade da terra na América Portuguesa e Brasil. O caso dos aforamentos na Fazenda e Santa Cruz (Capitania do Rio de Janeiro, 1860-1870). 2018. 663f. Tese (Doutorado) \_ Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018, p. 169.

**Anexo 2 \_ Categoria “Nomes do Escravos”, nos contratos dos aluguéis dos escravizados na Imperial Fazenda de Santa Cruz, por divisão sexual (1862-1868).**

**ESCRAVIZADOS**

ADÃO ALVES  
 ALBINO DO ESPÍRITO SANTO  
 ALBINO FRANCISCO  
 ALBINO JOSE  
 ALEXANDRE DO CARMO  
 AMARO BENEDICTO  
 ANTONIO DE JESUS  
 ANTONIO DIAS  
 ANTONIO DOS SANTOS  
 ANTONIO JOAQUIM MOREIRA  
 ANTONIO MACHADO  
 ANTONIO MOREIRA  
 ANTONIO VIEIRA  
 BRAZ IGNACIO  
 CALISTO XAVIER  
 CARLOS MACHADO  
 CONSTANTINO PEREIRA  
 CUSTODIO BATISTA  
 DAMIÃO DIAS  
 DIONIZIO DO ROSARIO  
 DOMINGOS LOURENÇO  
 DOMINGOS DO ROZARIO  
 DOMINGOS TEXEIRA BATISTA  
 FABIANO ANTONIO  
 FELICIO ANTONIO  
 FELISSIMO IGNACIO  
 FELIX DO ESPÍRITO SANTO  
 FLORENTINO DA PAIXÃO  
 FLORENTINO FRANCISCO  
 FRANCISCO DE ALLELUIA  
 FRANCISCO DE GUSMÃO  
 FRANCISCO JACINTHO  
 FRANCISCO JOAO  
 FRANCISCO XAVIER  
 FRUCTORVIO JOSE  
 GALDINO CORDEIRO  
 GALDINO JOSE  
 GERMINIANO DE JESUS  
 IGNACIO ANTONIO  
 IGNACIO DA ALLELUIA  
 INNOCENCIO JOSE DAS ESTRELLAS  
 IZIDORO FRANCISCO  
 JACINTHO DO ESPÍRITO SANTO  
 JACINTHO JOSE  
 JACINTHO PEREIRA  
 JOAO ANTONIO  
 JOAO BAPTISTA  
 JOÃO BENTO  
 JOAO DA COSTA  
 JOAO DE SANTA ANNA  
 JOAO DIAS  
 JOAO DO CARMO  
 JOAO FRANCISCO  
 JOAO JOSE (DE JESUS)

**ESCRAVIZADAS**

ALEXANDRINA DO ROZARIO  
 AMALHA DE SANTA ANNA  
 ANA GENEROZA  
 ANGELA MARIA  
 ANGELICA BENEDITA  
 ANGELICA DE JESUS  
 ANGELICA ROZA  
 ANGELINA DAS DORES  
 ANNA AGOSTINHA  
 ANNA DA CONCEIÇÃO  
 ANNA DO RO(SARIO)  
 ANNA DE JESUS  
 ANNA DE SANTA ANNA  
 ANNA EUFROSINA (DE SOUZA)  
 ANNA GENEROZA  
 ANNA LUIZA  
 ANNA MARIA  
 ANNA PROSCOPIA  
 ANNA VICTORIANA  
 ANNANCILHA DE SANTA ANNA  
 ANTONIA DO ESPÍRITO SANTO  
 ANTONIA MARIA VICTORIA  
 BALMIRA JOAQUINA  
 BARBARA JOAQUINA  
 BRIGIDA DE ALLELUIA  
 BRIGIDA JOAQUINA  
 CANDIDA FRANCISCA  
 CARLOTA DA SILVA  
 CARLOTA JOAQUINA BALRIANA  
 CAROLINA FRANCISCA  
 CATHARINA GENEROZA  
 CLARA DA CONCEIÇÃO  
 CLAUDINA FRANCISCA  
 CLEMENCIA ANTONIA  
 DEOLINDA MARIA  
 EMILIA PEREIRA  
 ESCOLASTICA MARIA  
 ESTEFANIA ROZA  
 EUZEBIA JOAQUINA  
 FLORENCIA DO ESPÍRITO SANTO  
 FLORENTINA MARIA  
 FLORISBELLA JOAQUINA  
 FRANCISCA ANTONIA (DO SACRAMENTO)  
 FRANCISCA DA CONCEIÇÃO  
 FRANCISCA DA CRUZ  
 FRANCISCA DE ALLELUIA  
 FRANCISCA DE RAMOS  
 FRANCISCA DE SOUZA  
 GERALDINA DO CARMO  
 IGNACIA CORDEIRO  
 IGNACIA DE ALLELUIA  
 IGNACIA DA ROZA  
 IGNACIA FRANCISCA  
 IGNACIA ROZA

JOAO LUIZ  
JOAO DE POFERIO  
JOAO SOARES  
JOAQUIM ALBINO  
JOAQUIM ALVEZ  
JOAQUIM ANTONIO  
JOAQUIM JOSE  
JOSE ANTONIO  
JOSE CORREA  
JOSE DA SANTIDADE  
JOSE DE PRADO  
JOSE DE SANTA ANNA  
JOSE DO ESPÍRITO SANTO  
JOSE DO RAMOS  
JOSE DO ROSARIO  
JOSE FELIX  
JOSE FELIZ  
JOSE PEDRO  
JUSTINO DO ESPÍRITO SANTO  
JUSTO FRANCISCO  
LUCIANO DE ANDRADE  
LUIZ ANTONIO  
LUIZ DE FRANÇA  
MANOEL DA CONCEIÇÃO  
MANOEL DE JESUS  
MANOEL DE SANTA ANNA  
MANOEL DOS SANTOS  
MANOEL FRANCISCO  
MANOEL GRACIANO  
MANOEL JOAQUIM  
MANOEL JOSÉ  
MANOEL SOARES  
MANOEL VIEIRA DE AGUIAR  
MARCOLINO ANTONIO  
MAXIMINO FARIA  
NARCISO DOS SANTOS  
PAULO DO ESPÍRITO SANTO  
PEDRO DO ESPÍRITO SANTO  
RAFAEL PINTO BANDEIRA  
SEMEÃO DE ALELUIA  
SERAFIM DE LEMOS  
SERGIO IGNACIO  
THEMOTEO FERNANDES  
VICENTE DE ANDRADE  
VICENTE IGNACIO  
VICTORIO JOAQUIM

IGNEZ MARIA  
IZABEL MARIA (CHAREM)  
JERONIMA GOMES  
JOANNA DO ESPÍRITO SANTO  
JOAQUINA DA FRANÇA  
JOAQUINA DA GLORIA  
JOSINA DA PAIXÃO  
JULIANA JOAQUINA  
JUSTINIANA DE SOUZA  
LAURENTINA DA CONCEIÇÃO  
LAURINA DAS DORES  
LEOCARDIA BENEDITA  
LIBORIA DA CRUZ  
LUCIA MARIA  
LUCINDA MARIA  
LUIZA DE ALMEIDA  
LUIZA MARIA  
LUZIA DA CONCEIÇÃO  
MARCOLINA CORDEIRO  
MARCOLINA DAS DORES  
MARIA ALVES  
MARIA CATHARINA  
MARIA DE ALLELUIA  
MARIA DA GLORIA  
MARIA DA NATIVIDADE  
MARIA DA PAIXÃO  
MARIA DAS DORES  
MARIA DAS SEIXAS  
MARIA DA ALLELUIA  
MARIA DE JESUS  
MARIA DE SANTA ANNA  
MARIA DO CARMO  
MARIA DO NASCIMENTO  
MARIA DO ROSARIO  
MARIA DOS ANJOS  
MARIA DOS PASSOS  
MARIA FRANCISCA  
MARIA IGNACIA  
MARIA JOAQUINA  
MARIA JOSE  
MARIA ROZA  
MARIANA DA CONCEIÇÃO  
MARTHA DE SANTA ANNA  
MIQUELINA FRANCISCA  
PAULA MARIANA  
POLCINA DO ROZARIO  
PULQUERIA ROZA  
QUITERIA FRANCISCA  
REGINALDA THEREZA  
ROBERTA FRANCISCA  
SENHORINHA DE ASSUMPCÃO  
SEVERIANA CATHARINA  
SILVERIA PEREIRA  
VICTORIANA MARIA  
VIRGOLINA DE SANTA ANNA  
VIRGOLINA TEXEIRA  
ZEFERINA DA CONCEIÇÃO

Dados extraídos: Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

**Anexo 3 \_ Categoria “Nome dos Alugadores” nos contratos de aluguéis dos escravizados na Imperial Fazenda de Santa Cruz (1862-1868).**

**NOMES DOS ALUGADORES**

---

IGNACIO JOSE GARCIA  
IMPERIAL QUINTA DA BOA VISTA  
ANGELICA ROSA – ESCRAVIZADA  
ANTONIO IGNACIO DE OLIVEIRA  
ANTONIO JOSE TAVARES  
APOLINARIO (APOLINARIO GOMES DE OLIVEIRA)  
ANTONIO DIAS PAVÃO (BARÃO DE ITAGUAHY)  
GREGORIO DE CASTRO MORAES E SOUZA (BARÃO DE PARAQUARA)  
JOSE PEDRO DA MOTTA SAIÃO, BARÃO DO PILLAR (FIADOR)  
ANTONIO JOSE DE OLIVEIRA SAMPAIO (COMEDADO)  
PAULO BARBOSA DA SILVA, CONSELHEIRO  
DESMENIEL & COMPANHIA  
DONA MARIA DE JESUS BARATA \_ DONA MARIA (THERESA) DE JESUS BARATA  
JOAQUIM JOSE DE AZEVEDO (FIADOR)  
FERNANDO DIAS PAES LEME  
FELIPPE JOSE CARDOSO  
FRANCISCO BASILIO DO COUTO REIS  
GERALDINA DO CARMO (ESCRAVIZADA?)  
HOTEL SANTA CRUZ  
JOAO FRANCISCO FERREIRA REGO (INHAUMA)  
JOAO JOSE DOS SANTOS  
JOAO MARCIANO DE (CARVALHO)  
JOAO PEREIRA DE ALMEIDA  
JOSE ANTONIO DA S.<sup>a</sup> (SILVA) GUIMARAES  
JOSE ANTONIO DA S.<sup>a</sup> (SILVA) GUIMARAES FILHO  
JOSE BOTELHO DE ARAUJO CARVALHO  
JOSÉ GARCIA TERRA  
JOSE JOAQUIM GOIANO  
JOSE MARIA ESTEVES  
JOSE PINTO TAVARES  
LENOIR & RAMOS  
MANOEL JOAQUIM PUGET  
MANOEL JOSE DA COSTA E OLIVEIRA  
MARCOLINA CORDEIRO  
MARIA ANGELICA – ESCRAVIZADA  
PEDRO ANTONIO SOARES – FIADOR  
TENENTE MARCELINO  
THOME (FERNANDES) FREITÃO DA CUNHA (FIADOR)  
JOSÉ FRANCISCO DE MESQUITA (VISCONDE DO BOMFIM)  
VIUVA BAENA

Dados extraídos: Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

**Anexo 4 \_ Categoria “Nome dos Fiadores” nos contratos de aluguéis de escravizados na Imperial Fazenda de Santa Cruz. (1862-1868).**

**NOMES DOS FIDORES**

---

ANTONIO DE SOUZA BARROS  
ALBINO PEREIRA SUSANO  
ANACLETO FERREIRA BRAGA  
ANTONIO AGOSTINHO DA HORTA BARBOZA  
ANTONIO JOSE DA MOTTA  
ANTONIO MANOEL BENTO  
ANTONIO NARCISO (ESCRAVIZADO/LIBERTO?)  
ANTONIO RODRIGUES MOREIRA  
ALBERTO RODRIGUEZ CHAVES  
ANTONIO TEIXEIRA COELHO  
(CAETANO) AUGUSTO RODRIGUES  
JOSÉ PEDRO DA MOTTA SAIÃO (BARÃO DE PILLAR)  
BENTO DE FIGUEIREDO FERREIRA ARANHA  
FRANCISCO PINTO DA FONSECA TELLES (COMENDADOR)  
CONSTANTINO CARDOSO (ESCRAVIZADO/LIBERTO?)  
DONA JOAQUINA (PINTO) – ILEGIVEL  
DONA LEOPOLDINA ROSA SOARES (LEOPOLDINA SOARES)  
DONA RITA (ROSA) (DO PAÇO)  
DONA FRANCISCA DE MORAES MACHADO  
DONA JESUINA CARLOTA (PACHECO) \_ ILEGIVEL –  
D. JESUINA CARLOTA TEMELCO BENEVIDES MARIA (REGISTRO DE BATISMO)  
DONA JOAQUINA DOS REIS (AFONSO) VAREJÃO \_ ILEGIVEL  
EXCELENTÍSSIMA SENHORA DONA DEMETILA (DAMA DO PAÇO) \_ ILEGIVEL  
PEDRO LUIZ (RIBEIRO) \_ ILEGIVEL  
FRANCISCO MARQUES DA CRUZ  
GUILHERME JOSÉ DA SILVA  
HYPOLITO CORDEIRO (ESCRAVIZADO/LIBERTO?)  
HIPOLLITO ROZA SOARES  
JOAO FELIX PEREIRA DE CAMPOS  
JOÃO IGNACIO DE LOREDO  
JOAO MANOEL DE ANDRADE  
JOAO PEREIRA ROZA  
JOAQUIM ALVES DA CRUZ  
JOAQUIM ANTONIO DE MIRANDA BASTOS  
PADRE DAMAZO DO REGO BARROS  
JOSE DAS ESTRELLAS \_ ESCRAVIZADO  
JOSE DOMINGUES (COZINHEIRO) (ESCRAVIZADO/LIBERTO?)  
JOSÉ FELICIANO GODINHO  
JOSÉ FERNANDES (ESCRAVIZADO/LIBERTO?)  
JOSE FRANCISCO DE (CARMO) – ILEGIVEL  
JOSÉ FRANCISCO MOREIRA  
JOZÉ LEANDRO DE (ILEGEIVEL) (FIGUEIREDO) \_ ILEGIVEL  
JOSE LOUSADO MONTEIRO (FILGUEIRAS) \_ ILEGIVEL  
JOSÉ RAMOS DE CARVALHO

MANOEL CAETANO \_ ESCRAVIZADO  
MANOEL GRACIANO \_ ESCRAVIZADO  
MANOEL JOSE DE CAMPOS  
MATHIAS CANCIO DE PONTES  
MIGUEL AUGUSTO FURTADO DE MEDONÇA  
PEDRO ANTONIO SOARES  
PEDRO PINTO DE MEIRELLES  
FRANCELLINO DOMINGOS DE MOURA PESSOA  
PAULO FERREIRA LOUZADA  
PADRE JOSÉ RIBEIRO GONÇALVES  
PEDRO ANTONIO DE PAIVA  
THOME FERNANDES FREITÃO DA CUNHA  
JOSÉ FELICIANO GODINHO JUNIOR

Dados extraídos: Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

## Anexo 5 \_ Distribuição dos escravos de serviço da Real Fazenda de Santa Cruz, 1815.

Ocupação	Homens	Rapazes	Mulheres	Raparigas	Total
Carpinteiros:	-	-	-	-	-
Oficiais	6	0	0	0	6
Aprendizes	14	19	0	0	33
Pedreiro:	-	-	-	-	-
Oficiais	6	0	0	0	6
Aprendizes	0	5	0	0	5
Serventes	5	7	0	0	12
Ferreiros:	-	-	-	-	-
Oficiais	5	0	0	0	5
Tocadores de fole	2	0	0	0	2
Sapateiros:	-	-	-	-	-
Oficiais	0	0	0	0	0
Aprendizes	1	3	0	0	4
Outros serviços	-	-	-	-	-
Oficiais de curtidores	8	0	0	0	8
Oficiais manteigueiros	1	0	0	0	1
Oficiais tecelões	4	0	0	0	4
Oficiais oleiros	8	0	0	0	8
No fabrico de manteiga	0	0	1	0	1
Nas oficinas de teares	0	0	15	20	35
Na olaria	0	0	5	0	5
No hospital	-	-	-	-	-
Cirurgiões	1	0	0	0	1
Barbeiros	2	0	0	0	2
Enfermeiros	2	0	4	0	6
Parteiras	0	0	2	0	2
Cozinheiros	2	0	0	0	2
Carreiros	13	0	0	0	13
Candeeiros	0	12	0	0	12
Carroceiros	3	0	0	0	3
Campeiros	26	8	0	0	34
Centeiros enteireiros	4	0	0	0	4
Hortelões	2	0	0	0	2
Sacristão	2	1	0	0	3
Com os empregados	2	6	4	0	12
No Paço	0	0	1	0	1
Guardas de Roças	9	0	0	0	9
Na horta	0	0	7	0	7
Colhendo Mamonas	0	0	11	0	11
Feitores	1	0	0	0	1
Nos caminhos	2	0	40	8	50
Na cavalaria	1	0	0	0	1
No armazém	1	0	8	0	9
A dispor diariamente	57	0	164	22	243
Amas de cegos	0	0	10	0	10
Amas de crianças	0	0	11	0	11
Com licenças	3	0	0	0	3
Paridas	0	0	26	0	26
Dispensadas por estarem próximas parir	0	0	9	0	9
<b>Total</b>	<b>193</b>	<b>61</b>	<b>318</b>	<b>50</b>	<b>622</b>

Fonte: ENGEMANN, Carlos. Os Servos de santo Inácio a serviço do Imperador: Demografia e relações sociais entre a escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ. (1790-1820). 2002. 149f. Dissertação (Mestrado em História Social) \_ História social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002, p. 86-87.

**Anexo 6 \_ Relatório das ocupações dos escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz, 1849.**

Ocupação	Hom.	Rpazes.	Mul.	Rpgas.	Mnos.	Mnas.	Total
Carpinteiros	31	22	0	0	0	0	53
Falquejadores e serradores	9	0	0	0	0	0	9
Pedreiros	32	7	0	0	0	0	39
Tanoeiros	2	0	0	0	0	0	2
Ferreiros e serralheiros	16	2	0	0	0	0	18
Lombilheiros	1	1	0	0	0	0	2
Curtidores	2	0	0	0	0	0	2
Oleiros	20	8	0	0	0	0	28
Cavouqueiros	9	0	0	0	0	0	9
Sacristão	2	0	0	0	0	0	2
Enfermeiros	11	4	5	0	0	0	20
Serviço de Campo	25	9	0	0	0	0	34
As ordens do Superintendente	0	0	0	0	0	0	0
No armazém	1	1	0	0	0	0	2
Na cozinha das crianças	0	0	2	0	0	0	2
Carreiros e candeeiros	12	7	0	0	0	0	19
Feitores	8	0	9	0	0	0	19
Esquadras de ambulantes	39	88	323	152	0	0	602
Parteiras	0	0	2	0	0	0	2
Em serviço passivo por valetudinários	29	0	22	0	0	0	51
Nos teares	0	0	43	0	0	0	43
Amas de cegos e crianças	0	0	27	0	0	0	27
Inúteis por velhos e achacosos	17	0	50	0	0	0	67
Menores de 7 anos	0	0	0	0	165	170	325
Aprendendo as primeiras letras	0	22	0	5	0	0	27
Músicos	1	0	0	0	0	0	1
Aprendizes de músicos	1	13	1	6	0	0	21
Destacados nas Quintas e outras	102	75	98	70	0	0	345
Desertados	17	0	1	0	0	0	18
Tambor	2	0	0	0	0	0	2
<b>Total</b>	<b>389</b>	<b>259</b>	<b>583</b>	<b>233</b>	<b>165</b>	<b>170</b>	<b>1853</b>

Legenda: existem ainda 273 idosos que pertencem as feitorias anexas.

Fonte: Relatório de ocupação dos escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz, 1849. Petrópolis. Arquivo do Museu Imperial. ENGEMANN, 2002, p. 135.



**Anexo 7 \_ Mapa mensal da totalidade da escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz, 1856.**

Empregos	Hom.	Rpazes.	Mul.	Rpgas.	Mnos.	Mnas.	Total
Carpinteiros	18	18	0	0	0	0	36
Falquejadores e serradores	5	0	0	0	0	0	5
Pedreiros	23	14	0	0	0	0	37
Ferreiros e serralheiros	9	11	0	0	0	0	20
Oleiros	15	11	0	0	0	0	26
Cavouqueiros	3	0	0	0	0	0	3
Campeiros	27	5	0	0	0	0	32
As ordens da Superintendência	1	0	0	0	0	0	1
Curtidores	3	1	0	0	0	0	4
Tanoeiros	1	2	0	0	0	0	3
Lombilheiros	1	1	0	0	0	0	2
Enfermeiros	4	4	4	0	0	0	12
Ai serviço do Hospital	6	2	2	0	0	0	10
Sacristães	4	0	0	0	0	0	4
Carreiros e Candieiros	9	6	0	0	0	0	15
No armazém	1	1	0	0	0	0	2
Na cozinha das crianças	0	0	2	0	0	0	2
Feitores	4	0	11	0	0	0	15
Esquadras de ambulantes	26	66	303	140	0	0	535
Fabrico de Chá	2	11	0	0	0	0	13
Marinheiros	2	1	0	0	0	0	3
Pintores	1	0	0	0	0	0	1
Músicas	12	0	6	0	0	0	18
Aprendizes de músicas	0	15	0	1	0	0	16
Aprendendo as primeiras letras	0	11	0	1	0	0	12
Parteiras	0	0	4	0	0	0	4
Amas de cegos e crianças	0	0	31	0	0	0	31
Em serviço passivo, por valetudinários	40	0	92	0	0	0	132
Inúteis por velhos e achacosos	26	0	77	0	0	0	103
Menores de 7 anos	0	0	0	0	218	200	418
Des. Nas Quintas, Paços, e out. Rep. Da C. I.	188	30	152	17	42	48	477
Presos em correção	6	0	0	0	0	0	6
Desertados	7	1	1	0	0	0	9
Tambores	2	0	0	0	0	0	2
<b>Total</b>	<b>446</b>	<b>211</b>	<b>685</b>	<b>159</b>	<b>260</b>	<b>248</b>	<b>2009</b>

Fonte: Mapa da totalidade da escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz, 1856. Petrópolis. Arquivo do Museu Imperial.

Anexo 8 \_ Registro dos Escravizados da Imperial Fazenda de Santa Cruz, alugados a diversos e a si. (1862 - 1868). (Continua).

134  
*Escravizados da Imperial Fazenda de Santa Cruz em diversos*

Especie de Aluguel	Lombos dos escravos	Officinas	Lombos dos alugados	Preço aluguel
1865 Maio	16	bençamin da base 2 <sup>da</sup> 1/2 <sup>da</sup>		10,00
Outubro	25	Recalhada ao Hosp <sup>al</sup> nesta data.		
Nov <sup>o</sup>	13	Salvo novamente a alugada		
Dez <sup>o</sup>	15	Recalhada a Santa		
1867				
Out <sup>o</sup>	14	Maria do Nascimento continuada a Alugada a si		10,00
1868				
Nov <sup>o</sup>	10	Recalhada nesta data em razão de procriar		
Dez <sup>o</sup>	1	Salvo novamente a alugada		

Legenda: Contrato de aluguel da escravizada Maria do Nascimento, alugada a si, na classe de officio de costureira.  
 Fonte: Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.

Anexo 9 \_ Registro dos Escravizados da Imperial Fazenda de Santa Cruz, alugados a diversos e a si. (1862 - 1868). (Continuação)

*de Santa Cruz, alugados a si.*

<i>Indiv.</i>	<i>Especie</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Valor</i>	<i>Pagame.</i>
<i>1865</i>				
<i>Joaquim do Nascimento</i>	<i>Maria</i>	<i>31 Simp 5.15 dias</i>	<i>5000</i>	<i>5000</i>
	<i>Julho</i>	<i>5 de 2 ma de junho</i>	<i>10000</i>	<i>10000</i>
	<i>"</i>	<i>31</i>	<i>10000</i>	<i>10000</i>
	<i>Sete</i>	<i>4 Sete de agosto</i>	<i>10000</i>	<i>10000</i>
	<i>"</i>	<i>30 Sete</i>	<i>10000</i>	<i>10000</i>
	<i>Dez</i>	<i>12 Ma' 24 de Set</i>	<i>7870</i>	<i>7870</i>
<i>1867</i>				
<i>Antonio da Couto</i>	<i>Maria</i>	<i>31 24 de 15 de 31</i>	<i>5000</i>	<i>5000</i>
<i>Costa Barbara</i>	<i>Maria</i>	<i>30 Sete de Set</i>	<i>10000</i>	<i>10000</i>
<i>1868</i>				
	<i>Jan</i>	<i>10 Nacido de Sete de Set</i>	<i>10000</i>	<i>10000</i>
	<i>Fev</i>	<i>11 Sete de Jan</i>	<i>10000</i>	<i>10000</i>
	<i>Mar</i>	<i>25 Sete de Fev</i>	<i>10000</i>	<i>10000</i>
	<i>Abr</i>	<i>7 Sete de Mar</i>	<i>10000</i>	<i>10000</i>
	<i>Mai</i>	<i>27 Sete de Abril</i>	<i>10000</i>	<i>10000</i>
	<i>Jun</i>	<i>19 Sete de Maio</i>	<i>20000</i>	<i>20000</i>
	<i>Jul</i>	<i>14 Sete de Junho</i>	<i>20000</i>	<i>20000</i>
	<i>Out</i>	<i>17 Sete de Julho</i>	<i>10000</i>	<i>10000</i>

Legenda: Contrato de aluguel da escravizada Maria do Nascimento, alugada a si, na classe de ofício de costureira.

Fonte: Arquivo Nacional. Fundo da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si de 1862-1868. Cód.: 1122. Volume: 09. Depósito: 208. Notação Física: 3285.